

Uma nova etapa histórica

(Resolução da primeira etapa da VI Conferência Nacional da Articulação de Esquerda)

Introdução

O governo Lula pode ter um papel fundamental na luta contra o imperialismo norte-americano, na luta contra a hegemonia do capital financeiro, na luta por reformas democráticas e populares, na luta por um Brasil e um mundo socialistas.

Isso só ocorrerá, entretanto, se houver uma mudança na linha política que hegemoniza, hoje, o governo, o PT e a maioria da classe trabalhadora brasileira.

Esta mudança de linha política pode resultar: do crescimento da esquerda socialista, ao ponto dela se tornar majoritária no Partido e na classe trabalhadora; de uma divisão no atual campo majoritário do PT, a semelhança do que aconteceu em 1993; ou, finalmente, se a atual maioria partidária alterar ela mesma sua política.

Os três caminhos são possíveis e podem ocorrer simultaneamente. E dependem, em grande medida, da luta de classes. A evolução da situação econômica internacional, particularmente na América Latina; o comportamento do imperialismo, tanto no âmbito político-militar, quanto nas negociações sobre a Área de Livre Comércio das Américas e do acordo com o Fundo Monetário Internacional; a evolução da situação econômica e da crise social no Brasil; a atitude do grande capital, particularmente do setor financeiro e do latifúndio, frente ao governo federal; a postura das classes trabalhadoras, com destaque para o operariado industrial; o comportamento das grandes massas populares, bem como o desempenho dos partidos conservadores, nas eleições de 2004; todas estas variáveis serão influenciadas pela política do PT e do governo, mas também influenciarão esta política, seja no sentido de reforçar, seja no sentido de alterar a atual política hegemônica.

Em qualquer dos casos, a esquerda socialista só terá chance de sucesso se compreender que seu inimigo é o grande capital, o imperialismo e a direita; a necessária luta contra as posições da atual maioria partidária, que hegemoniza o governo, não pode servir de pretexto para políticas esquerdistas que agem como se o governo Lula fosse um governo da burguesia.

Exatamente por considerarmos que o governo Lula é nosso governo —por ser

um governo do Partido dos Trabalhadores, por ser um governo que ajudamos a eleger, por ser um governo que produzimos no curso de mais de vinte anos de luta— nos sentimos na obrigação de criticar as suas opções, especialmente na política econômica. Esta crítica pode e deve ser feita publicamente, com as mediações que se fazem necessárias, e precisa ser acompanhada de propostas concretas de alteração na linha do governo, em cada uma de suas frentes de atuação.

Tal alteração deve apontar para uma ampliação dos investimentos sociais; uma ampliação dos investimentos públicos; uma ampliação da presença do Estado na economia; uma ampliação no peso da pequena e média propriedade; uma elevação nas condições de vida, emprego e remuneração das classes trabalhadoras.

Atingir estes objetivos supõe a adoção de várias medidas macroeconômicas, entre as quais citamos: a redução da taxa de juros; a redução do superávit primário; a adoção do controle sobre o fluxo dos capitais; a desprivatização do Banco Central; a não renovação do acordo com o FMI; a não assinatura do acordo da Alca; o enfrentamento das dívidas externa e interna; a realização das reformas agrária e urbana.

A elaboração de uma política alternativa para a ação do governo é uma tarefa que precisa ser acompanhada da elaboração de uma estratégia para a luta pelo socialismo, adequada ao período histórico iniciado com a eleição de 2002. Para isto, é preciso envolver amplos setores da esquerda e da militância petista, insatisfeitos com os resultados práticos da política atualmente hegemônica no Partido.

O enfrentamento do imperialismo, do grande capital e da direita; bem como o crescimento da esquerda socialista e a possibilidade de dividir a atual maioria do Partido dependem de uma ampliação significativa da mobilização político-social das classes trabalhadoras.

Estimular a luta reivindicatória, estimular as mais variadas demandas sociais, apoiar medidas de democracia direta (como a convocação, pelo governo, de um plebiscito ou de um referendo sobre o acordo da Alca), constituem aspectos fundamentais de nossa política para o período, sendo prioritário organizar e mobilizar os setores estratégicos da classe trabalhadora, com destaque para o operariado industrial.

As eleições de 2004, neste contexto, constituem um momento importante para ampliar a força da esquerda brasileira, em

particular da esquerda socialista. A esquerda socialista deve ser capaz de atuar de forma nacional e organizada, sem espontaneísmo nem oportunismo eleitoral.

O próximo período, que se estende até a eleição direta das novas direções partidárias, será decisivo. A continuidade da atual política pode selar o destino do governo Lula. Por isso, cabe à militância da esquerda brasileira e do PT, em particular à militância da esquerda petista, intensificar sua ação no sentido de mudar a estratégia atualmente hegemônica em nosso partido e em nosso governo.

Esta mudança só virá se constituirmos uma nova maioria na classe trabalhadora brasileira, o que precisa ser feito em todos os terrenos: na luta interna do PT, na ação de governo, nos parlamentos e nos movimentos sociais.

Os próximos dezoito meses serão decisivos para definir as possibilidades reais de alterar os rumos do governo. Naturalmente, a própria luta de classes pode antecipar tais definições, através de fenômenos como uma crise geral em escala internacional ou nacional; uma radicalização na postura do grande capital; ou uma ampliação espontânea na luta de massas.

A Articulação de Esquerda, uma das tendências da chamada esquerda petista, conclui a primeira etapa de sua VI Conferência Nacional proclamando a militância do PT, especialmente a militância da esquerda petista, a lutar por uma alteração nos rumos do governo Lula.

Uma nova etapa histórica

A eleição de Lula encerrou uma etapa na história do PT e pode encerrar uma etapa na história do Brasil. Até então, as grandes crises da sociedade brasileira foram resolvidas através de disputas e acordos entre diferentes segmentos da classe dominante, cabendo às forças populares papel subalterno. O processo de independência, de abolição da escravidão, de instauração da república e de industrialização foram resolvidos desta forma.

Nos anos oitenta do século vinte, este padrão começou a mudar, com o paulatino fortalecimento de um pólo democrático, popular e socialista. A crise do modelo econômico, combinada com a crise da ditadura militar e a emergência político-sindical de um fortíssimo proletariado urbano, combinada com a disputa no interior da burguesia, em torno de qual deveria ser a saída da crise, fizeram com que a “década perdida” do ponto de vista econômico, assistisse também a um enorme crescimento da esquerda brasileira, cujo auge foi a eleição presidencial de 1989.

Os anos noventa foram de ofensiva

neoliberal, no Brasil e no mundo. Ao contrário da década anterior, o proletariado urbano foi posto na defensiva; neste mesmo período, cresceram as lutas no campo, retrocedendo ao final da década. Mesmo nesse contexto, a oposição ao projeto neoliberal continuou encabeçada pelas forças populares, que confirmaram assim sua condição de pólo alternativo, traduzido nas candidaturas presidenciais de Lula, em 1994 e 1998.

Em 2002, após duas décadas de crise de modelo e uma década de aplicação (e crise) do projeto neoliberal, as forças populares conquistaram a presidência da República. Com isso, pela primeira vez em nossa história, têm a possibilidade de enfrentar uma situação de crise, tendo em suas mãos uma parcela tão importante de poder: o governo federal.

A inédita presença da esquerda no governo federal pode, entretanto, confirmar outra tradição da história brasileira: o *transformismo*. Isto se, diante da incapacidade das forças burguesas, as forças políticas que expressam as camadas populares assumirem a tarefa de administrar a crise do neoliberalismo e a crise do modelo de desenvolvimento.

Neste caso, estaremos diante de uma tragédia: primeiro, pelo desperdício de uma oportunidade histórica; segundo, porque desmoralizaria grandes parcelas da esquerda e das forças populares; terceiro, por colocar a perder as condições, que nossa sociedade ainda têm, de servir de pólo para as forças anti-neoliberais no mundo; quarto, porque uma derrota destas proporções dará origem a uma brutal onda conservadora.

Por outro lado, mesmo que prevaleça o impulso mudancista, faltará definir qual o seu sentido: se implicará numa mudança de política econômica, do neoliberalismo para outra orientação, mas ainda nos marcos do modelo inaugurado nos anos trinta; ou se introduzirá alterações econômico-sociais mais profundas, modificando o modelo de desenvolvimento dependente, concentrador e conservador do capitalismo brasileiro; ou se servirá de ponto de partida para uma mudança de sistema social, em direção ao socialismo.

Em qualquer destes casos, a eleição de Lula terá marcado o fim de uma etapa na história do Brasil, da classe trabalhadora brasileira e do PT.

A classe trabalhadora brasileira se formou em um longo processo de luta e de resistência, que deita raízes na luta contra a dominação colonial e escravista e, depois, contra a exploração capitalista e imperialista.

No final do século dezenove e nas primeiras décadas do século vinte, os setores mais combativos da classe trabalhadora foram hegemônicos pelo

anarcosindicalismo; posteriormente, foram hegemônicos pelo comunismo e pelo trabalhismo; no período que vai do golpe militar de 1964 até o final dos anos 1970, a classe trabalhadora manteve-se na defensiva —sendo objeto de intensas transformações objetivas, ligadas as alterações sofridas pelo capitalismo brasileiro, enquanto os setores de vanguarda, hegemônicos por posições de orientação político-militar, tentaram realizar uma ofensiva. O PT é produto do período imediatamente posterior, em que a classe retoma a ofensiva, num contexto em que sua antiga vanguarda fora derrotada.

Fundado em 1980, o PT elaborou paulatinamente um programa democrático, popular e socialista, adotando uma estratégia que combinava disputa ideológica, mobilização social e luta institucional. Apesar de todas as debilidades organizativas e das lacunas existentes em suas formulações, foi sob a direção do PT que as forças populares quase conquistaram a presidência em 1989.

A derrota sofrida naquele ano, num contexto de crise do socialismo e de ofensiva neoliberal, serviu de pretexto para a elaboração de outra estratégia e outro programa para o Partido. Do socialismo anti-capitalista, o Partido transitou ao capitalismo anti-neoliberal. De uma estratégia que integrava a disputa eleitoral, o Partido transitou para uma estratégia que priorizava a disputa eleitoral. De uma política de alianças democráticas e populares, o Partido transitou para uma política de alianças com um setor do empresariado.

Durante toda a década de 1990, travou-se no PT uma dura batalha entre os defensores da velha e da nova estratégia. Nesta batalha, as posições moderadas se tornaram progressivamente vitoriosas e foi em torno delas que se organizou a campanha eleitoral de 2002 e o governo Lula.

Alçado à condição de partido de governo, o PT deve sofrer transformações ainda mais profundas do que as experimentadas durante a década anterior. Mas o significado histórico dessas transformações dependerá do rumo que tomar a luta de classes no país.

Se o governo Lula conseguir realizar a transição da política econômica atual, para uma política econômica e social distinta do neoliberalismo, a transformação do PT não lhe tirará a condição de partido hegemônico da classe e na classe trabalhadora brasileira. Se, pelo contrário, o governo federal não conseguir superar a política econômica neoliberal, a sua condição de partido da classe e a hegemonia que o PT exerce na classe trabalhadora serão fortemente contestadas.

A Articulação de Esquerda (AE), fundada em 1993, num momento de refluxo ge-

ral do proletariado urbano, quando a maioria das organizações de esquerda —no mundo, no Brasil e no PT— moderavam suas concepções, enfrentou desde o início uma dupla tarefa: primeiro, ajudar a defender a tradição socialista, democrática e revolucionária; segundo, defender —nas condições dos anos noventa— a estratégia original do Partido, organizada em torno da seguinte idéia: a conquista do poder passa pela disputa e pelo exercício do governo federal. Nessa estratégia, a luta institucional devia articular-se com a constituição de um movimento de massas de caráter socialista, acumulando força para uma ruptura política radical. Como dizia o 6º Encontro Nacional do PT: “Nosso objetivo político vai além de ganhar a eleição presidencial. Seu sentido histórico é o de transformar o País, realizar uma revolução político e social”.

Nossa chegada ao governo federal, a partir de uma política distinta dessa, abre um novo período na história da AE, do PT e do Brasil, período que se insere numa fase de aguçamento da crise capitalista e do imperialismo em escala mundial.

Uma etapa de crises, guerras e revoluções

De seu surgimento até o final do século dezenove, o capitalismo enfrentou e derrotou vários oponentes: o campesinato, a aristocracia feudal, povos e nações ocupadas a ferro e fogo. Os maiores desafios ao capitalismo, entretanto, brotaram de suas próprias entranhas: as contradições intercapitalistas e o movimento socialista.

A primeira metade do século vinte foi dominada por um longo e sangrento conflito intercapitalista, no bojo do qual tiveram início as primeiras tentativas de superar o capitalismo e iniciar a construção de uma sociedade baseada na propriedade coletiva dos meios de produção, dentre elas a deflagrada pela Revolução Russa de 1917.

Do final da Segunda guerra mundial até meados dos anos setenta, o mundo viveu uma situação de equilíbrio instável: de um lado, o capitalismo desenvolveu-se intensamente, já sob a hegemonia dos Estados Unidos; de outro lado, ocorreu um fortalecimento do campo socialista, expresso na expansão do chamado “Estado de bem-estar social”, na reconstrução da União Soviética devastada pela guerra, na implantação das “democracias populares” no Leste Europeu, nas revoluções em China e Cuba, nas derrotas parciais sofridas pelo imperialismo na África e Ásia, no fortalecimento de partidos socialistas e comunistas, principalmente nos países centrais do capitalismo europeu.

Esta situação de equilíbrio instável foi rompida em meados dos anos setenta. As

taxas de crescimento e lucratividade passaram a declinar, interrompendo o ciclo longo expansivo do capitalismo e desencadeando como reação uma profunda ofensiva contra os avanços democráticos, sociais e econômicos conquistados pelas nações periféricas, pela social-democracia e pelo movimento comunista.

A estratégia e a ideologia que fundamentaram esta ofensiva capitalista foi o que convençamos chamar de neoliberalismo. A ofensiva neoliberal, implementada nos anos oitenta e noventa do século passado, assumiu cinco grandes variantes: o fortalecimento do capital sobre o trabalho; o fortalecimento das relações privadas e mercantis, frente às relações públicas e estatais; o fortalecimento do capital financeiro frente as demais formas do capital; o fortalecimento das grandes nações imperialistas, em particular os Estados Unidos, sobre as demais nações capitalistas; e o fortalecimento do mundo capitalista, frente ao chamado “campo socialista”.

A ofensiva neoliberal atingiu seu auge no início dos anos noventa, com a chamada “crise do socialismo”, a coalizão contra o Iraque e o ciclo curto de expansão da economia norte-americana.

A crise das economias de tipo soviético —provocando “a queda do Muro” (1989) e o desaparecimento da União Soviética (1991), alterou profundamente a correlação de forças em escala internacional. Com o fim da União Soviética, os Estados Unidos passam a exercer uma hegemonia econômica, política e militar de novo tipo, cuja primeira expressão foi a coalizão internacional montada contra o Iraque. Esta hegemonia encontra respaldo no ciclo curto de expansão econômica, experimentado pela economia americana durante os anos noventa.

Na década de noventa, a hegemonia neoliberal é sustentada pela “exuberância irracional dos mercados”, que desdobra-se numa fenomenal crise de superprodução, que tem repercussões em toda a economia internacional e está na origem das crises que marcaram o final do século (México, Coreia, Rússia, Brasil). Esta fase deixa evidente o caráter crônico, estrutural, da crise da economia capitalista mundial, em particular da sua locomotiva, os Estados Unidos.

A crise norte-americana, a ampliação dos conflitos entre as grandes potências capitalistas, o surgimento de um movimento global de contestação, as derrotas eleitorais de candidatos vinculados ao neoliberalismo geram uma nova fase, cujos marcos são os atentados de 11 de setembro de 2001, a invasão do Afeganistão e do Iraque.

Nesta fase, de crise econômica, política e ideológica, a violência militar torna-se

o principal instrumento do imperialismo norte-americano para manter sua condição de potência hegemônica. Mais uma vez, a crise do capitalismo joga o mundo no caminho da barbárie.

A política norte-americana tem como meta consolidar uma retaguarda militar e econômica no continente americano, com a implantação de bases militares e a imposição da Área de Livre Comércio das Américas; manter subordinados os aliados (Europa e Japão); neutralizar a concorrência emergente ou residual (Rússia e China); esmagar potências regionais (Iraque, Irã), onde houver interesse econômico ou geopolítico que justifique. A ocupação militar e a imposição de um governo títere ao povo do Iraque são indicativos de até onde o imperialismo está disposto a chegar para impor os seus objetivos.

A derrota do imperialismo norte-americano dependerá da resistência à barbárie, que inclui as manifestações contra a guerra do Iraque, a reação do povo iraquiano ao agressor imperialista, o movimento contra a guerra no seio mesmo do povo americano, as mobilizações anti-globalização, as lutas dos trabalhadores em defesa das suas conquistas históricas, a situação do conjunto dos países latino-americanos, as mobilizações na Bolívia, no Equador e na Argentina, a resistência de Cuba e das guerrilhas colombianas, a reação popular às tentativas golpistas da direita na Venezuela, as vitórias eleitorais de forças contra o neoliberalismo.

O que virá depois da derrota do imperialismo norte-americano, dependerá do conteúdo da resistência. No início do século vinte, os trabalhadores devem buscar hegemonizar a resistência ao imperialismo e ao neoliberalismo, na perspectiva de construir processos revolucionários vitoriosos, que abram caminho à edificação de um mundo socialista.

É neste contexto de crise do capitalismo e do neoliberalismo, de insatisfação popular, mas também de ofensiva militar do imperialismo, que ocorre a vitória eleitoral de outubro de 2002.

A herança neoliberal

O resultado das eleições presidenciais de 2002 foi produto, principalmente, da insatisfação popular com dez anos de neoliberalismo, num contexto de crise do “Consenso de Washington” e do capitalismo em escala mundial.

Não constitui tarefa fácil atuar neste contexto, nem tampouco mudar a política econômica, após duas décadas perdidas, uma das quais sob hegemonia neoliberal; num contexto de crise internacional, de ofensiva imperialista e de refluxo dos movimen-

tos sociais.

Há vários obstáculos à mudança do modelo brasileiro: a “herança” recebida do governo FHC; o governo norte-americano; os chamados “mercados”, apelido moderno do grande capital; a força que os partidos conservadores mantêm nos diversos poderes da República; e a estratégia dominante na esquerda brasileira.

A herança legada pelos dois mandatos exercidos por FHC —cuja forma particular de governar foi expressão local de um fenômeno ocorrido em outros países, onde o neoliberalismo também controlou o poder executivo— é de terra arrasada: 54 milhões de brasileiros abaixo da linha da pobreza, com renda mensal de 100 reais ou menos, dos quais mais de 17 milhões de analfabetos; um desemprego que aproxima-se dos 20% da população economicamente ativa, na Grande São Paulo e em outras regiões metropolitanas; uma dívida pública, interna e externa, que atingiu o patamar dos 800 bilhões de reais.

Estes dados são a expressão de uma política que privatizou grande parte das estatais, abriu os mercados, desregulamentou a economia, destruiu a capacidade do Estado de gerir uma política de desenvolvimento minimamente soberana, assim como sua capacidade de gerir políticas públicas nas áreas essenciais à vida, subordinando a economia brasileira à quase exclusiva prioridade de gerar superávits destinados ao pagamento da dívida e manter em níveis aceitáveis, para o capital internacional, o fluxo financeiro em direção ao centro do sistema capitalista internacional.

Tal política —imposta aos países em desenvolvimento e subordinados ao centro imperialista, ao mesmo tempo em que nos países imperialistas ocorria um fortalecimento do Estado e uma intensificação de políticas protecionistas— teve como resultados: o colapso energético; o descaso criminoso com as estradas federais; o salário mínimo miserável; a polícia que mais mata no mundo e onde a tortura persiste como fato corriqueiro; um país onde ocorrem 50 mil homicídios por ano; um país em que as epidemias, como as de cólera e dengue, disseminam-se por falta de saneamento básico ou porque os agentes mata-mosquitos foram demitidos em nome da austeridade fiscal; onde apenas 57% das crianças de quatro a seis anos estão na pré-escola; onde só 32% dos jovens entre 15 e 17 anos estão matriculados no ensino médio; onde só 11% dos jovens entre 18 e 24 anos ingressam no ensino superior (neste último, 85% das vagas são de escolas privadas).

Durante os oito anos de FHC, o Estado brasileiro foi desmantelado, destruíram redes de proteção social, reduziram a aposentadoria de milhões de trabalhadores, ar-

rocharam o salário do funcionalismo público, facilitaram a privatização do ensino e da saúde, cortaram gastos sociais elementares para garantir o pagamento sempre pontual dos banqueiros nacionais e estrangeiros, afundaram o país numa onda de violência generalizada ao permitirem o florescimento do crime organizado, enriqueceram a história da corrupção brasileira com um vasto rol de escândalos, do Proer ao Sivam, da privatização das telefônicas ao seguro-apagão.

Na questão da democracia, tivemos a compra de votos para garantir a aprovação, pelo Congresso, da emenda constitucional que veio a permitir a reeleição do Presidente da República; a edição de milhares de medidas provisórias, através das quais o Executivo legislou por conta própria; a violência política contra os setores populares organizados; a lei do foro privilegiado; a verticalização das coligações eleitorais, imposta de última hora etc.

FHC, Malan e os seus providenciaram um país excelente para o sistema financeiro e para alguns outros setores oligopólicos. Para os maiores bancos em atividade no Brasil, como Itaú, Bradesco e alguns outros, lucro líquido anual na casa de 1 bilhão de reais tornou-se algo trivial nos últimos anos. O sistema financeiro é o que mais lucra com a ciranda de papéis movimentada pelo governo para rolar as dívidas do país. Mas, para permitir essa doce vida dos banqueiros nacionais e estrangeiros, os tucanos e seus sócios neoliberais do PFL, PMDB, PPB, PTB & companhia aprofundaram o fosso das desigualdades sociais.

Os mercados e o imperialismo

A hegemonia do capital financeiro sobre o conjunto da burguesia brasileira foi construída entre 1989 e 1994. Dividida ao longo dos anos 1980, a burguesia unificou-se emergencialmente em torno da candidatura Collor, no segundo turno das eleições de 1989; e unificou-se, de forma orgânica, em torno da candidatura FHC, mas desta feita sob uma hegemonia clara: o neoliberalismo.

A execução do programa de governo neoliberal gerou fissuras no interior da classe dominante, expressas já nas eleições de 1998, principalmente em torno das candidaturas de Ciro Gomes (presidente) e Itamar (governador).

Em 2002, as fissuras aprofundaram-se. A maior parte do grande capital apoiou José Serra, muitos na expectativa de que ele patrocinaria uma mudança segura no modelo econômico, outros lamentando essa possível mudança, mas temendo ainda mais o que Lula poderia significar. Parte da grande

burguesia ficou neutra e uma expressiva minoria apoiou Lula, ambas atitudes impensáveis em 1989.

Vários motivos explicam a atitude do grande capital frente à candidatura Lula, em 2002: a adesão programática de Lula à defesa de um capitalismo popular (“mercado interno de massas”), no qual o setor financeiro teria sua participação controlada e reduzida; a avaliação de que a social-democratização do PT chegara a um ponto irreversível; a confiança nos compromissos assumidos, pela campanha Lula, com os chamados “mercados”; a crença de que só um governo de esquerda seria capaz de conter as reivindicações das camadas populares; a convicção de que melhor seria ceder anéis, para não perder os dedos; e, em alguns casos, até mesmo a expectativa de que o PT poderia liderar uma reciclagem do capitalismo brasileiro, semelhante à feita por Getúlio Vargas na década de 1930.

Desde a vitória e até o final do primeiro semestre de 2003, a opção preferencial da fração financeira do capital foi por influenciar as políticas do governo Lula, defendendo uma equipe de governo simpática aos mercados, o respeito ao superávit primário estabelecido pelo FMI, o respeito canino aos contratos (naturalmente, aqueles contratos que eles julgam que merecer ser respeitados), uma elevação modestíssima do salário mínimo etc.

Os “mercados” buscam influência, é bom que se diga, não através de um civilizado debate ideológico, mas sim através da chantagem: corte das linhas de crédito, desmonte das áreas de infra-estrutura, aprovação de salvaguardas institucionais, manipulação do noticiário, misto de adulação e chantagem presente nas matérias que tratam do ministério e de seus “homens fortes”, expectativa de contribuições para 2004 etc.

O grande capital financeiro tem, como forte aliado, o governo Bush—que vem executando uma política ofensiva e militarista, numa atitude diretamente proporcional às dificuldades da economia norte-americana, que precisa desesperadamente da guerra e da ampliação imperialista de mercados.

Frente ao Brasil, o governo norte-americano trabalha para que nosso governo ceda em temas sensíveis como o acordo da Alca, o Plano Colômbia, a questão palestina, a relação com o governo Chavez e com Cuba.

Para enfrentar esta pressão, além de forte base interna de apoio, o governo brasileiro precisa construir um pólo alternativo em escala internacional—o que exige o estabelecimento de sólidas relações diplomáticas e comerciais na América Latina e com outros países, como Rússia, China e Índia.

Neoliberalismo continua presente

A verdade é que, embora derrotado eleitoralmente na disputa presidencial, o neoliberalismo manteve uma invejável influência política—sustentada em seus apoios internacionais e em sua força econômica—, influencia que se espalha tanto em segmentos da base do governo, quando na bancada de oposição: 72% da população, 70% do PIB e 66% das vagas na Câmara dos Deputados vêm de estados governados por partidos da (agora) oposição conservadora, que amealhou 38,73% dos votos válidos para a presidência da República e elegeu treze governadores (entre os quais os de São Paulo, Minas Gerais, Rio Grande do Sul, Pernambuco, Bahia e Pará), além de ter alguma participação no próprio governo Lula.

Embora derrotados na eleição presidencial, os partidos conservadores mantiveram um enorme peso nos demais níveis do poder executivo, controlando ainda grande parte do poder legislativo e do judiciário, enorme poder econômico, bem como a esmagadora maioria dos meios de comunicação de massa.

Em 2002, portanto, o neoliberalismo sofreu uma derrota eleitoral; mas continua hegemonizando a política econômica nacional, para espanto inclusive de setores da própria burguesia, como se constata nas declarações do vice-presidente da República.

A hegemonia do capital financeiro, em geral, e das políticas neoliberais, em particular, pode ser vista em aspectos importantes da política econômica desenvolvida pelo governo federal, gerando perplexidade inclusive em setores do empresariado que apoiaram a candidatura Lula, uma forte reação dos setores “desenvolvimentistas” do tucanato, ao mesmo tempo que recebem o aplauso dos segmentos mais vinculados ao capital financeiro.

Para entender esta paradoxo, é preciso levar em conta que, para enfrentar os grandes obstáculos que se interpõem à consecução das mudanças (os conservadores, os mercados e os ianques), a orientação predominante nos primeiros meses do governo Lula foi aquela construída, em seguidos encontros do Partido, desde 1995 até o PED de 2001: a defesa de um “capitalismo popular”; de um “programa de transição”—lenta, segura e gradual—do modelo neoliberal em direção a um novo modelo; de uma política de alianças com setores do empresariado; da subordinação dos movimentos sociais e dos partidos de esquerda à mal-denominada “política de governabilidade”.

Esta estratégia orientou o presidente—à quem coube, na tradição construída nos últimos anos e questionada por nós diversas vezes— a “última palavra” na composi-

ção da equipe de governo.

A burguesia integra diretamente o ministério, entre outros com Roberto Rodrigues, ministro da Agricultura, cabeça do agribusiness nacional, grande fazendeiro e antagonista da reforma agrária; Luís Furlan, ministro do Desenvolvimento, Indústria e Comércio, presidente do Conselho de Administração da Sadia, vice-presidente da FIESP, sondado anteriormente para ocupar o mesmo ministério no governo de FHC; o novo presidente do Banco Central, Henrique Meirelles, executivo que fez carreira internacional a frente do BankBoston, deputado federal eleito pelo PSDB e defensor assumido da política desenvolvida por Armínio Fraga.

A composição do governo e, principalmente, a política econômica que vem sendo aplicada pelo governo federal, contribuiriam, num primeiro momento, para impedir que o “núcleo duro” da burguesia (ou seja, o setor que apoiou Serra) recuperasse a iniciativa política, impedindo a consolidação de uma frente única do capital, evitando um enfrentamento de conjunto entre o grande capital e o governo.

Mas, ao mesmo tempo, tal política — se tiver prosseguimento por muito mais tempo — inviabilizará as mudanças, corroendo a base de apoio do governo Lula junto as camadas populares e mesmo junto a setores da burguesia.

A transformação programática do PT

Segundo seu manifesto de fundação e as resoluções de todos os seus encontros e congressos nacionais, o PT defende o socialismo. É verdade que o socialismo para o PT 2003 é bem diferente do que era o socialismo para o PT 1980. Mesmo assim, todas as atitudes do Partido deveriam ter como propósito final “acumular forças”, “dar passos”, “caminhar para” uma sociedade diferente do capitalismo.

Em 1980, estava muito claro que a transformação da sociedade brasileira — rumo ao socialismo — passaria por alterações “estruturais” na política e na economia. Por isso mesmo, desde as eleições para governador de 1982, até as eleições presidenciais de 2002, o PT sempre apresentou seus programas de governo, detalhando quais seriam aquelas alterações. A leitura desses programas (e das resoluções partidárias que constituíam seu pano-de-fundo) mostra que as propostas do Partido podem ser agrupadas em pelo menos três grandes momentos.

No primeiro momento, que vai de 1980 até 1989, o Partido determinou o socialismo como seu objetivo estratégico; construiu um programa democrático e popular; e definiu uma estratégia em que a luta pelo poder pas-

sava pela disputa e pelo exercício do governo federal, respaldado por um amplo movimento de massas de caráter socialista que acumulasse força para uma ruptura revolucionária. Dois grandes episódios consagraram isto: o 5º Encontro Nacional do PT, em 1987; e a campanha presidencial de 1989.

No segundo momento, que vai de 1990 até 2001, o Partido foi abrando progressivamente seu compromisso com o socialismo; construiu um programa centrado no combate ao neoliberalismo; e executou uma estratégia em que a luta pelo poder se resumiu cada vez mais à disputa do governo federal.

O terceiro momento teve início com a “Carta aos Brasileiros”, divulgada já durante a campanha presidencial de 2002, sinalizando a escolha tática e estratégica feita pelo setor moderado do PT frente a crise aguda vivida em meados daquele ano; e tem sua tradução prática na gestão de Antonio Palloci à frente do Ministério da Fazenda. O governo federal já está conquistado; o socialismo some do horizonte político; e a ruptura com o neoliberalismo é substituída por um programa de transição “do” neoliberalismo, programa que até o momento vem se revelando continuísta.

Esta evolução programática — que foi em certa medida antecipada pela política sindical do setor majoritário do PT, bem como pelo desempenho das administrações municipais e estaduais do partido — teve como pano de fundo, nos anos noventa, um contexto de ofensiva neoliberal e de refluxo das forças populares, notadamente do movimento sindical, atingido em cheio pelo aumento do desemprego, da precarização e da informalização.

Foi nesse contexto de refluxo que forjou-se a coligação eleitoral e programática que venceu as eleições de 2002, reunindo os principais partidos de esquerda com setores da burguesia, em torno de um programa gradualista de superação do neoliberalismo. O PT foi o principal articulador e coluna vertebral desta coligação, pagando o preço da moderação programática e das amplas alianças.

Entre 2001 e 2002, houve um salto quântico na moderação programática: primeiro, o documento elaborado pelo Instituto da Cidadania, que propunha “denunciar o acordo do Brasil com o FMI”, ao mesmo tempo em que apontava a “estabilidade” econômica como uma conquista dos últimos anos e advogava mudanças que não tocassem nas “limitações legais e constitucionais” vigentes. Depois, o programa aprovado pelo 12º Encontro Nacional do PT, que defendia a “ruptura” com o neoliberalismo, como o conceito básico a nortear a ação do futuro governo. Finalmente, a Carta aos Brasileiros e o programa eleitoral, que

enfaticavam “o respeito aos contratos e obrigações do País” e destacavam a necessidade de se “preservar o superávit primário o quanto for necessário para impedir que a dívida interna aumente e destrua a confiança na capacidade do governo de honrar os seus compromissos”.

Esta evolução programática do PT não produziu uma ruptura com sua base social e eleitoral tradicional. Ao contrário, esta base social também foi contemplada, no programa de governo, com a promessa de “mudanças”, especialmente na política econômica.

Do ponto de vista meramente eleitoral, tal política foi vitoriosa: o PT conseguiu ampliar sua votação à direita, mantendo quase intacta sua base à esquerda; e Lula foi eleito com uma votação estrondosa (cerca de 56% dos votos válidos). No entanto, isso trouxe para o futuro governo uma série de problemas e contradições.

Em primeiro lugar, os milhões de trabalhadores que votaram em Lula, embora o tenham feito movidos pela esperança de mudança, não referendaram claramente nenhum plano de ação. Ainda que a vitória eleitoral expressasse mais de duas décadas de acumulação de força por parte do campo democrático-popular e socialista, a ausência de mobilização social no período e a ambigüidade do discurso de campanha reduziram muito o caráter “classista” do sufrágio em Lula, ganhando ênfase a sua dimensão simbólica: a eleição de um “filho” da classe trabalhadora à cadeira da Presidência da República.

Em segundo lugar, a política de “agregação” realizada na campanha trouxe para a coalizão vitoriosa representantes de setores da sociedade com interesses e expectativas contraditórios com relação aos rumos do novo governo, anunciando de saída que o governo seria o tempo todo tensionado e pressionado à “negociação”.

Um governo em disputa

Como qualquer outro, o governo Lula encontra-se em disputa permanente, em pelo menos quatro níveis: pelo governo norte-americano e outras grandes nações capitalistas; pela direita e pelo grande capital; pelos diversos partidos coligados, no primeiro e no segundo turno; pelos diferentes setores do PT. Hoje, a disputa em torno dos rumos do governo Lula se concentra nos rumos da política econômica.

Durante os vinte anos de hegemonia neo-liberal, fez escola a frase lapidar da Dama de Ferro: *there is no alternative*. Não há alternativa! Passados mais de vinte anos, a supostamente única alternativa — o neoliberalismo — fez água, mas a herança neoliberal e a hegemonia do capital finan-

ceiro continuam e continuarão vivas por muito tempo.

Uma mostra disso é a disputa travada nos partidos de esquerda, em todo o mundo: trata-se, na imensa maioria dos casos, de identificar quem é mais (ou menos) radical na condenação do neoliberalismo. O capitalismo estrito senso, que noutros tempos era tratado abertamente como o “grande vilão”, geralmente fica na sombra.

A esquerda moderada —hegemônica no PT— não defende o neoliberalismo, mas defende a necessidade de alianças amplas contra o neoliberalismo, bem como enormes concessões frente às chamadas armadilhas neoliberais, o que constitui a porta para a progressiva adesão da esquerda moderada às teses neoliberais.

Na campanha presidencial de 2002, isso se materializou na “Carta aos brasileiros”, que assumiu o compromisso com o superávit primário que fosse necessário para manter a economia saudável. Noutras palavras, assumiu o compromisso de transferir para a banca internacional os recursos que fossem necessários.

Na montagem do governo, essas concessões se materializaram na indicação de integrantes expressivos da burguesia, para assumir os postos-chaves da economia. Ao mesmo tempo em que faz todas estas concessões, a esquerda moderada reafirma que elas se fazem necessárias como parte de um “programa de transição” do neoliberalismo rumo a “outro modelo” (uma espécie de “capitalismo popular”).

A questão é: qual política econômica será capaz de conciliar a manutenção dos contratos com a banca, a superação do modelo econômico neoliberal e a ampliação das políticas sociais?

Para a esquerda socialista, estes três objetivos são inconciliáveis, embora possam ser “compatíveis” durante um curto espaço de tempo. Até por isso, alguns acalentavam o sonho de que, na esquerda moderada, existiria quem defendesse proclamar a compatibilidade entre aqueles três objetivos, durante o tempo que fosse necessário para assumirmos tal controle político sobre a situação, que se tornasse possível “surpreender a burguesia”. A descoberta de que os moderados falavam sério, quando defendiam uma política de “transição”, explica parte da perplexidade e da indignação com medidas do governo, que na verdade estavam já anunciadas quando da “Carta aos Brasileiros”.

Na verdade, a esquerda moderada acredita mesmo ser possível conciliar aqueles objetivos, da seguinte forma: por um lado, utilizar maciçamente, em políticas sociais, recursos que hoje são desperdiçados (por exemplo, na corrupção); por outro lado, apostar numa ampliação maciça das exportações, como forma de reduzir a chamada

vulnerabilidade externa do país; em terceiro lugar, investir em políticas de fomento ao mercado interno, que seriam o motor de um outro modelo, baseado numa química “sustentável” entre o consumo de massas e o comércio exterior.

Como todo plano, este seria factível, sob certas condições de temperatura e pressão. Este, em particular, pressupõe que os setores populares não vão ampliar a mobilização em prol de mais gastos sociais; que haverá mercado externo capaz de absorver um aumento substancial de nossas exportações; que esse aumento das exportações será possível, mesmo ocorrendo uma melhoria na distribuição de renda nacional (que tende a aumentar o valor dos produtos nacionais, bem como o consumo interno); que será possível aumentar as exportações e incentivar a produção interna, sem aumentar também substancialmente as importações.

Em resumo: para que o plano de transição funcionasse, seria preciso que a situação nacional e internacional não sofresse nenhuma alteração para pior, que as classes sociais aceitassem negociar seus ganhos e perdas e que os “fatores” da economia se encadeassem harmonicamente.

Mesmo que existisse uma política econômica capaz de conciliar a manutenção dos contratos com a banca, a superação do modelo econômico neoliberal e a ampliação das políticas sociais, caberia perguntar qual política seria capaz de sustentar esta política econômica?

A resposta implícita na ação dos moderados é: a política de “paz e amor”, ênfase no social, compromisso com os mercados, amplas alianças, pacto social e muito diálogo. Tal resposta, e isto é preciso compreender, prevalece porque ainda convence e encontra respaldo em boa parte da base partidária e da classe trabalhadora, uma vez que se apóia no senso-comum de que “devagar se vai ao longe”, de que “não há como radicalizar”, de que é necessário, por isso mesmo, ir “melhorando” as coisas. Trata-se de uma visão que reduz a ação política ao nível da ação administrativa. É o que denominamos, muitas vezes, de “melhorismo” (agora, em sua versão oficial).

Entretanto, mesmo que o cenário internacional não fosse turbulento como é; mesmo que a burguesia “produtiva” aceitasse a continuidade da hegemonia do capital financeiro; mesmo que os movimentos sociais admitissem —mais uma vez— adiar suas expectativas, a luta de classes prossegue.

Política econômica e eleições municipais

Caso a atual orientação econômica continue, havendo correções apenas de intensidade (por exemplo, redução na taxa de

juros ou no superávit), o crescimento econômico e a capacidade de investimentos (inclusive sociais) ficarão na dependência da maior ou menor instabilidade da economia internacional.

Mesmo que a situação internacional não se agrave, o crescimento deve ser insuficiente para reverter a tendência à recessão, ao aumento do desemprego, a redução do poder de compra dos salários. Mas, nesse caso, haveria recursos para políticas sociais e investimentos, mesmo que focalizados.

Já num cenário de turbulência internacional, teríamos um agravamento da crise econômica e social, acompanhada de um crescimento do PIB extremamente baixo ou, até mesmo, negativo. Neste caso, teríamos um aprofundamento dos cortes, prejudicando até mesmo uma atenção focalizada dos problemas sociais e, provavelmente, a capacidade de pagar as dívidas, colocando o país frente a uma situação tão grave quanto a de 2002.

Caso haja uma alteração na política econômica, com uma transição para uma orientação ligada às concepções desenvolvimentistas, poderíamos ter —no médio prazo— uma ampliação dos investimentos, uma retomada do crescimento e uma melhoria nos indicadores sociais. Mesmo assim, o curto prazo seria de enormes dificuldades, seja por conta da inércia da crise atual, seja por conta das retaliações dos setores ligados ao capital financeiro e ao imperialismo.

Portanto, tudo indica que —havendo ou não alteração na política econômica— o ano de 2004 será de dificuldades econômicas e sociais. Ironicamente, portanto, o calendário eleitoral embute uma das ameaças enfrentadas pela “estratégia institucional” desenvolvida pela esquerda moderada. Afinal, em mais de cinco mil municípios, os aliados do governo precisam de mudanças visíveis. Para que isso ocorra de maneira consistente, sem depender de liberação casuística de verbas federais, o orçamento da União em 2004 teria que ser substancialmente distinto da LOA de 2003.

Claro que se o governo FHC conseguiu manter a hegemonia, durante pelo menos seis anos, apesar de implementar uma política anti-popular, anti-democrática e anti-nacional; nada impede que o governo Lula consiga manter a hegemonia, durante período igual ou maior, aplicando uma política moderadamente democrática, nacional e popular.

Por isto mesmo, o cenário das eleições municipais do próximo ano comporta três grandes alternativas: uma vitória em toda linha, que consideramos pouco provável; uma derrota geral, especialmente nos grandes centros, que é um risco derivado da política econômica; ou um quadro de equilíbrio, com algumas derrotas e vitórias que se compen-

sam.

Em qualquer caso, há um grande assédio ao PT nos municípios, em busca de alianças e de filiação para candidaturas no próximo ano e há, também, na mesma direção, uma pressão considerável de dirigentes petistas ansiosos por ganhar a qualquer preço. Esse movimento convergente poderá resultar em uma diluição do partido em escala nacional, através de filiações de futuros candidatos, alianças com todos os partidos, o dobro do número de candidaturas majoritárias e o triplo de proporcionais, em relação a 2000.

Tanto interesse pelo PT deriva do fato de que a votação em Lula, em 2002, nos municípios, pode ser repetida ou aproximar-se muito, atingindo pelo menos a votação dos candidatos(as) ao governo e Senado. Isso significa que há possibilidade de vitória em uma quantidade muito grande de municípios, se o partido souber “buscar” os votos de 2002.

Quem é candidato a prefeito pode eleger-se pelo PT principalmente em pequenos municípios (3.495 até 10 mil eleitores, 62,8% do total de municípios e 14,7% do eleitorado) e, talvez, nos 1.750 entre 10 mil e 50 mil eleitores (29,6 milhões de eleitores).

Há quem defenda que o PT dê prioridade aos pequenos municípios, do ponto de vista eleitoral. Mas o número de eleitores e a realidade da estrutura partidária indicam que a prioridade deve ser para os 801 médios municípios (20 mil a 100 mil eleitores), com 30,4 milhões de eleitores no total; para os grandes (87 com 100 mil a 200 mil eleitores) e muito grandes (62 com mais de 200 mil eleitores).

Nos 950 municípios de 20 mil a mais de 200 mil eleitores, onde estão 83 milhões (67% do total) de eleitores, haverá um nível inédito de acirramento contra o PT, justamente porque agora ele deixou de ser apenas mais um adversário, para se constituir em “o” adversário, o inimigo a destruir (principalmente para PFL, PP, PTB, PSDB e outros menos cotados). Onde as bancadas do PT cresceram bastante no ano passado, ele passou a ser o segundo partido mais forte, candidatíssimo a ganhar em 2006. Assim, ao menos nos 320 municípios acima de 50 mil eleitores, que somam 63,5 milhões de eleitores, a disputa municipal de 2004 será antecâmara das presidenciais de 2006.

Política eleitoral e política econômica

O principal obstáculo para um desempenho positivo do PT nas eleições municipais de 2004 será a política econômica implementada pelo governo, que até o momento vem sendo dominada não pela transição, mas sim pelo continuísmo. Os exemplos mais evidentes são a manutenção das altíssimas taxas de juros e a elevação da meta

de superávit primário, inacreditáveis 4,25% do PIB, o que corresponde a cortes de R\$ 68 bilhões no orçamento da União, cerca de um quarto da receita. Sendo que o patamar do primeiro trimestre de 2003 elevou-se a 6,17% do PIB, o maior da história.

Na carta de intenções ao FMI, divulgada no final de fevereiro, estão prometidos o aumento do superávit primário, a reforma da previdência com o sentido de “acalmar mercados”, a autonomia do Banco Central e a privatização de quatro bancos estaduais, dentre outras medidas.

Já o documento do Ministério da Fazenda, “Política Econômica e Reformas Estruturais”, trabalha com a “hipótese de manutenção dos superávits primários no nível de 4,25% ao longo dos próximos anos”, criticando a administração FHC por ela não ter arrojado suficientemente as contas públicas: “Caso o governo brasileiro tivesse realizado um superávit primário de 3,5% do PIB ao ano durante os últimos oito anos, a relação dívida/PIB hoje seria a metade da observada”. Assim, em linhas gerais, o documento “Política Econômica e Reformas Estruturais”, elaborado pelo Ministério da Fazenda, defende que o melhor caminho para retomar o crescimento e promover “a inclusão social” é aprofundar as linhas mestras da política econômica do período FHC.

O documento mostra que as prioridades da agenda econômica do Ministério da Fazenda para este ano e para os demais são as chamadas reformas, elaboradas originalmente pelo próprio governo FHC ou por intelectuais e instituições que sempre o apoiaram, como a Federação Brasileira de Associações de Bancos, a Febraban, ou pelas instituições internacionais, como o FMI, o Banco Mundial e centros de pensamento norte-americanos.

A disposição de ir mais a fundo no mesmo rumo fica clara quando, no citado documento, se lê que “o governo tem como primeiro compromisso da política econômica a resolução dos graves problemas fiscais que caracterizam nossa história econômica, ou seja, a promoção de um ajuste definitivo das contas públicas”.

A mudança estrutural prometida, portanto, é fazer de modo definitivo o que FHC não fez, erro decorrente de ter perseguido o “equilíbrio fiscal” por meio de aumentos de impostos, e não de corte de gastos; ou seja, trata-se de alcançar o “equilíbrio fiscal, com a fixação de uma meta de superávit primário de 4,25% do PIB, sem contar com novos aumentos de impostos”.

O documento da Fazenda reconhece que “a estrutura de arrecadação e transferências federais não tem a progressividade desejada no que tange à distribuição de renda, o que contrasta com o observado em outros países, onde o desenho fiscal contri-

bui para reduzir a desigualdades de renda”. Feito este reconhecimento, não se propõe nenhuma medida de reforma tributária para aumentar a receita do imposto de renda! Não há qualquer menção ao fato escandaloso de que a alíquota máxima de 27,5% vigente no Brasil é uma das mais baixas do mundo, indicador claro de que imposto neste país não é para ricos!

Aprofundando o fiscalismo

Todo o documento do Ministério da Fazenda revela a preocupação de não incomodar os mais ricos, não incomodar o grande capital, não incomodar os empresários. A Fazenda pretende conseguir que eles colaborem com a distribuição de renda e a retomada do crescimento econômico, em troca da implementação de propostas defendidas há muitos anos por eles mesmos, por estes mesmos empresários, estes mesmos rentistas, estes mesmos indivíduos de altas rendas.

O tratamento dado ao desemprego é talvez o exemplo mais escandaloso. No documento da Fazenda o problema do desemprego (e da própria desigualdade de renda) é deslocado para a formação e qualificação do trabalhador e para “incentivos” às empresas.

Boa parte do documento está dedicada às políticas de qualificação do trabalhador, como se o emprego dependesse da oferta de trabalho, de melhorar a qualidade da força de trabalho. Pelo lado da demanda por emprego, as propostas se concentram em reduzir o custo de contratação formal de trabalhadores, em dar estímulos ao capital para contratar mais. Em nenhum momento se considera que as empresas procurem não contratar trabalhadores sem registro em carteira, “apenas” pela velha disposição de pagar menos aos trabalhadores, tanto em salários quanto em encargos, “apenas” pelo velho interesse de pagar menos aos trabalhadores para aumentar lucros. O documento trata os empresários como “agentes neutros”, quase como vítimas de uma legislação inadequada. As empresas não são tratadas como agentes ativos do problema da precarização do trabalho, e os direitos dos trabalhadores não são tratados como normas legais que devem ser cumpridas, como contratos que devem ser honrados.

O mesmo tratamento aparece na questão do crédito. A Fazenda pretende aumentar a concessão de créditos ampliando os direitos dos bancos sobre os credores. O documento trata os bancos como “vítimas” dos tomadores de empréstimos, estimulados a atrasar pagamentos pelas dificuldades dos bancos de executar as garantias. Os devedores agem de má fé, portanto, e os bancos, não. Nenhuma palavra sobre más condutas dos bancos, sobre práticas oligopolistas de

manipulação da concorrência, sobre acordos de cavalheiros. Os banqueiros aparecem como bons empresários, neutros, dispostos a agir corretamente, desde que seus clientes não sejam estimulados a agir de má fé contra eles.

No que se refere ao coração mesmo da política econômica, à gestão da moeda, do juro e do câmbio, o documento se orienta por um fiscalismo neoliberal poucas vezes expresso com tanta clareza no Brasil. Segundo o documento, os desequilíbrios e crises dos últimos anos teriam sido gerados por desequilíbrios orçamentários, e não pela vulnerabilidade externa e pela instabilidade dos fluxos de capitais.

Estes problemas, descuidados pela gestão FHC-Malan, foram apontados pela antiga oposição como a causa maior dos desequilíbrios macroeconômicos que conduziram à situação desastrosa de 2001-2002. A experiência da década de 1990 mostrou crises cambiais gravíssimas em países com situação fiscal equilibrada, como a Coreia do Sul em 1997 e o México em 1994. Grande parte do desajuste fiscal brasileiro em 1997-1998 decorreu das políticas adotadas para amortecer os efeitos da crise cambial sobre as empresas e os bancos, em especial a emissão de títulos públicos com correção cambial. Com estes papéis em poder das empresas e dos bancos, as perdas geradas pela desvalorização do real foram transferidas de imediato para o Tesouro e geraram lucros monumentais para os bancos.

Uma das metas fundamentais do “ajuste das contas públicas” pretendido seria reduzir a relação dívida/PIB. Tal meta pode ser conseguida de duas formas: ou se amplia o PIB ou se reduz a dívida. No primeiro caso seria necessária uma redução nas taxas de juros, um plano audacioso de investimentos e financiamentos públicos e uma política salarial que aliviasse um pouco o arrocho.

Ocorre que todas essas medidas têm um caráter inflacionário, segundo pensam os neoliberais e os monetaristas. Sendo assim, o caminho escolhido seria reduzir a dívida, pagando a dívida. Toda política econômica sustentada pelo Ministério da Fazenda está organizada pelo pressuposto de um bom relacionamento com o sistema financeiro internacional, o que só é possível à medida que se garanta o pagamento da dívida.

A prova prática disto foi vivida nos primeiros meses de governo, quando o ministério da Fazenda elevou o superávit primário. Gastos públicos foram contingenciados, inclusive na área social. A decorrente melhoria nas contas públicas foi capaz de, provisoriamente, reduzir o risco-Brasil, melhorar a cotação do Real frente ao dólar e controlar a inflação. Mas, por óbvio, não foi capaz de reduzir o desemprego, nem os rendimentos do trabalho.

No fundo desta política, está a tese — presente na área econômica do nosso governo e do governo anterior — segundo a qual o financiamento do desenvolvimento brasileiro depende, como cláusula pétrea, do fluxo externo de capitais. Portanto, que a dependência externa é um traço insuperável de nossa economia.

Esta tese está presente na atitude frente aos credores internacionais, mas também no debate sobre a Alca. Para setores importantes do governo, o Brasil não pode aderir à Alca como querem os EUA, porque eles não abrem mão do protecionismo. Os estadunidenses prejudicam as exportações brasileiras de aço, suco de laranja, sapatos e carne, por exemplo.

Se tais barreiras forem rompidas e todos os nossos produtos de exportação puderem entrar no mercado norte-americano, estariam dadas as condições para a adesão à ALCA. Ocorre que, neste caso, o Brasil estaria confirmando sua “vocação” histórica para exportação de *comodities*. Nos conformaríamos, assim, com uma divisão internacional do trabalho que nos cristaliza como importadores de produtos de tecnologia sofisticada e exportadores de produtos primários ou industriais de baixo valor agregado.

A idéia de desonerar exportações, tal como definida pela Reforma tributária (PEC 41), é o retorno, em termos mais sofisticados, do Convênio de Taubaté de 1906. Privatizam-se os lucros, socializam-se os prejuízos, em benefício de setores como o sucroalcooleiro, um dos mais desenvolvidos do mundo, um dos principais exportadores da economia brasileira, que paga 10 centavos o metro quadrado de cana colhida pelos canavieiros.

Até aqui, esta política econômica tem resultado em euforia no câmbio, bolsa em alta, renda dos trabalhadores em queda, desemprego em alta, juros bancários batendo recordes. Houve diversos momentos assim na era FHC. O resultado geral é conhecido.

As diretrizes orçamentárias

Nosso governo foi eleito com os compromissos de mudar a política econômica e construir um novo modelo de desenvolvimento, ainda que seja bastante heterogêneo aquilo que as diferentes forças que apoiaram Lula esperavam de seu governo e aquilo que entendiam por “mudança”.

Ao manter objetivos e instrumentos essenciais da política econômica anterior, o governo tem causado surpresa e descontentamento nas forças que o apoiaram. A defesa do governo tem consistido em alegar que não podia evitar uma fase difícil de transição, dada a herança desfavorável que recebeu e as incertezas internacionais enfrentadas nos meses iniciais de sua gestão.

Os projetos da LDO, da Lei Orçamen-

tária para 2004 e o do Plano Plurianual de Investimentos, ao delinearem as perspectivas do governo Lula até o final de seu mandato, mostram que a política atual, se depender da atual equipe econômica, não é uma injunção transitória.

Três parâmetros têm sido decisivos para projetar o crescimento da economia e elaborar as propostas orçamentárias do governo federal nos últimos anos: a taxa de câmbio, a taxa de inflação e a taxa de juros. Segundo a orientação adotada no segundo mandato de FHC e reafirmada pelo governo Lula, a taxa de câmbio deve ser fixada livremente pelo mercado. O governo não tem, portanto, uma meta cambial, cabendo-lhe apenas calcular a evolução mais provável da taxa de câmbio.

Não precisaria ser assim. Câmbio administrado não deve ser confundido com câmbio fixo. A taxa de câmbio poderia flutuar e, ainda assim, ser controlada pelo governo para moderar as oscilações. Renunciando a qualquer restrição — por exemplo, das entradas e saídas de capitais de curto prazo — e adotando a política extremada da flutuação “pura” do dólar, nosso governo deixa de controlar um preço fundamental para a economia e para a evolução da inflação.

As metas de inflação e as taxas de juros são estabelecidas pelo Comitê de Política Monetária do Banco Central, mas sofrem, evidentemente, a influência da taxa de câmbio. No segundo semestre de 2002, quando se iniciou uma fuga de capitais do mercado brasileiro, o dólar disparou, puxando os preços dos combustíveis, as tarifas públicas atreladas à moeda americana e até as cotações de produtos agrícolas, que começaram a ser desviados do mercado interno para o exterior, atraídos pelo aumento dos preços em dólar.

Para conter as pressões inflacionárias e seduzir os investidores externos desconfiados, foi necessário aumentar as taxas de juros, o que, somando-se à correção dos títulos indexados ao dólar, elevou a dívida pública. Seguiu-se a necessidade de aumentar o superávit fiscal primário para pagar uma parcela maior de juros da dívida pública, na tentativa de evitar um agravamento da relação entre a dívida pública líquida e o PIB. Com o repique da inflação, o aumento dos juros e o corte dos gastos públicos, a taxa de crescimento da economia e as condições de vida da população regrediram. A única consequência favorável da desvalorização do real foi o aumento do saldo do comércio exterior, com o estímulo às exportações das mercadorias brasileiras, barateadas em dólar, e o desestímulo às importações, mesmo de produtos essenciais, encarecidas.

Neste ano, aconteceu o movimento inverso. Com o alargamento da distância entre os juros pagos no Brasil e os oferecidos

nos Estados Unidos e em outros países, os capitais de curto prazo começaram a retornar, derrubando a taxa de câmbio e aliviando as pressões inflacionárias. Em contrapartida, a valorização do real, desestimulando as exportações e incentivando as importações, tende a reduzir o saldo da balança comercial, a única fonte autônoma de divisas que pode diminuir a dependência brasileira de capitais externos.

As flutuações bruscas e exageradas da taxa de câmbio dificultam também o planejamento dos investimentos produtivos, inclusive nos setores que exportam ou que substituem importações, prejudicando a aceleração do crescimento econômico. Quando os investidores perceberem a tendência de médio prazo para o aumento do endividamento público sobre o PIB, ou quando vislumbrarem oportunidades mais lucrativas em outros mercados, retirarão seu “dinheiro quente” do mercado brasileiro, deixando para trás uma herança ainda mais difícil de ser superada.

O projeto da LDO estima que a taxa de câmbio evoluirá de R\$ 3,56/US\$ 1 no final de 2004, para R\$ 3,70 em 2005 e para R\$ 3,84 em 2006. Essa evolução, projetada em termos nominais, equivale à manutenção da taxa atual em termos reais, ou seja, deduzida da inflação brasileira a inflação americana, previstas para esses anos.

Se essa projeção não se confirmar, as taxas de inflação poderão ser maiores do que 5,5% em 2004, 4% em 2005 e 4% em 2006. Em 2003, a meta de inflação, definida anteriormente em 4%, já subiu para 8,5% e se comenta que poderá ser elevada novamente.

Se as metas de inflação para os próximos anos forem ultrapassadas, como tem ocorrido, as taxas básicas de juros, utilizadas pelo Banco Central como o instrumento essencial para o controle da inflação, dificilmente serão de apenas 14,88% em 2004, 12,25% em 2005 e 10,88% em 2006 - conforme as médias previstas no projeto.

Sendo maiores as taxas de juros, as de crescimento econômico tenderão a ser mais modestas do que as esperadas na proposta: de 3,5% em 2004, 4% em 2005 e 4,5% em 2006. E se as taxas de juros forem mais altas e as taxas de crescimento econômico mais baixas, a evolução do endividamento público não será tão favorável como previsto. De acordo com a proposta, a dívida pública líquida diminuirá de 55,07% do PIB em 2004, para 53,69% em 2005 e para 51,43% em 2006.

Quando se comparam esses parâmetros incertos, percebe-se que a variável básica de ajuste, na qual a proposta do governo aposta, é a obtenção de superávits fiscais primários bastante elevados - de 4,25% do PIB a cada ano, de 2004 a 2006.

Ressalte-se que não se trata de gastar apenas o que se arrecada, garantindo o equi-

líbrio entre as receitas e as despesas orçamentárias, como gostam de recomendar os economistas conservadores. Trata-se de obter um saldo expressivo das receitas sobre as despesas não-financeiras —um desequilíbrio orçamentário a favor dos credores, por assim dizer, para que se possa pagar com a sobra uma parte significativa dos juros da dívida pública, desacelerando seu crescimento e diminuindo seu peso sobre o PIB.

O novo governo não só manteve o superávit que herdou —de 3,75%—, como o aumentou para 4,25% em abril, confirmando agora que não se tratava de uma medida emergencial, mas de um patamar que será preservado em toda a sua gestão. Em outras palavras: o aperto fiscal será permanente, prejudicando os gastos sociais, as despesas de investimento e as reposições salariais dos servidores. E o aperto poderá ser reforçado se as previsões otimistas quanto à evolução das taxas de câmbio, de inflação e de juros não se confirmarem.

A suposição implícita nesta política é que, realizando um ajuste fiscal mais drástico do que o do governo FHC, o governo Lula ganhará a confiança dos investidores externos. Com o afluxo dobrado de capitais externos, a taxa de câmbio e a volatilidade cambial se reduzirão, a taxa de inflação cairá, os juros poderão ser diminuídos, os investimentos produtivos aumentarão, o crescimento econômico será acelerado e os gastos sociais poderão ser incrementados. Trata-se de um discurso conhecido, adotado por um governo que perdeu as eleições de 2002.

O plano plurianual de investimentos

O documento “Orientação Estratégica de Governo”, divulgado pelo Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, afirma que o “PPA 2004-2007 terá como norte a seguinte estratégia de longo prazo: inclusão social e desconcentração da renda com crescimento do produto e emprego, desenvolvimento ambientalmente sustentável, redutor das disparidades regionais, dinamizado pelo mercado de consumo de massa, por investimentos e pela elevação da produtividade, e viabilizado pela expansão competitiva das atividades que superem a vulnerabilidade externa. As cinco dimensões da estratégia (social, econômica, regional, ambiental e democrática) representam os mega-objetivos a serem perseguidos.”

Nas condições atuais do Brasil e formulados os objetivos nesse grau de generalidade, quem poderá discordar? As estratégias diferentes se manifestam quando se esclarece como esses objetivos serão implementados, em que ordem de prioridade, com que instrumentos, em que prazos, recorrendo-se a que investimentos, financiados

por que recursos: essas definições, mesmo que preliminares, não são encontradas no documento.

Há também escolhas que não se harmonizam. “O social”, garante-se, “é o eixo do projeto”, porque “os programas dirigidos à inclusão social e à redistribuição da renda são uma absoluta prioridade”. Mas logo em seguida se ressalva, com razão, que “um crescimento vigoroso é um elemento central para a inclusão social e a redistribuição de renda, na medida em que cria emprego — que é a via básica de inclusão”. E, para complicar um pouco mais o entendimento, o documento afirma, em outras passagens, que “a estabilidade macroeconômica, mais que uma mera condição inicial, é elemento central” do plano e que, por isso, precisa ser consolidada “como requisito para o crescimento sustentado e a redistribuição de renda, por meio de ajuste das contas do setor público, necessário à evolução favorável da relação dívida/PIB”. Na articulação estratégica do plano, qual é o objetivo central e condicionador dos demais: a consolidação da estabilidade econômica por meio do ajuste das contas do setor público, a aceleração do crescimento por meio do combate à vulnerabilidade externa, ou os programas sociais dirigidos à inclusão?

As dissonâncias em relação às políticas sociais aumentam as dificuldades de compreensão das opções propostas. O documento afirma que “a estratégia do governo no âmbito social se rege pelo preceito de direitos fundamentais da cidadania e da garantia da universalização do acesso a serviços públicos essenciais”. Mas acrescenta que ela “contém, também, o preceito de priorizar os setores mais vulneráveis”, por meio de políticas que, “sempre que possível, terão caráter estrutural” e, “sempre que necessário, terão caráter emergencial”. Considerando-se a limitação de recursos, qual desses objetivos será privilegiado pelo plano?

O próprio documento argumenta que, “por causa das restrições à ampliação das despesas nos próximos anos e pela necessidade de ampliar os investimentos públicos, os recursos para a expansão dos programas de transferência de renda e de subsídios aos mais pobres também são limitados” e que, exatamente por isso, “é necessário avaliar custos e benefícios dos diferentes programas, dando prioridade àqueles que tragam melhores resultados em termos do objetivo de reduzir as desigualdades sociais”. Com essa linguagem arrevesada, o documento não está sugerindo a prioridade para os programas focalizados?

O documento reconhece a importância da geração de empregos como “via básica de inclusão social”. Insiste, no entanto, que “a instrução e o grau de qualificação dos trabalhadores” é um dos principais empec-

lhos à absorção dos trabalhadores com baixa qualificação no novo mercado de trabalho e à melhoria de seus rendimentos. Despreza, portanto, as evidências que mostram que a causa básica de desemprego está na demanda e não na oferta de trabalho, e que o aumento de trabalhadores qualificados, acirrando a disputa entre eles pelos cargos disponíveis, tende a reduzir relativamente seus salários, aumentando os lucros das empresas e a distância entre a participação do capital e do trabalho na renda nacional, em vez de produzir um efeito desconcentrador.

Sem resolver o dramático quadro de desemprego e subemprego, enfrentado pelos os trabalhadores, é difícil entender como o plano irá “inaugurar um processo de crescimento pela expansão do mercado de consumo de massa e baseado na incorporação progressiva das famílias trabalhadoras ao mercado consumidor das empresas modernas”.

O documento admite que, “nos primeiros anos de implementação do PPA, a elevação necessária do investimento sem aumento do déficit em conta corrente em proporção do PIB resultará na redução do consumo total em proporção do PIB”. Recorda também que, “toda vez que ocorre aumento do poder aquisitivo das famílias trabalhadoras, o que se amplia é a demanda por bens e serviços produzidos pela estrutura produtiva moderna da economia”.

Mas se os “primeiros anos” do PPA serão de dificuldades para os trabalhadores e se, em seguida, quando o crescimento da economia se acelerar, as empresas modernizadas precisarão de menos trabalhadores em termos relativos e, ao mesmo tempo, estarão tomando o mercado consumidor de pequenos e microempreendimentos e de trabalhadores autônomos, donde virão as oportunidades de trabalho e de renda desses trabalhadores para sustentar o “mercado de consumo de massa” prometido? Será um mercado de consumo expandido apenas para uma parte da “massa”?

As generalidades e as inconsistências do documento do Ministério do Planejamento podem resultar da tentativa de evitar coincidências explícitas com o documento “Política econômica e reformas estruturais”, divulgado anteriormente pelo Ministério da Fazenda. Basta um exame atento dos dois textos, no entanto, tanto em suas afirmações explícitas quanto em seus silêncios, para descobrir que o diagnóstico e a estratégia que costuram o documento do Ministério do Planejamento são basicamente os mesmos preconizados pelo texto anterior do Ministério da Fazenda.

Macropolítica conservadora e micropolítica progressista?

Em decorrência da política econômica adotada pelo governo, a anunciada “prioridade” que seria dada às políticas sociais não se materializa por absoluta falta de verbas. Nem os recursos destinados às políticas sociais no orçamento deste ano têm sido liberados. O brutal contingenciamento de verbas promovido com o objetivo de alcançar os mega-superávits tem atingido em cheio o orçamento de todos os ministérios da área social.

É muito difícil que se produzam políticas sociais eficientes, em meio a políticas macroeconômicas restritivas. Num cenário de arrocho, recessão, desemprego, queda da atividade produtiva, juros e cortes crescentes, qualquer política social será, se concretizada, meramente compensatória. Podemos afirmar, nesse sentido, que o verdadeiro comandante das políticas sociais é o Ministro da Fazenda.

Em mais de oito meses de governo já é possível medir os efeitos práticos desta política econômica. Contra os anúncios de um “espetáculo do crescimento”, o que se observa é uma séria deterioração da situação.

Em meados de agosto o IBGE divulgou uma série de dados sobre a situação da indústria brasileira, informando que o país já vive tecnicamente um quadro recessivo. Houve queda da atividade produtiva em dez das doze regiões pesquisadas e houve queda da produção industrial em dois trimestres consecutivos.

No estado de São Paulo, responsável por metade da produção nacional, a queda em junho foi de 4,3%, o pior mês desde 1999. Dos dezenove segmentos pesquisados, quinze apresentaram queda na produção. O desemprego crescente e o recrudescimento dos conflitos sociais são a contrapartida trágica destes índices.

Contra todas as evidências os defensores do caminho adotado alegam que a política econômica vem obtendo vários sucessos, baixando a cotação do dólar e o risco-país. Fingem ignorar, assim, os indicadores preocupantes de aumento do desemprego, queda da renda e do nível da atividade econômica. Mas não têm como se esquivar do fato de que o aparente “sucesso” dessa conduta oficial só durará enquanto continuar existindo um fluxo mínimo de capital especulativo para manter o pagamento das contas em dia —o que, por sua vez, só pode continuar ocorrendo (e mesmo assim sem quaisquer garantias) se o governo mantiver a oferta de vantagens ao setor financeiro.

Esta lógica pode conduzir o governo à passividade: ele torna-se incapaz de tomar a ofensiva no terreno econômico, já que precisa administrar variáveis sobre as quais não tem controle —como, por exemplo, os efeitos das crises internacionais; e sua política se limita a manejar os poucos instrumentos

macroeconômicos ortodoxos ao alcance da mão, como a taxa de juros e o arrocho nas contas públicas.

Com efeito, com a queda da inflação, a trajetória dos juros reais da economia tem sido ascendente, apesar das homeopáticas reduções percentuais mensais que o Copom tem concedido a fórceps, após intenso bombardeio dos setores industriais da economia. A verdade é que os juros se encontram em patamares tão altos, que podem mesmo sofrer uma diminuição constante nos próximos meses, sem que isto implique em qualquer alteração da orientação econômica principal.

Não há sinais de que o crédito se expanda e o seu custo diminua de modo a criar condições para uma retomada significativa de investimentos privados na ampliação da produção corrente e da capacidade instalada. Por outro lado, a tímida ampliação de linhas de microcrédito não representa uma alternativa para alavancar uma onda de investimentos, cujos pequenos empreendimentos de resto dificilmente encontrarão demanda num quadro de desemprego em alta e queda generalizada do poder de compra dos salários.

A reforma da previdência

Após oito meses, um sinal de alerta começa a se colocar para parcelas significativas da classe trabalhadora, principalmente entre os seus setores de vanguarda.

Ainda que a popularidade do presidente possa permanecer alta por algum tempo, lastreada no crédito de confiança que lhe confere a sua trajetória e o significado profundo da presença do PT, a combinação de uma política macroeconômica extremamente ortodoxa e restritiva com tentativas de ações sociais compensatórias feitas pelo governo, começa a repercutir negativamente entre os intelectuais, os formadores de opinião, os movimentos sociais e os militantes partidários. A verdade é que cresce entre estes setores a dúvida sobre o compromisso reformista de nosso governo.

A palavra “reforma” tem uma longa tradição na história política. Há quem localize sua origem na “reforma” protestante; outros no debate sobre “reforma e revolução”, travado entre os social-democratas alemães do final do século 19. No Brasil, em que os termos políticos são utilizados tantas vezes de ponta-cabeça, já se fez uma “revolução” (o golpe militar de 1964) para combater as reformas (de base, patrocinadas pelo governo João Goulart).

Com a entrada em cena do neoliberalismo, voltou com força a tradição de inverter os sinais: a esquerda passou a ser apresentada como conservadora; e a direita, como progressista. Nesse contexto, os neoliberais chamaram de “reformas” as mu-

danças constitucionais que defendiam, para poder adotar políticas anti-populares, anti-democráticas e anti-nacionais.

No âmbito do PT, a palavra “reforma” foi utilizada, desde 1980 até hoje, em duplo sentido: ou para designar uma determinada estratégia de transformação da sociedade; ou para designar as mudanças que faríamos quando conquistássemos o governo federal. Quando chegássemos “lá”, faríamos as “reformas estruturais”.

Por isto mesmo, a discussão sobre as reformas do governo Lula não pode ser encarada de maneira pontual. Supostamente, o encadeamento destas reformas é uma das materializações mais importantes da estratégia do governo, uma das maneiras de construir o bloco político-social indispensável à construção de outro modelo econômico em nosso país.

Foi por isso que setores importantes do Partido defendiam que as reformas deveriam começar por mudanças na sociedade amplo senso, não no Estado estrito senso. Dessa maneira, recusaríamos a concepção — muito forte entre os neoliberais — segundo a qual a fonte de nossos problemas está no Estado, não na sociedade.

Se nossa principal tarefa é mudar a sociedade brasileira, atacando a brutal concentração de renda e riqueza, então é por aí que devem começar as reformas: a reforma agrária, a reforma urbana, o imposto sobre grandes fortunas, por exemplo. E as reformas que faremos no Estado deveriam ter como objetivo capacitá-lo a cumprir um papel na transformação da sociedade.

Foi por isso, também, que setores importantes do Partido entendiam que as reformas no Estado deveriam ter como objetivo aumentar o peso do Estado, frente as chamadas forças do mercado; aumentar os gastos sociais do Estado; aumentar o controle social sobre o Estado.

A opção pelo envio, em primeiro lugar, da reforma da previdência, não contraditaria obrigatoriamente o que foi dito anteriormente. Em primeiro lugar por que, por detrás das noções de seguridade e de previdência social, está a concepção de que cabe ao conjunto da sociedade proteger aqueles que — por sua idade ou por suas condições físicas — não tenham condições de trabalhar. Não é preciso dizer que esta concepção não é neoliberal, nem capitalista. Uma reforma da previdência que popularizasse este debate concorreria, e muito, para confrontar a lógica individualista que o neoliberalismo ajudou a espalhar na sociedade brasileira.

Em segundo lugar, porque existem cerca de 40 milhões de pessoas, no Brasil, que embora integrem a população economicamente ativa, não estão sob proteção da assistência social. Uma reforma da previdência estruturada em torno da inclusão destes mi-

lhões de trabalhadores e trabalhadoras, teria um efeito político, econômico e social incrível.

Em terceiro lugar, porque a previdência é um dos maiores sistemas de distribuição de renda existentes no mundo. A ampliação deste sistema estimularia, de maneira imediata, a economia brasileira, principalmente nas pequenas e médias cidades. Seria um passo concreto no sentido de construir um mercado interno de massas, que o programa de governo da candidatura Lula apresenta como um objetivo central.

Em quarto lugar, porque a previdência é vítima de uma fortíssima sonegação. Um mutirão de cobrança das grandes empresas geraria recursos e teria um efeito-demonstração, de que o problema principal no Brasil não é a carga tributária, mas sim o fato desta carga tributária incidir principalmente sobre os pequenos, que são ademais quem efetivamente paga.

Enfim, embora não fosse a opção mais óbvia, nada impediria que a reforma da previdência se transformasse, nas mãos de um governo democrático e popular, num instrumento de conscientização e de mobilização do povo brasileiro, na perspectiva de um outro tipo de modelo econômico e de organização social.

Não foi isso que se verificou, entretanto. A reforma da previdência, tal como foi proposta, gerou conflitos na base social do próprio governo. No Congresso Nacional, nos partidos de esquerda e nos movimentos sociais, a proposta do governo foi e vem sendo amplamente criticada.

Podemos sistematizar as críticas em cinco tipos básicos. Primeiro, sobre a natureza da reforma, que na verdade se limita ao setor público, nada dizendo sobre como ampliar os direitos previdenciários aos cerca de 40 milhões que hoje estão sem cobertura.

Segundo, sobre o fiscalismo da reforma, que tem o objetivo de economizar recursos do Estado. A experiência internacional demonstra, a farta, que reformas da previdência deste tipo geram, no curto e mesmo no médio prazo, mais gastos, devido por exemplo as aposentadorias precoces de quem não quer sofrer os efeitos da reforma.

A eventual economia de recursos, num contexto em que o governo patrocina um superávit primário enorme, significará tirar dinheiro das aposentadorias, para que sobre mais para os credores da dívida pública.

Terceiro, sobre o déficit da previdência, tema muito controverso, já que o sistema de seguridade social é um dever do Estado, com financiamento constitucionalmente previsto; devendo-se levar em conta, ainda, a existência de grandes devedores da previdência. Aponta-se uma dívida de inúmeras empresas para com o sistema da ordem de R\$ 180 bilhões, montante que cobriria qualquer

possível déficit.

Quarto, sobre as conseqüências da privatização da previdência, que está implícita na aposentadoria complementar via fundos de pensão. É verdade que o programa da campanha Lula já previa a existência da previdência complementar. Mas o mérito da questão é que, ao nivelar as aposentadorias em bases reduzidas, o filé-mignon das contas, aquelas mais elevadas, cuja arrecadação ajuda a reduzir possíveis déficits, poderão ser direcionadas para fundos de pensão privados. Ou seja, uma quantia muito grande de dinheiro pode ser drenada para o sistema financeiro, gerando uma privatização parcial da previdência social.

E isto não pode acontecer, sob pena de colocarmos diretamente sob as leis de mercado um sistema que, com todos os seus problemas, ainda beneficia indiretamente quase 70 milhões de brasileiros.

A lógica neoliberal é inerente ao mecanismo, pois a rentabilidade dos fundos é guiada pela lógica dominante no “mercado”, que financia a reestruturação produtiva que produz desemprego e é atraída pelos altos juros dos papéis da dívida pública. Não por acaso as privatizações da era FHC foram construídas com a participação ativa dos fundos de pensão como a Previ e a Petros.

Quinto, sobre as alterações propostas na previdência do setor público, como a taxação dos servidores inativos e o teto nas aposentadorias.

Ao jogar todo o seu peso para a aprovação do projeto da reforma da previdência, ao custo de uma desgaste brutal com o funcionalismo público e da ameaça de aplicação de sanções disciplinares aos parlamentares contrários ao projeto, o governo sinalizou o seu grau de comprometimento com uma estratégia profundamente equivocada.

O governo mina a unidade do campo democrático e popular, desqualifica um setor social componente da classe trabalhadora, o funcionalismo público, importante para a construção de políticas públicas que rompam com a lógica neoliberal e se lança em temerárias composições parlamentares com nossos inimigos históricos, para suprir as dificuldades de aprovação de um projeto que nega toda a trajetória do partido.

Ao trabalhar a hipótese de que os fundos de pensão possam vir a se transformar em canais para formação de poupança interna expressiva que financiaria o desenvolvimento, o governo compartilha da mesma visão largamente difundida pelo FMI e pelo Banco Mundial.

A reforma tributária

O debate sobre a reforma tributária deveria permitir focalizar uma das questões centrais no país, que é a má distribuição de

renda e a desigual incidência do sistema tributário, que penaliza o trabalho muito mais que o capital. Mas, no geral, a “reforma tributária” apresentada pelo governo trata-se, somente, de uma redistribuição de tributos entre a União, Estados e Municípios. Tal como na Reforma da Previdência, a principal preocupação do governo foi com a estabilidade fiscal, garantindo caixa suficiente para continuar honrando os contratos internacionais. Não pode ser outra a interpretação da proposta de prorrogar a Desvinculação das Receitas da União (DRU) até 2007, apresentada pelo governo e mantida pelo relator. Se a preocupação fosse com os gastos sociais, certamente a DRU não seria necessária.

A transferência do Imposto Territorial Rural (ITR) para os estados tende a dificultar sua aplicação, uma vez que o grau de interferência do latifúndio é maior sobre os governos estaduais. Assim, a tendência é que a Reforma agrária, que poderia ser facilitada com tal tributo, sofra um revés na legislação brasileira. Segundo estudo da Assessoria técnica da bancada federal do PT, a transferência do ITR para os estados e a exigência de Lei Complementar para sua aplicação “desonerará o latifúndio desse imposto patrimonial por um bom período, em função da maior aridez processual da tramitação dos projetos de leis complementares”.

O relator encarregou-se de suprimir um dos avanços no texto original da PEC 41. Definia-se que o Imposto sobre Grandes Fortunas (IGF) poderia ser criado por legislação ordinária. O relator acabou com isso. Mantém a regra de hoje, segundo a qual esse imposto só pode ser criado por Lei Complementar, atendendo às pressões empresariais.

A guerra fiscal será mantida por um período de oito anos, desde que estabelecida em noventa dias, contados a partir da publicação da nova Lei. Argumenta-se que isso é necessário por causa dos estados menos desenvolvidos. No entanto, o que de fato se explicita é a continuidade de uma política de renúncia fiscal em favor de alguns grupos econômicos, que nem são os principais geradores de empregos no país. Também nesse ponto a proposta original do governo era melhor, pois simplesmente acabava com a guerra fiscal.

Outra definição importante da reforma é a inclusão constitucional da desoneração das exportações. Coerente com a idéia que prioriza o mercado externo como indutor do desenvolvimento nacional, tal atitude de fato conduz a uma maior concentração de rendas no país, uma vez que os exportadores são os magnatas do PIB brasileiro que, todavia, não são magnânimos na divisão de seus lucros. A conta dessa renúncia fiscal vai para a sociedade, porque está previsto um Fundo para compensar a perda de receitas dos Estados.

O contrário disso seria uma maior pre-

ocupação com o mercado interno, o que só pode ocorrer com redistribuição de renda, aumentando o poder de compra dos trabalhadores, reduzindo o desemprego e o subemprego, fazendo crescer nossa economia. Mas não é essa a orientação da PEC 41 e muito menos do Relatório apresentado na Comissão Especial.

A efetivação da CPMF, agora transformado em imposto permanente, tem sido motivo de disputa com governadores e prefeitos, que prometem ainda lutar por um quinhão desse novo imposto. É importante registrar que a CPMF dificulta a sonegação do Imposto de Renda, já que permite à Receita Federal o cruzamento de dados das declarações de pessoas físicas e jurídicas com as respectivas movimentações financeiras.

A contribuição da Seguridade Social, realizada pelos empregadores, poderá ser feita pelo faturamento, ao invés da folha de pagamento. A assessoria da bancada do PT, numa análise inicial da PEC 41, afirmava que não está provado, em nenhum lugar do mundo, que o financiamento da seguridade social pelo faturamento pode ampliar a arrecadação. O que é mais fácil de se esconder, o faturamento da empresa ou a quantidade de funcionários? Os defensores dessa nova modalidade de cobrança argumentam que ela pode contribuir para a redução da informalidade no mercado de trabalho, considerando que muitos empregadores fogem da legalidade trabalhista por causa dos encargos.

Vamos considerar alguns pontos positivos no Relatório. Um deles determinava a progressividade do Imposto sobre Heranças (IH), que será definido em Lei Complementar. Hoje a cobrança é de apenas 4%. O outro é a extensão do Imposto sobre Veículos Automotores também para o transporte aéreo e aquático, o que tornaria possível cobrar IPVA de helicópteros, lanchas e iates.

Também é positiva a proposta de atribuir aos bancos uma tarifa mais elevada na Contribuição Sobre o Lucro Líquido das pessoas jurídicas (CSLL), afirmando que as alíquotas pagas por eles não serão inferiores “à máxima fixada para os demais setores de atividade, conforme o acréscimo proposto de §15 ao art. 195”.

Será criado um Fundo Nacional de Desenvolvimento Regional, amparado em recursos do Imposto de Renda (IR) e do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI), para aplicação nas regiões Norte, Nordeste, Centro-Oeste e no estado do Espírito Santo. Trata-se de uma iniciativa positiva, visando reduzir as desigualdades regionais.

De longe, o assunto mais debatido na Reforma tributária foi a arrecadação e distribuição do ICMS (Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços). O relatório afirma que este imposto “é o alvo privilegiado

de todas as demais modificações propostas, que são as mais numerosas, representando, sem dúvida, se não em impacto financeiro, pelo menos em complexidade jurídica, o núcleo da proposta constitucional de reforma tributária”.

O ICMS é o principal imposto em arrecadação. Representou cerca de 22% da carga tributária no período de 2000 a 2002. É o chamado imposto indireto, pago pelo conjunto da população, uma vez que seu ônus é descarregado sobre as mercadorias e serviços, na forma de preço.

Uma medida proposta é a redução das alíquotas de 44 para 5. Os produtos da cesta básica e remédios teriam a menor alíquota. Para tanto, ficaria estabelecido um único regulamento nacional, ao contrário da situação atual, que remete a regulamentação para os estados.

O relator prevê a arrecadação deste tributo de forma a contemplar os estados produtores e consumidores (origem e destino, conforme outra nomenclatura). Fazendo isso, estaria se beneficiando os estados menos desenvolvidos. Haverá um período para que tal mudança seja efetivada porque, segundo o relator, “os novos semblantes do ICMS e do ITR ficam na dependência de providências futuras no âmbito da legislação complementar”.

Como conclusão, poderíamos dizer que ainda está por ser feita uma verdadeira reforma tributária. Uma reforma que obrigue os grandes grupos econômicos a pagarem impostos, o que em geral não ocorre, vide a extensa lista de devedores ao INSS. Uma reforma que desonere o trabalho, ampliando a progressividade sobre o Imposto de Renda. Que taxe o capital especulativo, reduza os impostos indiretos e amplie a tributação sobre o capital e o patrimônio.

A lei das falências

Data de 1945 a Lei de Falências atualmente em vigor. De lá para cá algumas alterações foram feitas. O ministério da Fazenda, o Banco Central e o FMI clamam por alterações na atual Lei. Afirmam que elas podem contribuir para a diminuição do desemprego e a redução dos juros bancários, os famosos *spreads* contra os quais o presidente Lula já clamou algumas vezes.

Há dois pontos fundamentais em discussão. O primeiro trata dos prazos e dos ritos para que uma empresa passe do estágio da concordata para a falência. Em geral, o que se propõe é que se dê uma elasticidade maior entre um estágio e outro, de modo a permitir que as empresas em estágio falimentar possam sobreviver e, assim, preservar empregos.

Para tanto, permitir-se-ia uma maior maleabilidade no pagamento dos tributos e

das despesas trabalhistas. Algo como tornar lei a possibilidade dos trabalhadores concordarem com a redução de salários, em troca da preservação de empregos. O óbice constitucional da irredutibilidade dos salários teria que ser removido, o que já ocorre na prática porque os tribunais têm considerado que o acordado vale mais que o legislado. As dívidas tributárias também seriam renegociadas, parceladas.

O outro ponto seria uma nova ordem para a chamada restituição de créditos. Atualmente, quando uma empresa tem sua massa falida transformada em valores, como ocorreu com a Encol no ano passado, os ressarcimentos seguem esta ordem: primeiro as dívidas trabalhistas, depois as tributárias e depois os demais credores (fornecedores, bancos etc).

Outro ponto da proposta prevê garantias de recebimento mais rápido para os detentores de créditos “com garantias reais”. É o caso, por exemplo, dos bancos que realizam empréstimos e que têm os imóveis de seus devedores como garantias de pagamentos. Nesse caso, em termos práticos, os bancos podem ter prevalência sobre os demais credores.

Setores do governo sustentam que, se os bancos tiverem mais garantias de recebimento do que emprestam, podem emprestar com juros menores. É uma situação semelhante à do acordo, recentemente anunciado, segundo o qual as Centrais Sindicais admitiriam descontos em folha para os empréstimos feitos aos trabalhadores assalariados. A conclusão que a assessoria da banca do PT chegou não poderia ser mais clara: “em geral instituições financeiras ganham e trabalhadores podem perder”.

Nossa postura frente ao governo

O presente quadro social e político do país corrobora uma das teses centrais do manifesto *Sem medo da ruptura* (julho de 2002): “A vitória do PT nas eleições de 2002 ocorrerá, necessariamente, num contexto de crise política e econômica: não há como dar certo uma estratégia que visa escapar do neoliberalismo, sem uma profunda ruptura. A ruptura faz parte da história e da essência do PT. Os que a sustentam, hoje, são os legítimos herdeiros do que construímos desde 1980.”

Desde então e passando pelas eleições e pelos primeiros movimentos do governo Lula, a crise econômica e social se agravou, mesmo que o esforço publicitário e a “trégua” conferida pelos meios de comunicação tenham tentado passar uma mensagem de unidade nacional em torno de Lula e procurado identificar nas quedas do risco país e da cotação do dólar um sinal, em si, de que estariam sendo criadas as condições para a solu-

ção dos problemas nacionais. Mas não há esforço propagandístico capaz de se impor por muito tempo à dura realidade dos fatos e à dinâmica concreta da luta de classes.

O governo Lula, orientado por uma estratégia de centro-esquerda, vem implementando uma política econômica que dá continuidade a aspectos fundamentais da política adotada pelo governo anterior, o que sufoca e contamina as outras dimensões da ação governamental.

Enquanto as resoluções do 12º Encontro falavam da necessidade de um crescimento de 5%, o Orçamento apresentado para 2004 prevê um crescimento em torno de 3% e o IPEA corrige o índice para menos de 2%. Por outro lado, em um orçamento previsto para crescer cerca de 18% em relação ao PIB (estimado para 2004), apenas 0,3% representa a fatia de crescimento nas despesas primárias (investimento, salários, encargos e políticas sociais) enquanto 17,7% será o crescimento dos gastos financeiros (onde se concentram os encargos da dívida).

Mesmo assim, no período histórico em que vivemos, dominado pelo conflito intercapitalista; e numa etapa histórica marcada pela ofensiva do imperialismo; a existência do governo Lula é objetivamente positiva para as forças democráticas, populares e socialistas. Evidentemente, a continuidade da atual política econômica, por um período mais ou menos longo, o transformará num equivalente latino-americano aos governos da “onda rosa”.

No caso do Brasil, no atual período histórico, a possibilidade de implementar uma ruptura com o neoliberalismo depende dos rumos do governo federal. Por isto mesmo, os destinos do governo Lula vem sendo objeto de permanente disputa, em pelo menos quatro níveis: pelo governo norte-americano e outras grandes nações capitalistas; pela direita e pelo grande capital; pelos diversos partidos coligados, no primeiro e no segundo turno; pelos diferentes setores do PT.

Esta disputa de rumos, é bom lembrar, se dá nos marcos de um governo eleito por uma frente de centro-esquerda, com base num programa de mudanças moderadas, de respeito aos contratos e de convivência com os mercados. Portanto, ao participar da disputa pelos rumos do governo Lula, os socialistas devem levar em conta que atuamos em condições extremamente adversas:

- a) a correlação de forças internacional, marcada pela hegemonia e pela ofensiva política, econômica e militar norte-americana;
- b) a correlação de forças nacional, marcada pela hegemonia do capital financeiro e pelo refluxo do proletariado urbano;
- c) a correlação de forças nos movimentos sociais, onde predomina a mesma orientação majoritária no PT;
- d) a correlação de forças no interior do

governo, onde predomina a orientação vigente no Ministério da Fazenda e Banco Central;

e) a correlação de forças no interior do PT, onde a maioria do setor moderado ainda é vitaminada pela expectativa positiva da população e de grandes parcelas da militância;

f) as divergências existentes na esquerda do PT, onde existe desde quem defenda uma postura esquerdista até os que foram cooptados pelo setor moderado.

Frente a esta situação, reafirmamos em primeiro lugar nossa disposição de disputar diariamente os rumos do governo Lula, porque do resultado desta disputa depende o futuro do PT, o futuro da esquerda brasileira, o futuro do nosso país, a possibilidade do Brasil colaborar na construção de uma alternativa internacional ao neoliberalismo e ao capitalismo.

Reafirmamos, também, que nossa política deve ser capaz de dialogar com as classes trabalhadoras e com a maioria da militância da esquerda brasileira, que ainda mantém sua expectativa e sua esperança no governo, até porque sabem que, para melhorar suas vidas, não há outra alternativa de governo visível, que não a administração Lula.

Reafirmamos, ainda, nossa consciência de que o governo Lula não é caso único na história mundial. Partidos social-democratas e trabalhistas europeus chegaram ao governo, através de processos eleitorais, após a Primeira guerra mundial, nos anos trinta, após a Segunda guerra mundial, depois da crise dos anos setenta e nos anos noventa. Na América Latina, vivemos várias experiências populistas e nacionalistas, desde Peron até Chavez, além do governo popular chileno, de 1970 a 1973. Com muitas diferenças históricas, temos os governos do Congresso Nacional Africano e da Organização pela Libertação da Palestina; bem como dois períodos da história brasileira: o segundo governo Vargas e o governo Jango.

O que caracteriza todas estas experiências é que nenhuma delas foi sucedida por uma alternativa mais à esquerda. Pelo contrário, ou foram cooptadas, ou foram sucedidas por alternativas de direita, seja pela via do golpe, seja pela via eleitoral. Por isso, ao mesmo tempo que deixamos clara nossa distância daqueles que fazem oposição ao governo, reafirmamos nossa oposição à estratégia e à política econômica implementadas pelo governo, pois é esta estratégia e política econômica que pavimenta o caminho para o fortalecimento de uma oposição de direita.

Essas são as premissas de nossa posição frente ao governo federal hegemônico pelo PT: disputamos os seus rumos, na condição de quem ajudou a construir a vitória eleitoral de 2000 e de quem quer construir

nova vitória eleitoral em 2006.

As condições para disputar o governo

Para disputar os rumos do governo, é preciso garantir a autonomia do PT e dos movimentos sociais. Num governo em disputa, as posições do Presidente da República e de sua equipe de governo são, simultaneamente, vetor e resultante desta disputa. Por isso, o PT não pode se tornar uma extensão das posições do governo, como em geral ocorre em nossas administrações municipais, estaduais e vem ocorrendo também no governo federal.

O PT é a força dirigente do governo, mas nem sempre será sua força hegemônica. Para poder disputar a hegemonia no governo, o PT deve resguardar sua autonomia, sua fisionomia própria, sua capacidade de mobilização e sua democracia interna. A democracia interna é a garantia de que as posições hoje minoritárias no PT, possam se tornar majoritárias. Para isto, é necessário preservar o debate partidário, que num partido de massas será geralmente público.

Se o PT se transformar no “braço executivo” do governo e se não houver condições de alterar as atuais posições do Partido, então tampouco haverá condições de disputar o governo Lula a partir do PT.

Nessas condições, os militantes, dirigentes de movimentos sociais, parlamentares e governantes que não concordam com a atual política econômica, se verão forçados a ter que optar: abdicar de suas posições ou sair do PT. Ambas as alternativas serão trágicas para os rumos do governo federal, para o PT e para a esquerda brasileira.

Nas condições atuais da disputa política no Brasil, consideramos fundamental seguir existindo um grande partido de massas da esquerda brasileira, capaz de contrabalançar as pressões do imperialismo, do grande capital, dos partidos de direita e centro-esquerda sobre o governo. Pelos mesmos motivos, é fundamental manter a autonomia dos movimentos sociais frente ao governo federal.

Garantidos esses marcos — a autonomia do PT e dos movimentos sociais, o direito a manifestação pública das divergências, a garantia de atuação das tendências petistas nos movimentos sociais e a possibilidade de que a minoria possa se tornar maioria — nos compete lutar para tornar hegemônicas no Partido, nos movimentos e no governo, as posições democráticas, populares e socialistas.

Cabe, aqui, distinguir com muita clareza a análise dos fatos, a definição dos objetivos estratégicos e os movimentos táticos.

No terreno da análise, devemos submeter as ações do governo federal e a posi-

ção majoritária do PT a uma crítica permanente, inclusive publicamente, com as medições que se fazem necessárias. No terreno dos objetivos mais gerais, devemos difundir de maneira sistemática nossas posições estratégicas e programáticas. No terreno da tática, devemos estabelecer como objetivo central a mudança da política econômica.

O papel da esquerda do PT

O novo quadro aberto com a eleição presidencial deve gerar, num espaço maior ou menor de tempo, um realinhamento na composição de forças existente no interior do PT. A vitória de Lula, ao mesmo tempo em que aparentemente consagra as posições defendidas pelo campo moderado do Partido, também submete suas teses ao teste da prática. É também o teste da prática para esquerda petista, que se não for capaz de se apresentar como alternativa real ao campo majoritário do partido, sucumbirá com este (ou *como* este). Em qualquer dos casos, podemos viver mudanças significativas no posicionamento de vários setores do PT.

Mais importante que isto é o fato da vitória tornar acessível e compreensível, para toda a militância do Partido e para amplos setores de nossa base social e eleitoral, os debates que antes eram travados basicamente entre os dirigentes.

Ambos os fenômenos, especialmente o segundo, abrem um campo enorme para a defesa das posições da esquerda petista. Por isto mesmo, devemos perceber que o respeito à disciplina partidária e o método adequado na crítica pública são importantes, pois nos dão autoridade para disputar opinião junto as bases partidárias, sociais e eleitorais. Naturalmente, não se deve fazer da disciplina partidária uma camisa de força que nos impeça de disputar dos rumos do Partido e do governo. Tampouco se pode aceitar em silêncio que a cobrança da disciplina venha exatamente dos setores que mais desrespeitam o acúmulo coletivo e partidário.

Nesses seis meses de governo Lula, grandes segmentos da classe trabalhadora tomaram contato com a existência, no interior da esquerda brasileira e do PT, de duas políticas distintas. A grande maioria dos trabalhadores, entretanto, prossegue sob a hegemonia dos setores que defendem um programa social-democrata e uma estratégia reformista. Hegemonia que aprofundou-se com a eleição de Lula, que vem sendo apresentada como a “confirmação prática” da excelência da política moderada.

Neste contexto, devemos combinar firmeza nos princípios programáticos, aprofundamento de nossas concepções estratégicas e precisão na tática.

Firmeza nos princípios programáticos significa a defesa do socialismo, a defesa da

tradição revolucionária, a defesa do programa democrático e popular, a defesa da unidade da esquerda petista. Significa, também, a defesa do programa que levou a maior parte do povo a eleger Lula, programa que não é constituído pelas garantias contidas na “carta aos banqueiros”, mas sim pela defesa de uma mudança efetiva na vida da maioria dos brasileiros.

Aprofundar nossas concepções estratégicas implica em acompanhar os desdobramentos da cena internacional, onde a belicosidade do governo Bush pode conduzir o mundo para um cenário onde outras estratégias se imponham. Implica, também, no estudo das experiências internacionais de cunho social-democratizante, bem como numa análise precisa sobre qual o comportamento da burguesia.

A precisão na tática deriva das dificuldades próprias da situação, do fato de ser um governo em disputa e também do reconhecimento de que o senso-comum ainda fortalece as concepções moderadas no interior do PT e do governo. Será a experiência que tornará possível esclarecer, para amplos setores da sociedade brasileira, as limitações da estratégia moderada.

Está aberto um novo período, onde se coloca a necessidade de reagrupar, reorganizar, reaglutinar amplos setores da esquerda socialista no interior do partido. O atual grau de fragmentação tática, política e estratégica da esquerda partidária torna muito mais difícil os já grandes desafios que temos. Se não houver uma forte identidade e uma ação combinada entre os socialistas petistas, a tendência é a aceleração dos processos de rupturas individuais ou de pequenos grupos com o PT. Ou pior ainda, ficará ainda mais dura a luta contra a perplexidade, a decepção, a frustração, o imobilismo de centenas de militantes e de parte importante da vanguarda de ativistas sociais.

Neste quadro, reafirmamos a necessidade da unidade da esquerda petista, mas em torno de bases políticas claras. Repudiamos os factóides erráticos e o esquerdismo. Defendemos o respeito à disciplina partidária, em particular a disciplina de bancada, inclusive para podermos disputar os rumos do próprio Partido e do governo. Não compactuamos com a crítica que se aproveitando das contradições e políticas incorretas do governo, desenvolvem uma política esquerdista que dá por encerrada a disputa do governo já na primeira batalha, colocando como única alternativa a oposição ao governo e a imediata saída do PT. Reafirmamos, em particular, a necessidade da esquerda ampliar suas bases orgânicas entre os segmentos principais da classe trabalhadora.

A ação nos movimentos sociais

De maneira geral, a campanha presidencial de 2002 revelou uma dupla face: formalmente, destacaram-se as cores e a estrela do Partido; politicamente, os interesses partidários foram subordinados à vitória na eleição presidencial. O mesmo ocorreu na composição do governo: formalmente, respeito às instâncias partidárias; na prática, decisões tomadas por um pequeno núcleo político. Como um dos resultados práticos desta política, houve um enorme fortalecimento da figura individual do Presidente da República, frente ao coletivo do Partido e de suas demais lideranças. Neste quadro, tende a aprofundar-se a transformação do PT em um partido social-democrata de massas. Tornam-se menores as possibilidades de ganhar hegemonia, no seu interior, para as posições democrático-populares, socialistas e revolucionárias. A disputa pelos rumos do Partido passa a ser travada noutra patamar, dependendo cada vez mais do terreno geral da luta de classes.

Muitos companheiros, confrontados com a aceleração do processo de integração do PT à ordem vigente, desistiram de disputar os rumos do Partido. Este caminho, adotado por valorosos companheiros que pretendem substituir a ação partidária pela organização dos movimentos sociais, nos levou a uma situação interna muito mais difícil do que precisaria ter sido. Evidente, entretanto, que na base do distanciamento de setores da militância em relação ao partido, está a sua institucionalização, a influência dos aparatos do Estado nas disputas internas, a crescente desproletarização, a promiscuidade com o poder econômico observada em certas esferas partidárias etc.

A eleição de Lula levou, para o âmbito federal, uma situação já vivenciada por nós em diversos governos estaduais e municipais, em que assistimos à falta de compreensão do significado estratégico de um governo democrático-popular e de sua relação com as lutas sociais, tanto por parte de alguns dirigentes do movimento social, quanto por parte de setores dos governos; bem como a confrontos duríssimos dentro do campo democrático e popular, enquanto o campo opositor se fortalecia.

Agregue-se a isto outros problemas: a) a redução relativa da influência do PT sobre diversos movimentos sociais; b) o processo de composição do governo, que atraiu, para a administração pública, muitos quadros dirigentes dos movimentos sociais; c) o estímulo à mobilização social, por parte de forças conservadoras.

Neste novo quadro, é preciso reforçar a condução política, a formação ideológica e a organicidade dos movimentos sociais. Seremos chamados, simultaneamente, a enfrentar os que —contrários ao atendimento das reivindicações populares— acusarão os

movimentos sociais combativos de estarem contra o governo popular; bem como os que endeusarão todo e qualquer movimento social, desconsiderando o novo quadro aberto no país.

Por outro lado, qualquer estratégia de incremento da mobilização social, para ser bem sucedida, deve levar em conta precisamente a expectativa positiva da população e as enormes esperanças depositadas no Governo Lula, sabendo utilizá-las não no sentido da espera e da dependência das ações governamentais, nem tampouco numa perspectiva de confrontação a priori, mas sim numa perspectiva que podemos sintetizar numa frase: “Este é o nosso governo, que nós elegemos, e que portanto deve buscar atender nossas reivindicações”. Nesse sentido, reafirmamos o caráter autônomo dos movimentos sociais, até como contraponto à movimentação que o grande capital faz, em defesa de seus interesses.

Cabe-nos convocar os milhões de eleitores de Lula, para que se agreguem às organizações sindicais, populares, camponesas, de juventude, de negros, mulheres e homossexuais. Cabe politizar a esperança das massas hoje amplamente desorganizadas, organizando e mobilizando o povo para garantir as mudanças. Fundamental, nesse sentido, é a adoção de uma política de comunicação social que inclua a concessão de licenças de rádio e TV para os grandes movimentos sociais.

As pressões por um novo partido

Na melhor das hipóteses, o PT é hoje um partido social-democrata, no sentido clássico deste termo. Noutras palavras: tomado de conjunto, o PT não luta por uma revolução socialista; tampouco visa ajudar na instalação de uma situação revolucionária no país (o que não impede que setores do partido obrem nesse sentido). Mais que isso, é um partido que vem se transformando num partido social-democrata moderno, como seus contemporâneos europeus, que administram uma economia capitalista de tipo neoliberal.

Por conta disto, vários setores defendem, já há vários anos, a criação de um “partido revolucionário”, que reuniria o PSTU, a esquerda petista e os militantes sociais que gravitam ao redor do Movimento Sem Terra. Mais recentemente, a partir da reforma da previdência, a proposta de criação de um novo partido foi encampada por lideranças que estão em processo de ruptura com o PT.

Os que defendem isto encaram, de maneira diferente de nós, o ritmo da luta de classes, as possibilidades de construir um partido revolucionário de massas numa conjuntura como a atual, o grau de descontentamento das bases e das massas frente ao PT,

o grau de integração do PT à ordem, a conveniência e a “necessidade” de termos “um” partido revolucionário no Brasil.

Os que defendem a criação de um novo partido consideram que o PT não é (ou deixou de ser) um “partido estratégico”, seja porque não se propõe a fazer a revolução (muito antes pelo contrário), seja porque existe em seu interior um processo irreversível de burocratização, o que tornaria irreversível o caráter reformista de todo o partido. Ambas as afirmativas contém enorme dose de verdade, mas não contém toda a verdade.

O PT é a expressão político-partidária de um amplo segmento das classes trabalhadoras brasileiras. A pergunta não é, simplesmente, se o PT é estratégico ou se o PT é revolucionário. A pergunta é se este segmento social que o PT representa é ou não revolucionário, pode ou não vir a cumprir um papel revolucionário.

Entendemos que, no momento atual, renunciar à disputa do PT é renunciar à disputa deste segmento das classes trabalhadoras. Postura, que para ser coerente, deveria levar os que a defendem a sair da Central Única dos Trabalhadores, bem como a não disputar eleições.

Os que defendem a criação de um novo partido reconhecem que existe, no PT, uma esquerda revolucionária, embora “em processo de adaptação”. Na verdade, o PT contém em seu interior um grande setor revolucionário e socialista que, mesmo sem ser maioria no PT, é várias vezes maior —eleitoralmente, em número de militantes, em influência social— que as organizações que se consideram alternativas ao PT.

A experiência alemã, especialmente em 1914-1919, mostra como é difícil a situação dos socialistas revolucionários que atuam num partido social-democrata de massas. Qualquer alternativa contém riscos. Por isso mesmo, nosso critério fundamental deve ser manter laços com a maioria da vanguarda da classe trabalhadora. Segmentos majoritários da classe trabalhadora têm vínculos de lealdade com o PT. Nós mesmos nos sentimos, nós somos parte do PT. Nós não fizemos entrismo no PT, nós não estamos no PT de passagem.

Construímos um “partido reformista”, mas com a explícita intenção de operar, nele e a partir dele, uma política que nos permita aproveitar ao máximo a conjuntura que estamos vivendo.

O diagnóstico que vincula os problemas vividos pelo PT a traição de direções burocratizadas, distantes do povo, alienadas de seus “compromissos com a Nação” ou coisa que o valha, gera qual conclusão? Trocar a direção? Trocar de partido? Acharmos que o problema é de maior profundidade, dizendo respeito ao comportamento da principal base social do PT, qual seja, os assalaria-

dos (operários ou não).

A deterioração política do PT reflete a derrota parcial que a classe trabalhadora sofreu diante da metamorfose do capital, nos anos oitenta e noventa. Só a retomada da mobilização dos trabalhadores permitirá recuperar o PT ou forjar uma alternativa, salvo se acreditarmos — como faziam parte dos que romperam com o Partido Comunista nos anos sessenta — que os camponeses serão os principais protagonistas de uma revolução socialista no Brasil.

O principal problema da esquerda brasileira não é o PT estrito senso, mas sim a classe dos trabalhadores assalariados: como colocar esta classe em movimento? Como fazê-la reassumir o protagonismo do final dos anos setenta e dos anos oitenta? É mais fácil fazer isto atuando no PT ou fora dele?

O PT está vivendo a fase final de um ciclo, que pode desdobrar-se numa cisão, no definhamento ou numa mudança de qualidade. Mas queremos enfrentar este desafio dentro do PT, até porque estamos convencidos de que a existência do PT é um fator positivo para a luta socialista no Brasil. Não nos agrada a situação daqueles que, tendo vaticinado o esgotamento do PT, constróem toda sua política em torno de uma preocupação central: o que o PT deveria fazer? Já que a pergunta é esta, preferimos respondê-la dentro do próprio Partido.

Nossa opção por construir o PT e disputá-lo nos obriga a enxergar os diversos cenários possíveis, entre os quais a possibilidade do espaço democrático no PT fechar-se ainda mais e a descaracterização atingir tal dimensão, que coloque o PT em contradição frontal com os interesses da classe trabalhadora, transformando-o em um instrumento de cooptação e amoldamento aos interesses do capital.

Se este cenário transformar-se em realidade, a ruptura com o PT por parte daqueles que se considerem socialistas e revolucionários estará colocada, pois nossa lealdade ao PT só tem sentido na medida e até quando este partido represente de fato um espaço de construção de uma alternativa socialista e revolucionária.

A Articulação de Esquerda

O surgimento da AE, nossa história e os dilemas que enfrentamos hoje têm relação direta com os dilemas do PT. O principal dilema do PT pode ser resumido assim: por um lado, nosso Partido constitui a síntese do que a classe trabalhadora e os socialistas conseguiram construir de mais avançado, ao longo dos últimos 23 anos da história brasileira; por outro lado, nosso Partido está aquém, ideológica, política e organizativamente, do que é necessário para derrotar o capitalismo e construir o socialis-

mo. Se o PT estivesse a altura destas tarefas históricas, a AE seria desnecessária. Se o PT não fosse a síntese histórica de 23 anos de luta, nós não precisaríamos disputá-lo.

Estes dilemas — e nossa posição diante deles — estão longamente descritos e analisados em nossos documentos, desde o manifesto *A Hora da Verdade* até as resoluções da V Conferência Nacional.

Sugerimos que a militância estude estes documentos, pois a vida repõe, a cada instante, a cada conflito, a cada impasse, o debate sobre os motivos pelos quais insistimos na disputa do PT, num tensionamento extremamente positivo, já que expressa e testa o nosso inconformismo, a nossa relação com o movimento real da classe trabalhadora, o nosso compromisso efetivo com os princípios democráticos, socialistas e revolucionários.

Hoje, após oito meses de governo de Lula, trata-se de ajustar nossa tática na disputa dos rumos do PT.

O PT é o partido da classe trabalhadora brasileira, principal referência de massa dos explorados e da maior parte das direções dos movimentos populares. É o principal partido de esquerda no parlamento e na institucionalidade, possuindo uma enorme pluralidade interna, inclusive diversos ramos do socialismo revolucionário, organizados em tendências ou não, um dos motivos pelos quais o PT, mesmo sob hegemonia social-democrata, prossegue um partido em disputa e não recebe a confiança da classe dominante.

A disputa de rumos do PT é um aspecto da luta de classes que se trava no país. Nesse sentido, a disputa que se trava nas instâncias do PT, na eleição das direções, nos congressos partidários, faz parte de uma disputa mais geral que inclui, também, a disputa eleitoral, a ação dos governos, a ação dos movimentos sociais, a ação dos meios de comunicação de massa e a luta ideológica.

Por isso, quando pensamos a disputa do PT, não podemos ver apenas a luta “interna”, burocrática, suposta ou efetivamente travada nos gabinetes. Pensamos numa disputa que possui uma dimensão “interna”, é verdade, mas possui também uma dimensão pública, de massa.

O setor moderado do Partido é majoritário no interior do PT, em parte, por ser majoritário no sindicalismo, na maior parte dos governos, majoritário entre os parlamentares e também na intelectualidade. Ou seja, são majoritários no PT, porque são majoritários na vanguarda dos trabalhadores.

Da mesma forma, para que as posições democráticas, socialistas e revolucionárias tornem-se majoritárias no PT, é preciso que nossas idéias ganhem peso nos movimentos sociais, nos governos, entre os parlamen-

tares e intelectuais.

Nesse sentido, nossa primeira tarefa é formular uma estratégia de luta pelo socialismo no Brasil, a partir das novas condições abertas pela vitória da esquerda nas eleições de 2002, acompanhando esta estratégia de políticas táticas para a luta social, para a disputa eleitoral, para a ação de governo etc.

Ao mesmo tempo, devemos buscar dar mais visibilidade pública para a disputa que travamos pelos rumos do PT. Isso exige dar mais organicidade para nossa ação nos movimentos sociais, potencializar nossa ação parlamentar e governamental, ser mais audacioso nas disputas eleitorais, investir de maneira sistemática na disputa ideológica.

O peso social da AE é maior do que nosso peso interno. Se o conjunto de nossos militantes e simpatizantes participasse da eleição das direções partidárias, teríamos uma influência maior nas instâncias do que temos hoje.

Claro que em todas as tendências partidárias, existe essa diferença entre peso social e peso nas instâncias. Mas esta diferença é maior nas tendências da esquerda petista, e especialmente maior no caso da AE.

Isso porque nossa militância é fortemente impactada pelas mudanças sofridas pelo PT, gerando descrença sobre a necessidade, a possibilidade e a eficácia de disputar o Partido. Mudar este estado de espírito exige uma presença mais constante de nossos dirigentes nas lutas sociais, nos enfrentamentos cotidianos nos governos e parlamentos, nas disputas ideológicas. E vice-versa, uma presença constante de nossos dirigentes de movimentos sociais, parlamentares, executivos e intelectuais, na disputa do PT.

Sem a presença organizada da tendência, no dia-a-dia da luta de classes, não conseguiremos transformar força social em força partidária, nem força partidária em força social. Só este duplo movimento nos dará legitimidade para sustentar nossas posições, tanto contra a direita partidária, quanto contra aqueles que dizem que o PT “esgotou” seu papel histórico.

Decorre daí outro ajuste que devemos fazer em nossa tática de disputa do PT: constituir, em todos os estados e municípios, a frente de massa e a frente institucional da tendência.

Desde sua fundação, a AE tem impulsionado a unidade da esquerda petista. Fazemos isso por achar que a disputa do PT e, principalmente, a condução de um PT hegemonizado pelos socialistas, exigirá muito mais do que a força isolada de uma tendência.

A esquerda petista, entretanto, envolve muito mais do que a soma das várias tendências nacionais e grupos regionais de esquerda existentes no Partido. Existe um gran-

de número de militantes petistas que, sem fazer parte de nenhuma tendência ou grupo permanente, integram a chamada esquerda petista.

Apesar desta militância de esquerda e independente ser muito mais ampla, a prática da AE tem sido a de priorizar o contato organizado com aquela parcela “organizada”, mais exatamente com a cúpula das tendências.

No período entre 1993 e 1997, a “unidade da esquerda petista” foi um instrumento importante para a disputa de rumos do PT e uma mediação eficiente na disputa do conjunto da militância petista de esquerda.

De 1997 para cá, entretanto, houve um processo de fragmentação na esquerda do partido. Disputas políticas, disputas de espaço, diferenças de método, fizeram o chamado campo de esquerda dividir-se e perder potência.

Embora prossigam havendo, no interior da AE, opiniões diferenciadas sobre as causas deste processo e sobre nossa responsabilidade nele, é consenso que também aqui precisamos fazer um ajuste de tática: a unidade da esquerda continua sendo um objetivo estratégico; mas a maneira de perseguir esta unidade deve sofrer alterações.

A AE deve convocar todos os socialistas do Partido para travar a discussão sobre nossa ação no PT e nos movimentos sociais, construindo uma pauta de ações comuns. Mas deve, também, se dirigir diretamente à base social e eleitoral da esquerda petista.

Embora a esquerda tenha perdido força interna no último período, há contradições no campo majoritário. Essas contradições ajudam a entender porque, num quadro de maioria e hegemonia moderada, criam-se continuamente agrupamentos suposta ou efetivamente de “centro”, de âmbito nacional, regional ou mesmo local.

Simultaneamente, há um processo de fragmentação da esquerda petista, inclusive com recuos programáticos e táticos de tendências que a integram.

Nesse quadro contraditório, de maioria e de fragmentação, reafirmamos que o esforço central da AE, no que tange a disputa do PT, prossegue sendo o combate ao chamado campo majoritário.

O PT deve estar à altura da alternativa de poder que representa para a classe trabalhadora no Brasil. A política e a estratégia do campo moderado não estão à altura deste desafio e comprometem o curso histórico do PT. Nossa política pretende provocar fissuras no campo moderado e hegemonizar outros setores do Partido. Este é um dos caminhos em que apostamos para construir outra maioria, capaz de impulsionar o governo federal num sentido diferente daquele seguido até este momento.

No processo de eleição das novas di-

reções partidárias, em 2005, a AE apresentará ou apoiará candidaturas a presidente e chapas que defendam um Partido democrático, socialista e revolucionário e um governo de ruptura com o neoliberalismo. Caberá a nossos candidatos deixar claro que, passado o processo de eleição das novas direções partidárias, em 2005, faremos uma reavaliação de nossa estratégia de disputa do governo e do PT.

O PT conquistou um espaço político nunca sonhado pela esquerda revolucionária brasileira. Mas fizemos isso numa conjuntura histórica de descenso das lutas de massa e de defensiva das idéias socialistas. O resultado é que nosso crescimento foi, também, um processo de integração à ordem.

Apesar disso, é fato que —comparado com os outros partidos de esquerda— as “vantagens relativas” do PT saltam aos olhos. Como resultado, além de muitos oportunistas, há também sinceros militantes de esquerda, vindos de outros partidos e tradições, que procuram abrigo no PT, o que vem nos transformando de partido de classe em partido “popular”, que pode degenerar num partido eleitoral de massas.

Várias das tendências e movimentos sociais influenciados pela chamada esquerda petista também têm sido vítimas desse duplo processo de ampliação, mas também de domesticação que, no final dos anos oitenta, corrompeu a velha Articulação e nos forçou a fundar a AE. Por isto não devemos, em nenhum momento, achar que somos imunes ao eleitoralismo, a política de notáveis, ao oportunismo, ao taticismo.

Como resistir a este processo? Não pretendemos nos vergar a ele, como fazem aqueles que incorporam conscientemente práticas e políticas moderadas, quando não olham com simpatia a idéia de integrar o campo majoritário. Tampouco pretendemos nos converter numa seita de reduzida influência, dedicada apenas a fazer propaganda de suas posições. Nem nos fecharemos em copas, constituindo uma organização auto-suficiente, que em nome de elevados propósitos supostamente revolucionários, acaba construindo uma lógica de partido dentro do partido.

Rejeitar estas alternativas implica num triplo movimento: colocar a política no comando, elevar o nível ideológico de nossos militantes e ampliar a organicidade da tendência.

Este é outro dos ajustes que devemos fazer em nossa tática de disputa do PT: aumentar nossa capacidade de formular coletivamente e aplicar organizadamente políticas para cada frente em que atuamos e para o conjunto da luta de classes no país.

Nossas deficiências organizativas devem ser enfrentadas através da definição

de políticas claras, em função das quais devemos nos organizar. Daí o papel central do *Página 13*, que deve almejar a função de “organizador coletivo” da tendência.

É urgente que invistamos na construção de organismos permanentes da corrente, municipais ou setoriais, que se reúnam com regularidade ao menos quinzenal, para debater a linha política e organizar nossa intervenção, atentando também para a necessidade de fóruns mais espaçados onde possamos dialogar e organizar uma franja mais ampla de militantes do PT, simpatizantes da tendência mas que não podem ou (ainda) não querem ter uma militância mais estruturada. Bem como de fóruns de diálogo com as demais correntes da esquerda petista.

Em uma perspectiva diferente, porém revelando problemas da mesma natureza, nossas coordenações estaduais estão longe de cumprir o papel que poderiam e deveriam desempenhar no acompanhamento político das frentes e no esforço de construir a corrente em locais, movimentos ou categorias estratégicos, em que existem possibilidades concretas para tal.

Finalmente, precisamos de uma direção nacional que se constitua realmente num coletivo dirigente da corrente, com reuniões mensais e divisão de atribuições, mas principalmente com a característica de aplicar nacionalmente a linha política adotada nas nossas conferências.

De um ponto de vista nacional, temos nos construído até o momento independentemente da existência de representação parlamentar significativa da tendência. Do mesmo modo, nossa representação em executivos municipais é numericamente inexpressiva, ainda que governemos ou tenhamos forte influência em cidades-pólo importantes, além de importante participação no governo do Mato Grosso do Sul. Nesses locais, estabelecer pontes entre o institucional e os movimentos sociais é o passo organizativo e político que a AE deve ter entre as suas metas prioritárias.

O próximo período será marcado pela preparação das disputas eleitorais de 2004, que devemos enfrentar de maneira nacionalmente unificada, com táticas eleitorais nos estados que correspondam e se conformem a nossos objetivos nacionais. É nosso objetivo lançar, no maior número de cidades possível, candidaturas a vereador e a prefeito identificadas com a AE, candidaturas que —nos marcos do PT— sejam porta-vozes da nossa política e da luta dos setores sociais com os quais nos identificamos e que sejam capazes de utilizar o processo eleitoral para lograr saltos organizativos na organização popular e no reforço das nossas propostas dentro do Partido.

Cabe à direção nacional elaborar uma resolução normatizando a relação dos parlamentares e titulares de cargos executivos com a corrente (uma “Carta Eleitoral”), baseada na experiência acumulada e a partir de proposta elaborada pelos atuais titulares de mandatos.

Temos que aprimorar e reforçar nossos métodos de formação política básica, estendendo-os para um público mais amplo que a tendência, a partir de atividades e programas de formação estruturados pelas ordenações municipais e estaduais, bem como potencializando o trabalho das secretarias de formação do Partido.

Finalmente, temos que entender que o curso à direita seguido pelo Partido e por grande parte de suas tendências, transfere para as tendências da esquerda petista, inclusive para a AE, a tarefa de elaborar e executar uma estratégia de luta pelo socialismo.

Socialismo ou barbárie

Do final da segunda guerra mundial até 1989, o cenário internacional foi dominado pelo conflito entre capitalismo e socialismo. Durante a primeira etapa deste período (1945-1973), as principais vitórias foram contabilizadas pelo campo socialista: reconstrução da URSS, implantação das “democracias populares” no Leste Europeu, revoluções na China e Cuba, derrotas do imperialismo na África e na Ásia, industrialização das nações periféricas, ampliação do “Estado de bem-estar social” nos países europeus.

Nesse contexto, a crise dos anos 70 foi interpretada, erroneamente, como dobre de finados para o capitalismo. Na verdade, serviu de ponto de partida para uma contra-ofensiva que —no curto espaço de trinta anos— subverteu totalmente o cenário internacional, fazendo retroceder o desenvolvimento econômico e a soberania nacional na periferia capitalista, desmontando o “Estado de bem-estar social” e desmanchando o chamado campo socialista.

Esta contra-ofensiva concluiu-se, no fundamental, em 1989-1991. Desde então, as principais contradições em escala internacional voltaram a ser inter-capitalistas (como eram até 1917), agora sob a hegemonia dos Estados Unidos.

Nação hegemônica, numa escala historicamente desconhecida, os Estados Unidos vivem uma crise econômica estrutural, caracterizada por crescimento e lucratividade declinantes, gerando como reação uma agressiva política imperialista. As demais nações capitalistas, as potências regionais, os países remanescentes do antigo campo socialista e os movimentos político-sociais de esquerda encontram-se

na defensiva frente ao imperialismo norte-americano.

Entretanto, diante de uma força hegemônica que se revela incapaz de superar a crise econômica mundial, a contra-ofensiva é uma questão de tempo. As mobilizações anti-globalização, as lutas sociais, as manifestações contra a guerra, a situação na Bolívia, a resistência de Cuba e das guerrilhas colombianas, as vitórias eleitorais de forças contra o neoliberalismo são sinais de que se arma uma reversão do quadro.

Nesse período e nessa etapa, nossa tarefa é derrotar a ofensiva imperialista, oferecendo o socialismo como alternativa para a humanidade e como saída para a crise capitalista, dando início a uma nova etapa e a um novo período históricos.

As chances de um novo ciclo de revoluções socialistas ter um desfecho distinto do ocorrido no século vinte depende, principalmente (e novamente), do que vai ocorrer nos países capitalistas centrais.

Todas as tentativas de construir o socialismo tiveram lugar, até hoje, na periferia do mundo capitalista. Qualquer balanço sobre as vicissitudes do socialismo no século vinte tem que levar isto em conta, não para justificar, mas para compreender adequadamente.

Arrancando de um ponto de partida muito atrasado, os socialistas lançaram mão de expedientes típicos da revolução industrial capitalista: longas jornadas, trabalho infantil, remunerações baixas, controles intensos sobre a mão-de-obra, proletarização forçada de camponeses.

Esse esforço brutal, somado à propriedade pública, ao planejamento centralizado, à inexistência da burguesia e ao impulso igualitário da revolução, possibilitou altas taxas de crescimento econômico e uma significativa elevação da qualidade de vida da população dos países socialistas.

Mas embora tenham se aproximado, não lograram superar a potência econômica — e, em muitos casos, nem mesmo o padrão de consumo — dos países capitalistas centrais (ainda que aqui não vá embutida uma analogia imediata entre padrão de consumo e padrão de vida, haja vista o caráter em boa parte predatório do padrão de consumo capitalista, por exemplo norte-americano, e do fato que sua transposição para o resto do mundo significaria uma catástrofe ambiental, com a destruição quase que completa dos recursos naturais do planeta).

Em geral, o socialismo começou a ser construído em países onde a maior parte dos trabalhadores não havia conhecido a chamada democracia burguesa. O baixo nível cultural e político da população, as consequências decorrentes da guerra civil e ou da agressão externa, as necessidades da

reconstrução econômica, somados à desmobilização pós-revolucionária, ajudam a entender as vicissitudes da “ditadura do proletariado” no século vinte: as concepções que pregavam uma “democracia socialista restrita” encontraram terreno fértil para prosperar.

As opções feitas pelos socialistas e comunistas, ao longo do século vinte, foram feitas em marcos muito diferentes daqueles imaginados por Marx e pela primeira geração de marxistas. Gramsci dizia que a revolução russa fora uma “revolução contra *O Capital*” (contra *Das Kapital*); de forma equivalente, podemos dizer que a débâcle do socialismo real foi a dupla “vingança do Capital”, do próprio e também das idéias de Marx.

Por isso, não cabe cobrar do “socialismo real” e do movimento socialista nos países periféricos, que eles não tenham cumprido a tarefa histórica de derrotar o capitalismo em escala mundial.

A crítica à social-democracia

Ao contrário, devemos nos concentrar em responder o que se passou com o movimento socialista nos países capitalistas centrais? Por que fracassou o projeto social-democrata de transformar o capitalismo em socialismo através de reformas? Por que até mesmo o “Estado de bem-estar social” fracassou?

Ou ainda: por que foi derrotada a revolução na Alemanha? Por que o pós-Segunda guerra, na França e na Itália, desembocou numa “normalização capitalista”? Por que a burguesia dos Estados Unidos, centro do capitalismo mundial, conseguiu marginalizar a esquerda socialista? Por que a onda neoliberal implantou-se em países com um forte movimento operário?

É preciso lembrar que foi operando a partir dos países capitalistas centrais, contando com as debilidades e erros de um movimento socialista majoritariamente social-democrata, que a burguesia conseguiu impor uma derrota fenomenal, ao longo dos anos oitenta, ao movimento socialista, em todas as suas variantes.

É preciso lembrar, também, que a capitulação da social-democracia ao neoliberalismo ocorreu antes da crise geral do “campo socialista”.

O destino do socialismo no século vinte não foi, nem poderia ter sido, decidido nas revoluções da periferia ou nas lutas teóricas travadas entre os bolcheviques, depois de 1917. Nesse sentido, devemos concentrar mais energia e atenção na crítica da social-democracia, do que na crítica do socialismo real.

Quanto mais aguda se torna a crise do capitalismo, mais agudas tornam-se as

contradições existentes no movimento socialista mundial contemporâneo. Grande parte das organizações denominadas de “socialistas”, “social-democratas” e mesmo algumas chamadas de “comunistas”, têm hoje muito pouco a ver com a luta anti-capitalista.

Em certo sentido, parte do movimento socialista “oficial” transformou-se não apenas em obstáculo para a luta pelo socialismo, mas deixou até mesmo de colaborar para a luta pelo bem-estar social sob o capitalismo. Afinal, a possibilidade de “civilizar o capitalismo” depende da existência de um forte movimento socialista. Uma atitude envergonhada frente ao socialismo reduz as chances de sucesso até mesmo de uma política reformista.

De maneira geral, grande parte da esquerda ainda se limita a uma postura teórica e ideologicamente defensiva, contentando-se em oferecer alternativas semi-keynesianas ao neoliberalismo, não percebendo que a crise do neoliberalismo é a expressão superficial e visível de uma crise mais profunda da ordem social capitalista.

A “solução” capitalista para esta crise passa, como de outras vezes, por uma destruição em larga escala de forças produtivas (através de guerras, recessões prolongadas, genocídios etc.).

Isso torna ainda mais urgente a necessidade de constituirmos um movimento anti-capitalista e socialista em escala mundial, com fortes raízes em países como o Brasil.

Se isto não acontecer, o capitalismo e sua crise nos conduzirão em direção a níveis cada vez maiores de barbárie. Teremos crise, teremos guerras, teremos conflitos sociais, mas não teremos sombra de revoluções vitoriosas.

A luta pelo socialismo no Brasil

Os destinos do Brasil sempre foram intimamente vinculados aos rumos da economia e da política mundiais. As riquezas extraídas do que hoje é nosso território nacional contribuíram, nos séculos XVI a XVIII, para a chamada “acumulação primitiva do capital”, que está na base do surgimento do capitalismo industrial.

Escapamos do estatuto colonial, que nos subordinava a Portugal, para cair na área de influência da Inglaterra e depois dos Estados Unidos, locomotivas do desenvolvimento capitalista nos séculos dezenove e vinte, respectivamente.

Ainda que ocupando uma posição subordinada e dependente frente às grandes metrópoles internacionais, o Brasil experimentou um desenvolvimento capitalista que o situa, hoje, entre as vinte principais economias do mundo.

Várias causas explicam isto, entre elas a super-exploração dos nossos trabalhadores, sob as mais variadas formas: o trabalho escravo, o colonato, os baixos salários, as longas jornadas, a reduzida proteção social.

A super-exploração alimentou e se sustentou, por sua vez, no conservadorismo que marcou nossa história política, expresso por 388 anos de monarquia, sessenta anos de democracia restrita e quarenta anos de ditadura declarada.

Frente a uma estrutura social marcada pela dependência, pelo monopólio, pelo conservadorismo político e pelo latifúndio, a maior parte da esquerda brasileira — a começar pelo Partido Comunista — adotou uma estratégia etapista.

A teoria das “etapas” foi desenvolvida, de maneira mais completa, pelo 6º Congresso da Internacional Comunista, realizado em julho de 1928, segundo o qual haveria três tipos fundamentais de revolução:

“a) países de capitalismo de tipo superior, como os Estados Unidos da América, Alemanha, Inglaterra etc., com potentes forças produtivas, com uma estrutura produtiva altamente centralizada, com um regime político democrático-burguês estabelecido. Nesses países a passagem à ditadura do proletariado é direta, podendo-se proceder à imediata expropriação da grande indústria e estruturação do Estado em moldes soviéticos e, ainda, à coletivização da terra”;

“b) países de nível médio de desenvolvimento do capitalismo, como Espanha, Portugal, Polônia, Hungria, países balcânicos etc., onde permanecem importantes vestígios de relações semi-feudais na economia agrária, com o mínimo de elementos materiais necessários para a construção do socialismo, e onde o processo de transformação democrática ficou incompleto. Em alguns desses países é possível a transformação, mais ou menos rápida, da revolução democrático-burguesa em revolução socialista. Em outros, pode ser desencadeada uma revolução proletária com grande contingente de objetivos de caráter democrático-burguês. Em todos estes países a ditadura do proletariado está subordinada à forma que irá tomar a revolução democrático-burguesa, na qual o proletariado deverá disputar a hegemonia na condução do processo”;

“c) países coloniais e semi-coloniais, como China e Índia e os países dependentes, como Argentina e Brasil, onde estão presentes germens de indústrias ou existe desenvolvimento industrial considerável, mas insuficiente para a edificação independente do socialismo”.

Nesses países, sempre segundo o 6º Congresso da Internacional Comunista, “predominam relações de modo de produ-

ção asiático ou relações feudal-medievais, na economia e na superestrutura política, nas quais a concentração dos meios produtivos encontra-se em mãos de grupos imperialistas: as empresas industriais, o comércio, os bancos mais importantes, os meios de transportes, o latifúndio etc. Nesses países a luta fundamental seria contra o feudalismo e contra as formas pré-capitalistas de produção, em que constituem objetivos consequentes a luta pelo desenvolvimento agrário, a luta antiimperialista e a luta pela independência nacional. Sendo assim, a luta pelo socialismo somente será viável mediante uma série de etapas preparatórias e como resultado de um grande período de transformação da revolução democrático-burguesa em revolução socialista”.

O “etapismo” no Brasil

Nos anos cinquenta, grande parte da esquerda brasileira adotava um raciocínio similar a este. É o caso do Partido Comunista, que em 1960 afirmava que a revolução brasileira ocorreria em duas etapas: a primeira etapa seria a da revolução nacional e democrática, de conteúdo antiimperialista e antifeudal. Após a vitória dela é que se passaria à segunda etapa — a da revolução socialista.

Segundo o PC, as forças sociais que realizariam as tarefas revolucionárias da primeira etapa seriam o proletariado, os camponeses, a pequena burguesia e a burguesia nacional.

Hegemônico na esquerda brasileira, o “etapismo” admitia duas variantes: numa, caberia à burguesia hegemonizar a primeira etapa da revolução; na segunda variante, caberia ao proletariado hegemonizar a etapa burguesa da revolução (ou seja, as tarefas da revolução seriam democrático-burguesas, mas a força dirigente e os métodos seriam proletários).

Estas duas variantes, por sua vez, eram compatíveis tanto com a tese da transição pacífica ao socialismo, quanto com a tese da inevitabilidade da violência revolucionária (como exemplos dessas duas variantes, podemos citar, respectivamente, as teses e políticas desenvolvidas nesse período pelo PC brasileiro e pelo PCdoBrasil, partidos resultantes da cisão do velho Partido Comunista, acontecida exatamente no começo da década de 60).

Na base da estratégia “etapista” está a idéia de que o socialismo (ou processo de transição ao comunismo) pressupõe que a sociedade capitalista tenha chegado a um certo estágio de desenvolvimento, estágio este que colocaria as “forças produtivas em contradição com as relações de produção capitalistas”.

Na maioria dos países do mundo, o

estágio seria outro, dadas as condições de atraso econômico (geralmente provocadas pela dominação e exploração imperialistas). Nesses países, a “primeira etapa” consistiria em transformações de natureza nacional, democrática e popular, cujo efeito principal seria acelerar o desenvolvimento capitalista, ao mesmo tempo em que fortaleceria os setores populares, em particular a classe operária (que, em muitos casos, seria criada a partir daquelas transformações).

Desta forma, se abria o caminho para o desenvolvimento capitalista, que num certo ponto produziria contradições agudas que colocariam na ordem do dia, como tarefa imediata, a segunda etapa: a revolução socialista. Portanto, a etapa democrático-burguesa tinha como objetivo superar os “obstáculos” para o desenvolvimento das forças produtivas capitalistas.

Por conta deste raciocínio, o “etapismo” entra em contato, sofre a influência e também influencia um conjunto de explicações sobre a sociedade brasileira, formuladas nos anos cinquenta e sessenta, que tinham em comum a idéia de que o desenvolvimento capitalista brasileiro estaria “obstaculizado”, sofrendo com isso uma “estagnação econômica duradoura”.

A idéia de que o capitalismo brasileiro tinha sua expansão obstaculizada pelo latifúndio, pela dependência e pelo mercado interno restrito comportava duas conclusões.

Na primeira delas, a disjuntiva era entre desenvolvimento e imperialismo. Na outra, a disjuntiva era entre capitalismo e socialismo. Mas ambas consideravam impossível, sem reformas estruturais ou sem revolução, que o capitalismo pudesse se desenvolver.

A influência desta teoria facilitou a adesão, de amplos setores da esquerda brasileira, à luta armada contra a ditadura militar. Afinal, naquele suposto contexto de “estagnação”, só a intervenção direta e imediata da violenta “parteira” seria capaz de trazer à luz a nova sociedade, mesmo que essa nova sociedade fosse capitalista.

A derrota do “etapismo”

O golpe de 1964 desorganizou a esquerda brasileira, inclusive sua base social e seus pressupostos estratégicos. O desenvolvimento econômico do país, que já era bastante considerável durante as décadas anteriores (dado que, curiosamente, era colocado em segundo plano nas análises por parte da esquerda), mas que se intensificou durante a ditadura militar, metabolizando o latifúndio, a dependência e o mercado interno restrito, demonstrou que eles não eram “entraves”, mas sim partes integrantes do “desenvolvimento capitalista realmente existente”

em nosso país.

A participação ativa da burguesia industrial na organização do golpe e na repressão posterior deixaram evidente que esta classe aceitava participar de uma “contra-revolução preventiva”, mas não de uma reforma democrático-burguesa, anti-imperialista e anti-latifundiária.

No imediato pós-golpe, entretanto, grande parte da esquerda limitou-se a adotar outras variantes do “etapismo”: da transição pacífica, passou-se à via revolucionária; da hegemonia burguesa, passou-se à hegemonia proletária.

Mas como o proletariado real estava na defensiva, muitas das organizações da luta armada —majoritariamente formadas na tradição marxista, para quem a classe operária é “o coveiro do capitalismo”, adotaram o campesinato como força principal do processo revolucionário brasileiro. Outras especularam sobre o papel do lumpen-proletariado ou dos estudantes.

A defesa do papel revolucionário do campesinato incluiu duas variantes: a defesa do campo como o “espaço” privilegiado da revolução, em detrimento do modelo supostamente soviético da insurreição urbana; e a defesa direta do campesinato como principal destacamento do processo revolucionário, tomando como parâmetro a experiência chinesa.

Num país que vivia então um processo de acelerada urbanização e industrialização capitalistas, a transformação do campo em cenário geográfico e/ou social da revolução revela o grau de confusão teórica e isolamento político em que estavam metidas as organizações da esquerda, no final dos anos sessenta.

Durante as décadas posteriores ao golpe, o Partido Comunista foi submetido a um processo de definhamento, que desembocou —no início dos anos 90— na criação, por iniciativa de grande parte daquela organização, do Partido Popular Socialista, enquanto parcela da militância segue até hoje no PCB.

Nenhuma das organizações que se pretendiam alternativas ao velho Partido conseguiu, entretanto, hegemonizar a esquerda brasileira. Foi só com o PT, duas décadas depois, que constituiu-se outro partido hegemônico.

Disposto a realizar as tarefas históricas que a burguesia brasileira não foi capaz ou não necessitou realizar —libertação da dependência ao imperialismo; liquidação do latifúndio e democratização da propriedade, principalmente da terra; democratização política e outras reformas populares realizadas onde o capitalismo seguiu uma via distinta da nossa— o PT explicitava que tais tarefas deveriam ser realizadas sob a direção dos trabalhadores, contra o capitalismo e na pers-

pectiva da construção do socialismo.

A afirmação desse pólo socialista alterou substancialmente o padrão da luta de classes no país. Por outro lado, foi o próprio desenvolvimento capitalista no Brasil —negando a possibilidade de realizar tarefas democrático-burguesas sob a hegemonia da burguesia “brasileira” e de seus sócios maiores do capital internacional— que colocou o socialismo como objetivo estratégico dos trabalhadores e das forças populares. Entendia-se, então, que somente com o socialismo seria possível realizar plenamente as reformas democratizantes, nos terrenos político, econômico e social.

Ao mesmo tempo em que afirmava este objetivo estratégico —distinto do proposto pelos partidos comunistas, para quem a luta pela democratização, pelas reformas populares, pela soberania nacional etc., constituíam uma “primeira etapa”, separada e distinta de uma segunda etapa de luta e construção do socialismo— o PT compreendia que o caminho para a construção/conquista de um poder socialista no Brasil exigiria três ações combinadas: a radicalização da luta social, combinada à construção de fortes organizações de massa; a disputa do espaço institucional; e a construção de um partido e de uma forte consciência socialista de massas.

A conjuntura excepcional do final dos anos oitenta quase possibilitou a eleição de um presidente socialista. Realizado durante o ano de 1989, o 6º Encontro Nacional do PT apontou a conquista do governo como uma parte decisiva das transformações sociais e do processo de conquista e exercício do poder de Estado.

Naquela época, imaginava-se que um governo das forças democrático-populares e socialistas viveria uma situação muito peculiar: exercer o governo federal sem ter a hegemonia ideológica da sociedade, nem o domínio do Estado. Nessas condições, nosso governo implementaria reformas de fundo, respaldado na mobilização social. No curso deste processo, a burguesia tentaria cooptar, sabotar e finalmente derrubar o novo governo. Já os setores populares defenderiam o seu governo e radicalizariam o processo de transformação social, em direção ao socialismo.

O renascimento do etapismo

Treze anos depois, a vitória do PT acontece noutro quadro, bem mais difícil. Por um lado, a crise internacional e uma década de neoliberalismo tornaram mais difícil, em comparação com 1989, a possibilidade de implementar reformas estruturais (mesmo capitalistas) através de atos do governo federal. Por outro lado, a disposição majoritária no PT é muito mais moderada do que em

1989, pretendendo superar o neoliberalismo, através de um longo período de transição, em favor de um capitalismo popular, não mais o capitalismo em direção ao socialismo.

Portanto, na contramão do processo ocorrido entre o final dos anos setenta e o início dos anos noventa, quando a esquerda brasileira fez a crítica (e autocrítica) do “etapismo”, particularmente da política de aliança com a burguesia, o PT passou a defender uma aliança com o setor “produtivo” do capital, contra o setor neoliberal e financeiro.

Isso que podemos denominar, com todas as mediações, de “retomada do etapismo”, deriva-se não apenas das condições políticas vigentes no final do século, mas também de limitações teóricas da esquerda brasileira. Cabe lembrar que, embora a maioria dos rachas sofridos pelo PC durante os anos sessenta incluísse, entre as suas motivações, a crítica à subordinação dos comunistas à burguesia nacional, este aspecto da divergência terminava, na maioria das vezes, em segundo plano. Muito rapidamente, a diferença que dominava os debates passava a ser um aspecto da estratégia (luta armada versus via pacífica), da tática (frente única contra a ditadura militar versus ação independente dos trabalhadores), da concepção de partido etc.

Já no final dos anos sessenta, portanto, a crítica ao “etapismo” e à “teoria dos entraves” e obstáculos não evoluiu, em direção a uma estratégia socialista consistente, devido à força da burguesia brasileira, as características estruturais de nossa sociedade, a precariedade do debate teórico entre os socialistas e a forte influência do nacional-desenvolvimentismo sobre o conjunto do movimento comunista.

O ressurgimento do movimento operário, no final dos anos setenta, desaguando majoritariamente na constituição do PT, foi a base objetiva para a superação prática do “etapismo”. Naturalmente, o PT nunca foi uma unanimidade na esquerda brasileira. Na época da sua fundação, organizações como o PCdoB, o PCB e o MR-8 o acusaram de divisionista, valhacouto de revisionistas e agente da social-democracia.

Mesmo no interior do Partido, vários grupos consideravam que o PT era apenas uma legenda, uma frente, um expediente a partir do qual se podia alcançar as massas. Para a revolução, contudo, seria necessário construir um partido revolucionário, coisa que o PT não seria.

Essas críticas não impediram que o PT se transformasse, ao longo de duas décadas, no maior partido da esquerda brasileira. Maior do ponto de vista eleitoral, mas também e principalmente no que diz respeito a militância: é petista a maioria dos dirigentes da CUT, da Central de Movimentos Populares, do Movimento Sem-Terra, dos integran-

tes das pastorais sociais da igreja católica, bem como grande parte da juventude politicamente ativa.

Pelo menos desde 1990, contudo, o PT aderiu progressivamente a tese da “aliança com os setores produtivos do capital, contra o neoliberalismo”. No princípio, tratava-se de um etapismo social-democrata, que abria mão da revolução e mesmo do socialismo. Mas desde a “Carta aos Brasileiros”, verificou-se um retrocesso ainda maior: trata-se de aplicar uma política de concessões ao capital financeiro.

Consagra-se, assim, o processo de integração do setor moderado do PT ao movimento internacional da “terceira via”, que tem no “espírito de Marbela” seu rebatimento latino-americano. Esta estratégia foi adotada por diferentes forças políticas, entre as quais algumas correntes que têm origem no movimento socialista, como é o caso do setor moderado do PT. Tal setor acredita que, no período e na etapa em que vivemos, não está posta a luta contra o capitalismo, pelo socialismo, mas sim a luta contra o neoliberalismo. Considera, também, que a correlação de forças internacional e nacional impossibilitam a ruptura com o neoliberalismo, o que torna necessária uma política negociada de transição.

Por conta disso, operam como se o governo Lula fosse o primeiro de uma sucessão de governos hegemônicos pelo PT; começando por um governo de centro-esquerda, evoluiremos para governos cada vez mais avançados.

Dois grandes problemas políticos decorrem desta estratégia: será possível combinar o respeito aos contratos, o atendimento das expectativas populares e a “transição”? O PT conseguirá hegemônizar um governo de centro-esquerda, sem deixar de ser um partido de esquerda?

Esta transformação programática foi antecipada, em escala micro, nas administrações municipais e estaduais do PT. Ocorre que, nas condições brasileiras, não é possível compatibilizar as tarefas de um governo de esquerda, nem mesmo de um governo democrático-nacional, com os interesses do capital financeiro.

Esta incompatibilidade já foi demonstrada em várias situações históricas, inclusive na Europa do pós-Segunda guerra mundial, em que a ampliação da democracia política e do bem-estar social das classes trabalhadoras foi um componente importante na crise dos anos setenta. Lá verificou-se, no médio prazo, o que estamos confirmando no curto prazo.

Evidentemente, quando a social-democracia rompe com seus compromissos históricos, aderindo em maior ou menor grau ao programa neoliberal (como fez na Europa, durante os anos oitenta e noventa), a incom-

patibilidade não se manifesta ou não aparece com tanta força, pelo simples motivo de que naquele caso, não temos propriamente um governo de esquerda, nem democrático-nacional.

Nova crítica ao “etapismo”

Em nosso país, três fatores combinados (a escassa democracia política, a fraqueza da esquerda e a opção da burguesia pela contra-revolução preventiva) impediram que o capitalismo brasileiro fosse submetido – até agora – a um tensionamento social-democrata ou socialista-reformista.

Até 2002, o Brasil só havia chegado próximo desta situação em dois momentos: no segundo governo Vargas e no governo Jango, que adotaram uma política conflitiva com os interesses do imperialismo. O governo Lula poderia ser, por isso mesmo, um grande teste sobre a capacidade do capitalismo brasileiro conviver com uma política reformista, fraca (social-democrata) ou forte (socialista). Entretanto, mantida a atual orientação econômica, o máximo que poderemos testar é a política da chamada terceira via.

Caso consigamos alterar a estratégia geral do governo, estará posta novamente a questão: conseguirá o capitalismo brasileiro conviver com a ampliação efetiva do bem-estar das camadas populares? Consegue a burguesia brasileira conviver com um governo de esquerda?

Só há uma maneira da burguesia se furtar a responder a estas questões: se o governo Lula não produzir nenhuma alteração significativa no *status quo*, decepcionando as camadas populares e criando as condições para uma futura derrota, eleitoral ou não.

Caso, pelo contrário, o governo Lula persiga efetivamente uma mudança no modelo econômico, a burguesia será forçada a mostrar suas cartas. E, se agir como é de sua natureza, colocará barreiras enormes ao prosseguimento das mudanças pretendidas pelo governo de esquerda.

Neste contexto, ficarão ainda mais evidentes as limitações da política hoje hegemônica no futuro governo e no PT. Mas para que a situação chegue a este ponto, para que estas limitações apareçam, para que existam forças e vontade de superar tais limitações, será necessário que o governo Lula persiga efetivamente a mudança de modelo econômico. E para que isso ocorra, é preciso que exista uma forte esquerda socialista, no Brasil e no interior do PT. Uma esquerda que compreenda que o neoliberalismo não é um “desvio” do capitalismo, mas sim sua expressão nas condições históricas atuais, motivo pelo qual combater o neoliberalismo, de forma radical, de forma conseqüente, equivale a questionar o próprio capitalismo.

Há, evidentemente, alternativas de di-

reita para a situação atual. É possível aprofundar o ajuste fiscal, até a quebra do país inteiro, como ocorreu na Argentina. Há, por outro lado, o “social-liberalismo”, que busca relegitimar as políticas de desregulamentação e de redução do papel do Estado, através da implantação de um sem-número de políticas sociais compensatórias. No entanto, mesmo essa alternativa esbarra na crônica redução de recursos orçamentários, por força dos sucessivos ajustes fiscais, realizados para pagamento de juros e encargos de dívidas financeiras. Assim, acaba não havendo efetivamente dinheiro para a área social.

A vertente “social-liberal” aposta no atendimento aos “miseráveis” e aos muito pobres; e não na ampliação dos direitos universalizantes dos trabalhadores formais e organizados. Nesta vertente, o programa de combate à fome e à miséria é feito às custas dos trabalhadores, não às custas do capital. Tem, assim, um caráter assistencialista, despolitizante, divisionista e atrasado, do ponto de vista da conscientização popular.

A saída popular, à esquerda, consiste em assumir propostas que se chocam com os pilares do domínio capitalista no país, que confrontem o latifúndio, o imperialismo e os monopólios. No caso brasileiro, tal tarefa poderia e ainda pode ser iniciada pelo governo Lula, caso abandone a agenda de reformas herdada de FHC, convoque sua base popular de sustentação e concentre-se no combate a hegemonia do capital financeiro.

Por seu caráter sistêmico, não existem saídas setoriais ou parciais ao neoliberalismo. Mesmo medidas específicas frente as questões do endividamento, privatização, reforma agrária etc., só terão potencial estruturante se tiverem um nítido viés anticapitalista.

Medidas assim implicarão tensões, fugas de capital, chantagens por parte do sistema financeiro etc. O governo e o partido podem tomar medidas preventivas, para que o preço a pagar seja o menor possível. Mas não existem paliativos. É impossível lutar por mudanças sociais sem “assustar os mercados”.

Colocar em questão o capitalismo

Quem manifesta expectativas a respeito da possibilidade de reformar o capitalismo brasileiro, geralmente supõe que os entraves do desenvolvimento em nosso país são consequência das mazelas do modelo neoliberal, da corrupção, da injustiça, da ausência de vontade política, da ganância das elites, do fantoche de plantão ou de qualquer outro fator que não as relações sociais de produção capitalistas. Isto leva à ilusão de que, corrigindo a forma neoliberal ou de desenvolvimento subordinado e dependente, seria possível um novo ciclo de crescimento

que, mesmo sob a determinação do capital, levasse a uma maior justiça distributivista e à superação das grandes desigualdades que marcam o Brasil.

Tal visão está em flagrante contradição com as resoluções do Partido, tais como “o PT não acredita na possibilidade de uma etapa de capitalismo popular no País” (6º Encontro, 1989). Ao contrário, o PT buscou demarcar com a estratégia adotada pelo PCB nos anos cinquenta e sessenta, afirmando que o caráter de um governo democrático popular tal como proposto pelo Partido “não representa a formulação de uma nova teoria das etapas, imaginando uma etapa democrático-popular, e, o que é mais grave, criando ilusões, em amplos setores, na possibilidade de uma nova fase do capitalismo, uma fase democrático e popular” (5º Encontro, 1987).

Os entraves ao desenvolvimento no Brasil não se devem, como imaginava a clássica visão do PCB, ao latifúndio e a presença imperialista, que impediria o desenvolvimento autônomo da burguesia nacional. Na prática, tanto a burguesia nacional quanto os latifundiários optaram por uma aliança com o imperialismo e uma existência lucrativa, ainda que subordinada, como se comprovou com os modelos econômicos da ditadura militar e os anos FHC. Por isso, o 6º Encontro nacional do PT afirmava que “a implementação da globalidade de um programa democrático-popular só pode ocorrer com a revolução socialista”.

A revelia deste tipo de reflexão, amplos setores do PT passaram a imaginar a possibilidade de um novo modelo de desenvolvimento nacional, que tivesse por ponto de partida um “novo pacto social”. Nessa reflexão, uma vez que as injustiças e desigualdades sociais e regionais não seriam mais determinadas pelas relações capitalistas, deslocou-se o eixo central para uma política de compensação, via Estado, na qual a economia, agora vista abstratamente, se torna neutra e virtuosa. Trata-se de voltar a crescer, condição essencial para que o Estado arrecade mais e tenha como investir mais no chamado eixo social. O problema do Brasil, segundo esta visão, não é o capitalismo, mas que este capitalismo não cresce como antes. Se antes crescia mas não havia uma justiça social, isto se devia a fatores morais e éticos, a falta de vontade política. O eixo prioritário no social se relativiza, pois sua pré-condição é a volta do crescimento econômico, que se converte na verdadeira prioridade.

Como o fundamental é o crescimento econômico e este se abstraiu de sua condição capitalista, está lançada a base para uma aliança de classes com a burguesia, não apenas a pequena burguesia, mas agora “empresários de qualquer porte”. A aceitação dos pressupostos do capital e sua isenção de culpa pela ausência de crescimento econô-

mico, uma vez que não se trata dos ciclos do capital —que por sua vontade cresceria sempre—, mas de criar condições para deixar o capital crescer, leva à armadilha dos instrumentos neoliberais, que nada mais são que a versão moderna deste velho conto de fadas baseado em verdades eternas como a infalibilidade do mercado e da livre concorrência, desde que o Estado entre para salvar quando tudo dá errado.

Desta maneira, o horizonte estratégico socialista é abandonado ou transformado numa formalidade abstrata e vazia; e mesmo o limitado horizonte de um novo desenvolvimento capitalista nacional é trocado pelo continuísmo neoliberal. Mais ou menos assim: se queremos o socialismo temos que fazer o país crescer, para crescer a melhor forma é o capitalismo nacional desenvolvimentista, mas para salvá-lo de sua crise atual teremos que manter o neoliberalismo!

Disputando a classe trabalhadora

Durante os anos noventa, por essas ou por outras causas, milhares de petistas passaram a se questionar sobre o que estava acontecendo com seu partido. Alguns abandonaram a militância, outros se acomodaram, outros buscaram alternativas. Para um grande número de militantes, esta alternativa estaria no Movimento Sem-Terra; para um número menos expressivo, estaria no PSTU ou, para ser mais preciso, na construção de uma organização que integrasse a esquerda petista, o PSTU e a “militância social” que gravita ao redor do MST.

Em qualquer caso, a esquerda brasileira passou a viver uma situação semelhante a enfrentada nos anos sessenta: um questionamento crescente ao partido hegemônico (na época, o PC, hoje o PT) e o surgimento de alternativas reais ou imaginárias.

No caso do PC, como sabemos, a maioria das alternativas não conseguiu implantar-se na classe trabalhadora, que continuou sob a influência do comunismo oficial e do PTB. Só o PT, vinte anos depois do início da crise do PC, conseguiu raízes sólidas entre os assalariados, pequenos proprietários rurais e setores médios.

Existem várias causas que explicam o fracasso das dezenas de organizações que tentaram suplantam o PC: a repressão militar, a luta armada, a opção pelo campo como cenário estratégico, o surgimento de uma nova classe trabalhadora etc.

Destaque-se que a maioria daquelas organizações rompeu com a linha pacifista do PC, mas não rompeu com a concepção estratégica que norteava aquela organização. Algo semelhante ocorreu nos anos noventa: várias tendências que integram a chamada

esquerda petista são, na verdade, partidários de uma linha programática muito semelhante a da maioria moderada do PT.

Esta semelhança fica, as vezes, dissimulada por divergências táticas e estratégicas. Mas as semelhanças existem, até porque a situação objetiva levou o conjunto das tendências petistas a dar peso, em sua elaboração estratégica, à luta “anti-neoliberal”, o que muitas vezes implicou em secundarizar o anti-capitalismo socialista.

A contradição que dominou o mundo, entre o fim da Segunda guerra mundial e o desmanche da União Soviética, foi aquela existente entre capitalismo e socialismo. Todas as demais contradições remetiam àquela, inclusive a contradição entre imperialismo e libertação nacional, entre democracia e ditadura, entre desenvolvimento e subdesenvolvimento. É por isto, aliás, que a luta contra o imperialismo, contra as ditaduras e contra o subdesenvolvimento era considerada por muitos como parte da “conspiração comunista”.

Na década de oitenta, os capitalistas recrudesceram seu ataque contra as conquistas democráticas, econômicas e sociais em todo o mundo. A contradição dominante no mundo, hoje, não é mais entre capitalismo e socialismo, mas sim inter-capitalista. Mais precisamente, a contradição entre as grandes nações capitalistas; e entre as grandes nações e as nações da periferia capitalista.

Um dos efeitos desta nova situação é o ressurgimento do nacionalismo, em suas mais variadas facetas. O nacionalismo de grande potência, típico dos Estados Unidos, que se considera eleito para dominar o mundo. O nacionalismo xenófobo, do trabalhador e do pequeno empresário que estão sendo esmagados pelos capitalistas, mas descarregam sua raiva contra o imigrante. O nacionalismo das potências regionais. E o nacionalismo dos povos oprimidos.

Diante da nova situação, os socialistas de todas as matizes foram levados a reformular suas estratégias e programas. A maioria deslizou para a direita. Os social-democratas abandonaram o Estado de “bem-estar social” e passaram a administrar o neoliberalismo. Grande parte dos partidos comunistas e das guerrilhas, em particular latino-americanas, fez o mesmo percurso. A maioria abandonou a luta pelo socialismo, se limitando a lutar contra o neoliberalismo e por um capitalismo “menos cruel”, a ser obtido através de disputas eleitorais.

Acontece que a experiência do século vinte demonstra que só teremos sucesso na luta pela soberania nacional, pelo desenvolvimento econômico, pelo bem-estar social e pela democracia, se tivermos sucesso na luta pelo socialismo.

O Estado de “bem-estar social” europeu é uma consequência direta e indireta da

“ameaça comunista”. Sem o apoio político, econômico e militar do campo socialista, a luta pela libertação nacional teria tido menos êxito do que teve. Os experimentos “desenvolvimentistas” em vários países foram tolerados ou até incentivados pelos Estados Unidos, como uma forma de conter a revolução no terceiro mundo. O desafio, portanto, está em incorporar a questão nacional, as reivindicações democráticas e pelo desenvolvimento econômico, no corpo de uma estratégia socialista.

O debate existente no Brasil, dos anos trinta aos anos oitenta, foi entre diferentes projetos nacionais. A esquerda participou deste debate tendo como referência estratégica a luta pelo socialismo. As insuficiências da esquerda neste debate tinham relação direta com a concepção etapista do Partido Comunista, segundo a qual antes do socialismo deveríamos lutar pela “libertação nacional”, luta em que teríamos como aliada a burguesia “nacional”.

A medida em que a referência socialista perdeu força, a capacidade da esquerda intervir no debate “nacional” também se enfraqueceu. Isto quer dizer que, para recuperar força plena no debate “nacional”, a esquerda brasileira tem que simultaneamente reconstruir sua referência estratégica socialista.

O peso do PT na sociedade brasileira, assim como seus problemas, estão intimamente vinculados a duas grandes variáveis: o comportamento dos trabalhadores assalariados e o papel fundamental da chamada luta institucional no atual período histórico.

Foram os trabalhadores assalariados, especialmente os operários, que hegemonizaram o processo de criação do Partido; e foi o impacto do neoliberalismo sobre esta classe que abriu passo à direitização partidária.

A relativa moderação dos assalariados, ao longo dos anos noventa, moderação levada ao paroxismo pela maioria da direção da CUT, fez ressurgir as teorias que prognosticam o papel “ontologicamente reformista da classe operária” e clamam por “outra classe” para vanguardear a luta pelo socialismo: os intelectuais; os “excluídos”; o “novo campesinato” e assim por diante.

Em nossa opinião, não haverá revolução socialista no Brasil, se não colocarmos em movimento a maior parte dos trabalhadores, que são assalariados e urbanos. E que, na sua maioria, estão empregados, na produção.

O descenso da mobilização dos trabalhadores assalariados urbanos, nos anos 90, teve como contraponto um lento mas persistente progresso eleitoral das esquerdas. A transformação do PT numa força institucional constituiu um obstáculo à ofensiva neoliberal; por outro lado, aprisionou no

“beco eleitoral” nosso partido e grande parte da esquerda.

Não se sai deste beco negando a luta institucional, nem tampouco, como é óbvio, adaptando-se. A solução para os dois problemas — a passividade do mais importante setor da classe trabalhadora e a hegemonia do eleitoralismo na ação do partido mais importante da esquerda — exige respostas mais complexas do que a mera “mobilização”. Como se vê cotidianamente nos governos petistas, existem contradições entre os “lutadores do povo”, que só podem ser equacionadas no terreno político-partidária. E um crescimento da mobilização popular não cria, num passe de mágica, as condições necessárias para a troca da via institucional pela via insurrecional.

Em qualquer dos casos, uma questão que precisa ser respondida é se a existência do PT, e a existência de um PT com uma forte esquerda no seu interior, é um obstáculo ou uma alavanca para a solução daqueles dois problemas estratégicos, bem como para os problemas táticos cotidianos da luta de classes no Brasil.

O “programa máximo”

O socialismo não será produto de um movimento espontâneo e inconsciente da sociedade. Ou há um processo consciente de luta por uma sociedade de outro tipo, ou não haverá socialismo. Por isso mesmo, o estabelecimento prévio de uma meta, de um objetivo geral, possui importância decisiva, nuclear. Isso implica em tomar posição sobre quatro questões centrais: a superação da propriedade privada dos meios de produção, a superação da sociedade de classes, a superação do Estado e a superação da divisão do mundo em Estados-nações.

Mesmo que a abolição da propriedade privada dos grandes meios de produção seja um processo complexo, tortuoso e prolongado, o estabelecimento de novas relações de produção é fundamental para a constituição de uma sociedade superior ao capitalismo. Salvo, é claro, se acharmos que seja possível estabelecer uma “lógica” nova, coexistindo com a propriedade privada dos grandes meios de produção.

O “planejamento”, o “controle externo” e a competição com outras relações de produção não são suficientes para quebrar a lógica do capital, isto porque eles — planejamento, o controle e a competição — operam nos marcos das relações de produção existentes.

O estabelecimento de novas relações sociais, fundadas na propriedade coletiva e na socialização da produção, elimina as bases materiais da divisão da sociedade em classes. A superação da divisão da sociedade em classes, por sua vez, tornará desnecessária

ria a existência do Estado, enquanto aparato de dominação de uma classe sobre outra.

Quem almeja a superação do Estado defende, desde já, ampliar o controle do Estado pela sociedade, inclusive através de mecanismos democráticos como o plebiscito, o referendo popular, o veto popular, a iniciativa popular legislativa, a revogabilidade dos mandatos via plebiscito, a adoção do orçamento participativo etc. Tais mecanismos facilitam o debate aberto e massivo sobre questões de relevância política, social, econômica, ambiental etc.

Uma sociedade baseada na propriedade coletiva dos meios de produção, sem classes e sem Estado, não é viável senão em escala internacional. Nesse sentido, o comunismo implica numa ordem internacional que supere a divisão do mundo em Estados-nações.

O “programa máximo” do socialismo repousa nestes quatro pilares: propriedade coletiva, fim da divisão da sociedade em classes, extinção do Estado e comunidade internacional. Evidentemente, trata-se de um projeto de longo prazo, que para concluir-se exigirá um longo período de transformação social. Por isso mesmo, é necessário esclarecer qual o plano estratégico de luta pelo socialismo e de construção de uma sociedade socialista.

Esta estratégia parte de cinco pressupostos básicos: a classe trabalhadora é a base social da luta pelo socialismo; a construção do socialismo exige a conquista do poder; tanto a conquista do poder, quanto a construção do socialismo, constituem processos revolucionários; entre o capitalismo e o socialismo pleno (ou comunismo) haverá um processo de transição; a luta pelo socialismo é internacional, mas grande parte dela se realiza em bases nacionais. A estratégia implica, ainda, em determinar adequadamente as seguintes questões: o período histórico; a etapa; o programa mínimo; as alianças; a via da tomada do poder.

Lutamos por um mundo sem explorados nem exploradores, sem opressão nem dominação de nenhum tipo. A base da exploração e da opressão é a propriedade privada da riqueza social. Por isto lutamos, não pela simples estatização, mas pela socialização da riqueza social (isto é, dos meios de produção), que deve pertencer aos seus produtores, os trabalhadores.

Almejamos uma sociedade sem classes, aquilo que revolucionários de várias épocas chamaram de comunismo ou socialismo avançado. E que nós chamamos simplesmente de socialismo.

Como o capitalismo se baseia na exploração econômica e na opressão política dos trabalhadores, reformas parciais não podem convertê-lo em um sistema aceitável de um ponto de vista humanista. E como a

riqueza da classe dominante decorre da exploração do trabalho alheio, não há reforma capaz de proporcionar uma vida material e espiritual digna aos trabalhadores no capitalismo. Por isso estamos convictos de que construir o socialismo é uma tarefa histórica dos trabalhadores, é algo possível e necessário, desde que os trabalhadores se conscientizem deste objetivo e lutem por ele. Desenvolver esta consciência e esta disposição de luta é a missão histórica de um partido socialista.

Construir o socialismo é necessário, porque não vemos outra maneira de deter a barbárie capitalista. Não nos parece aceitável um tipo de sociedade em que os momentos de aparente paz e prosperidade só fazem preparar outros momentos, de guerra e miséria, sempre mais terríveis que os anteriores. As toneladas de papel gasto para discutir a fome, as guerras, a violência urbana, a corrupção política e o desemprego não deixam dúvida sobre as tendências estruturais do modo de produção capitalista.

Construir o socialismo é possível, porque o capitalismo desenvolveu a capacidade produtiva a tal ponto, que se tornou viável garantir, ao conjunto da humanidade, um padrão de vida elevado e jornadas de trabalho declinantes. Igualdade, abundância material e tempo livre são algumas das premissas necessárias —sabemos que não suficientes— para a construção de uma sociedade sem classes.

Aplicado às condições concretas do Brasil, o debate sobre o socialismo que queremos e como conquistá-lo exige: a) um conhecimento da realidade concreta do Brasil, nas suas diferentes dimensões, uma vez que a construção da nova sociedade se dará a partir das contradições da atual sociedade capitalista; b) o conhecimento sobre as formas de luta de classes no país, vão determinar, em grande medida, as formas iniciais da futura sociedade; c) o conhecimento e a avaliação crítica da luta pelo socialismo no mundo, com destaque para as tentativas de construí-lo em diferentes países, assim como para os pressupostos teóricos que as embasaram e/ou explicaram; d) o conhecimento das tendências de desenvolvimento do capitalismo internacional.

O requisito básico para realizar a superação das classes sociais, tal como existem no capitalismo, continua sendo, para nós, a socialização da propriedade dos meios de produção e a edificação de novas relações sociais, avessas à exploração econômica, à repressão política e à opressão cultural.

Para realizar esta tarefa histórica, os trabalhadores devem conquistar o poder político. Porém, o poder não apenas se toma, mas também se constrói. Construímos o poder dos trabalhadores, quando difundimos uma cultura socialista, quando organizamos

as massas, quando criamos o Partido, quando lutamos. Como o poder é uma relação social, cada uma dessas ações amplia o poder dos “de baixo” e simultaneamente reduz o poder dos “de cima”. Mas a construção do poder dos trabalhadores tem um limite. Como os capitalistas detêm a maior soma desse poder, eles o utilizam permanentemente para nos enfraquecer, cooptar e derrotar. Por isso, a simples construção nunca gerará poder suficiente, a ponto de tornar possível o socialismo. É por isso que, para iniciar a construção de uma sociedade sem classes, não basta construir, é preciso também destruir o poder dos capitalistas: todo ou a maior parte de seu poder econômico, político, militar e ideológico.

Vivemos num período histórico em que as alternativas para a humanidade são o socialismo ou barbárie. As forças que defendem o capitalismo estão, nesse sentido, na defensiva. Mas, nos marcos desse período, vivemos numa etapa em que as forças que defendem o capitalismo encontram-se em plena ofensiva, situação similar a ocorrida entre a crise de 1929 e a ampliação do campo socialista, etapa em que houve a ascensão de Hitler, a derrota da República Espanhola e a Segunda guerra mundial. Nosso desafio, em escala mundial, é derrotar a ofensiva imperialista, saindo desta etapa e deste período, rumo a um novo ciclo de revoluções socialistas.

Campinas, 21 de setembro de 2003

Novos rumos para o governo Lula

A Articulação de Esquerda concluiu a primeira etapa de sua VI Conferência Nacional proclamando a militância do PT, especialmente a militância da esquerda petista, a lutar por uma alteração nos rumos do governo Lula.

O governo Lula pode cumprir um papel fundamental na luta contra o imperialismo norte-americano, na luta contra a hegemonia do capital financeiro, na luta por reformas democráticas e populares, na luta por um Brasil e um mundo socialistas.

Isso só ocorrerá, entretanto, se houver uma mudança na linha política que hegemoniza, hoje, o governo, o PT e a maioria da classe trabalhadora brasileira.

Esta mudança de linha política pode resultar: do crescimento da esquerda socialista, ao ponto dela se tornar majoritária no Partido e na classe trabalhadora; de uma divisão no atual campo majoritário do PT, a semelhança do que aconteceu em 1993; ou, finalmente, se a atual maioria partidária alterar ela mesma sua estratégia.

Os três caminhos são possíveis e podem ocorrer simultaneamente. E dependerão, em grande medida, da luta de classes. A evolução da situação econômica internacional, particularmente na América Latina; o comportamento do imperialismo, tanto no âmbito político-militar, quanto nas negociações sobre a Área de Livre Comércio das Américas e do acordo com o Fundo Monetário Internacional; a evolução da situação econômica e da crise social no Brasil; a atitude do grande capital, particularmente do setor financeiro, da burguesia industrial e do latifúndio, frente ao governo federal; a postura das classes trabalhadoras, com destaque para o operariado industrial; o comportamento das grandes massas populares, bem como o desempenho dos partidos conservadores, nas eleições de 2004; todas estas variáveis serão influenciadas pela política do PT e do governo, mas também influenciarão esta política, seja no sentido de reforçar, seja no sentido de alterar a atual política hegemônica.

Em qualquer dos casos, a esquerda socialista só terá chance de sucesso se compreender que seu inimigo é o grande capital, o imperialismo e a direita.

A necessária luta contra as posições da atual maioria partidária, que hegemoniza o governo, não pode servir de pretexto para políticas esquerdistas que agem como se o governo Lula fosse um governo da burguesia.

Exatamente por considerarmos que o governo Lula é nosso governo —por ser um governo do Partido dos Trabalhadores, por ser um governo que ajudamos a eleger, por

ser um governo que produzimos no curso de mais de vinte anos de luta— nos sentimos na obrigação de criticar as suas opções, especialmente na política econômica. Esta crítica pode e deve ser feita publicamente, com as mediações que se fazem necessárias, devendo ser acompanhada de propostas concretas de alteração na linha do governo, em cada uma de suas frentes de atuação.

Tal alteração deve apontar para uma ampliação dos investimentos sociais; uma ampliação dos investimentos públicos; uma ampliação da presença do Estado na economia; uma ampliação no peso da pequena e média propriedade; uma elevação nas condições de vida, emprego e remuneração das classes trabalhadoras.

Atingir estes objetivos supõe a adoção imediata, por parte do governo, de várias medidas macroeconômicas, entre as quais citamos: a redução da taxa de juros; a redução do superávit primário; a adoção do controle sobre o fluxo dos capitais; a desprivatização do Banco Central; a não-renovação do acordo com o FMI; a rejeição do Acordo de Livre Comércio das Américas; o enfrentamento das dívidas externa e interna; a realização das reformas agrária e urbana.

A elaboração de uma política alternativa para a ação do governo é uma tarefa que precisa ser acompanhada da elaboração de uma estratégia para a luta pelo socialismo, adequada ao período histórico iniciado com a eleição de 2002. Para isto, é preciso envolver amplos setores da esquerda e da militância petista, insatisfeitos com os resultados práticos da política atualmente hegemônica no Partido.

O enfrentamento do imperialismo, do grande capital e da direita; bem como o crescimento da esquerda socialista e a possibilidade de dividir a atual maioria do Partido dependem de uma ampliação significativa da mobilização político-social das classes trabalhadoras.

Estimular a luta reivindicatória, estimular as mais variadas demandas sociais, apoiar medidas de democracia direta (como a convocação, pelo governo ou pela esquerda político-social, de um plebiscito ou de um referendo sobre o acordo da Alca), constituem aspectos fundamentais de nossa política para o período, sendo prioritário organizar e mobilizar os setores estratégicos da classe trabalhadora, com destaque para o operariado industrial.

As eleições de 2004, neste contexto, constituem um momento importante para ampliar a força da esquerda brasileira, em particular da esquerda socialista. A esquerda socialista deve ser capaz de participar destas

eleições de forma nacional e organizada, sem espontaneísmo nem oportunismo eleitoral.

O próximo período, que se estende até a eleição direta das novas direções partidárias, será decisivo. A continuidade da atual política pode selar o destino do governo Lula. Por isso, cabe à militância da esquerda brasileira e do PT, em particular à militância da esquerda petista, intensificar sua ação no sentido de mudar a estratégia atualmente hegemônica em nosso partido e em nosso governo.

Esta mudança só virá se constituirmos uma nova maioria na classe trabalhadora brasileira, o que precisa ser feito em todos os terrenos: na luta interna do PT, na intelectualidade, na ação de governo, nos parlamentos e nos movimentos sociais.

Os próximos dezoito meses serão decisivos para definir as possibilidades reais de alterar os rumos do governo. Naturalmente, a própria luta de classes pode antecipar tais definições, através de fenômenos como uma crise geral em escala internacional ou nacional; uma radicalização na postura do grande capital; ou uma ampliação espontânea na luta de massas.

Um panorama da situação internacional

A segunda metade da década de 1990 e os anos iniciais deste século foram marcados pela efervescência das mobilizações contra o modelo neoliberal e pela escalada militarista do imperialismo.

Já em 1994, a insurgência zapatista quebrou a monotonia do “pensamento único”. Depois viriam a queda de Fujimori, no Peru; a vitória de Chavez, na Venezuela; o levante dos povos indígenas equatorianos, em articulação com setores das forças armadas; o levante dos Cocaleros em Cochabamba, na Bolívia, contra a privatização da água; o avanço eleitoral do PT e a posterior vitória de Lula, numa frente de centro-esquerda; a crise argentina e o impressionante levante popular que derrubou presidentes em série; a queda de Sanches de Lozada, na Bolívia.

Parte do mesmo processo, eclodiram consistentes manifestações internacionais no encalço das reuniões da OMC e do G8 e, na esteira deste movimento dito “antiglobalização”, surgiu o Fórum Social Mundial.

Apesar destes movimentos demonstrarem grande potência e radicalidade —principalmente em casos como Equador, Argentina e Bolívia, onde presidentes foram depostos; e no México e Colômbia, onde a luta é armada—, eles não foram acompanhados pela conquista do poder pelos trabajado-

res e nem mesmo pela constituição de programas ou referências de caráter socialista.

Ou seja, o desenlace das lutas, mesmo onde resultaram na constituição de novos governos, não gerou uma mudança estrutural nas políticas adotadas. O mesmo se passou onde ocorreram derrotas eleitorais das forças que implantaram o neoliberalismo.

Toledo no Peru, Gutierrez no Equador, Lula no Brasil, Kirchner na Argentina, têm em comum uma oposição de baixa intensidade ideológica e programática ao chamado modelo neoliberal. Contudo, é inegável que canalizaram um fortíssimo sentimento de mudança nos seus respectivos povos e despertaram profunda expectativa por avanços no terreno social.

As manifestações “contra a globalização” e o Fórum Social Mundial, nas suas três edições em Porto Alegre, reanimaram o internacionalismo e enfrentaram Davos, mas não produziram um programa mínimo que unificasse o discurso em torno do “outro mundo possível”.

Na verdade, o Fórum Social Mundial condensa várias das características negativas dos movimentos atuais contra o neoliberalismo: a aversão aos partidos políticos, a timidez no enfrentamento ao sistema capitalista e a incapacidade de produzir um conceito alternativo de desenvolvimento, ainda que não fosse socialista no seu sentido clássico, mas que servisse como referência para a luta contra-hegemônica.

Outro exemplo disto é o Exército Zapatista, que enfatiza desde 1994 que não se coloca como alternativa de poder para o povo mexicano. Denunciou as mazelas do imperialismo e do neoliberalismo, mas não defendeu uma saída socialista como possibilidade de libertação dos povos oprimidos.

Num outro plano, a guerra duríssima que as FARC travam pela libertação do povo colombiano, é estruturada em torno de um programa relativamente moderado.

A verdade é que, embora estejam em frangalhos os paradigmas ideológicos que deram sustentação à hegemonia neoliberal, todo o esforço despendido até agora não conseguiu mover uma palha, do ponto de vista estrutural, no arcabouço montado na implementação do modelo.

Mantém-se a dependência dos países pobres aos capitais especulativos, a tensão sobre os direitos trabalhistas, o desmonte dos estados nacionais, a pressão pelo pagamento das dívidas externas, as tentativas de anexação das nações pelo império, através dos acordos de “livre comércio” e da monopolização crescente da economia.

Os governos eleitos contra os patrocinadores das políticas neoliberais, seguem limitados à políticas de compensação social, ao mesmo tempo que administram a crise e a dependência ao capital financeiro, sem me-

xer profundamente nas estruturas herdadas dos governos anteriores.

Nesse contexto, a atitude do governo cubano segue sendo uma referência positiva para a esquerda internacional.

Outro elemento positivo é Chavez, na Venezuela, que continua seu duelo com o imperialismo e com as forças conservadoras. Neste duelo, Chavez tem como aliados os meios de comunicação comunitários, enquanto os grandes monopólios comerciais de comunicação apoiam a oposição de direita.

Na mesma linha, o levante popular na Bolívia, conduzido pela Central Operária Boliviana (COB), pelo MAS (Movimento ao Socialismo) e pelo MIP (Movimento Indígena Pachakuti), que derrubou o presidente Sanchez de Lozada, reacendeu as esperanças de um final diferente para as forças populares.

Embora a posse do vice Carlos Mesa sirva para uma re-articulação das forças conservadoras e para a reação do Império, é evidente que a Bolívia não será a mesma depois dos últimos acontecimentos. As forças populares podem, inclusive, constituir uma alternativa de poder mais consistente e madura, seja para construir um governo dos trabalhadores nas próximas eleições, seja para se impor através de um novo levante.

Noutro plano, o governo Kirchner constitui uma novidade interessante, com suas posições frente a dívida e o FMI, com seu enfrentamento ao poder judiciário e as forças armadas. Contudo, o atual governo argentino está longe de se tornar uma referência internacional de um novo modelo de desenvolvimento e inclusão social. Os piqueteiros e demais movimentos sociais mantêm-se na ativa e em permanente tensão sobre o Governo.

De toda forma, as posições anti-neoliberais —quer expressas através de lutas de massa, de alternativas institucionais ou de levantes revolucionários — ainda não mudaram a correlação de forças de forma suficiente para abrir um processo de ruptura com o “modelo neoliberal” e, muito menos, com o sistema capitalista.

Isso pode fazer com que a pressão popular se dirija contra os atuais protagonistas do movimento anti-neoliberal. Neste cenário, não desejável mas possível, o desacumulo e o retrocesso podem ser inevitáveis, com o retorno dos próceres do neoliberalismo ou com o vazio político sendo ocupado por forças de extrema-direita.

A escalada da oposição ao neoliberalismo vem acompanhada, com mais destaque desde o 11 de setembro, por uma escalada militarista do imperialismo, gerando um certo recuo das forças anti-imperialistas, que contaminou países e também parte dos movimentos sociais.

Os atentados serviram como “justifi-

cativa” para as invasões do Afeganistão e do Iraque, bem como para medidas anti-democráticas no interior dos próprios Estados Unidos e de outros países.

Por trás das invasões, estão os interesses imperialistas sobre duas regiões estratégicas: o Afeganistão, caminho de passagem dos gasodutos da Ásia Central para o extremo oriente; e o Iraque, pela sua localização estratégica, pelo petróleo e pelo fato deste país ser um dos maiores reservatórios de água doce do Oriente Médio.

Para atingir estes interesses, os EUA atacaram três ex-aliados, treinados e armados, no passado recente, pela CIA: os Talibãs, o regime de Saddam Hussein e a Al Qaeda de Osama Bin Laden.

Tirante o adesismo incontável de Blair —que, igual a sua antecessora conservadora, levou o Reino Unido a ser parceiro de primeira hora do imperialismo americano—, a ofensiva norte-americana recebeu apoios pálidos ou frontal discordância dos demais países.

O desfecho de ambas as guerras ampliou as discordâncias. As promessas de liberdade do “povo oprimido pela fúria Talibã” não se materializaram. As armas de destruição em massa, pretexto para a guerra contra o Iraque, nunca apareceram.

Os dois episódios revelaram, ainda, a profunda fragilidade da ONU, que no segundo episódio foi solenemente ignorada pela coalizão EUA/Reino Unido. Isto, somado a manipulação e a fraude para “criar” o pretexto para os ataques, aliados a violência da ofensiva imperialista, quebraram a “legitimidade” inicial obtida no 11 de setembro.

Hoje, a ocupação do Iraque custa muitas vidas, entre elas a de um soldado americano por dia. Além dos problemas militares, o custo do assalto está se tornando um estorvo gigantesco. A idéia original de custear as despesas de reconstrução do país e partilhar o lucro obtido entre os amigos, começa a cair por terra.

Um dos principais motivos é o fato que o longo bloqueio econômico imposto pela ONU, a pedido dos EUA, além das próprias bombas americanas e dos ataques da guerrilha contra os poços, sucatearam a estrutura de captação de petróleo iraquiano, dificultando o auto-financiamento da “reconstrução”. Isso explica a busca constante dos EUA por recursos para financiar a ocupação e de novos sócios para o botim.

As contradições, as mentiras, o insucesso em encontrar tanto Bin Laden quanto Saddam Hussein, o “fantasma onipresente” de um novo Vietnã, têm virado a opinião pública norte-americana e a tornando cada vez mais impaciente e contrária à permanência das tropas no território iraquiano.

Este quadro é agravado pela situação

econômica e transforma-se em crescente insatisfação com o governo Bush, que enfrentará eleições em novembro de 2004. Na Inglaterra, Blair também enfrenta dificuldades.

Frente a esta situação, os EUA operam uma re-aproximação com a ONU e com as grandes potências, em torno de como governar o Iraque ocupado. De toda forma, França, Alemanha e Rússia reiteraram que não pretendem envolver suas tropas naqueles países, nem tampouco comprometer recursos financeiros.

As experiências do Afeganistão e do Iraque mostraram que o unilateralismo é um perigo constante e iminente à estabilidade mundial e a soberania das nações. Outro exemplo disto é o apoio dado por Bush ao governo de Israel, que promove ataques ao território sírio e “assassinatos seletivos” na Cisjordânia e Faixa de Gaza, vitimando principalmente civis.

Israel está construindo um muro de “proteção” dentro do território palestino. O Muro foi pauta do Conselho de Segurança da ONU, através de resolução proposta pelo Grupo Árabe, resolução que recebeu maioria de votos, mas foi rejeitada por conta do veto dos EUA.

A permanência de tropas norte-americanas no Iraque e a permanente ameaça a outros Estados soberanos, em especial à Síria, trazem uma profunda insegurança e instabilidade na região.

Num mundo em crise e guerra permanentes, parece voltar à tona o espectro do rearmamento nuclear. Mas é preciso lembrar —muito além do noticiário que acusa a Coreia do Norte, Índia, Paquistão e Irã— que a principal ameaça vem dos Estados Unidos.

Frente a este quadro, vários países importantes, como França, Alemanha, Brasil, Índia, Rússia entre outros, têm defendido uma reforma na ONU, pretendendo que isto a transformaria num organismo mais equilibrado politicamente. Sem menosprezar a importância do pleito de países como o Brasil e da Índia, que pretendem um assento permanente no Conselho de Segurança da ONU, é evidente que a crise internacional não será solucionada desta forma.

No terreno comercial, trava-se uma disputa igualmente intensa. Primeiro, entre os Estados Unidos e os demais grandes países capitalistas; segundo, entre os “grandes” e os demais países.

O G-20 demonstrou em Cancun, na última reunião da OMC, uma potência significativa no jogo internacional, no que tange ao combate ao protecionismo norte-americano e europeu.

Dentro deste grupo, ganha destaque o movimento brasileiro e argentino, de fortalecimento do Mercosul; bem como o desenvolvimento de uma política externa ofensiva por parte do Brasil para o restante da

América Latina.

Mas a cena internacional segue dominada pelas iniciativas norte-americanas, entre as quais destaca-se a proposta da ALCA, posta em pauta por poderosa pressão dos EUA, envolvendo temas como compras governamentais, propriedade intelectual, serviços, biodiversidade e protecionismo agrícola.

O dilema posto para os EUA não é se determinado país adere a ALCA, mas em que condições. Explicitamente, em que condições favoráveis aos americanos, pois, sem a possibilidade de imprimir plenamente a sua estratégia de anexação dos mercados dos demais países, aumentando o espaço de acumulação de capital por parte das suas empresas, este esforço perderia sentido.

O cenário mais provável é que, apesar da resistência, a agenda da ALCA siga seu curso. A pressão interna, impulsionada pela mídia e pelos setores dependentes das relações comerciais com os EUA, tem sido determinante neste sentido.

No curto prazo, a simples defesa dos interesses dos produtores agrícolas brasileiros —setor atrasado do ponto de vista dos interesses democráticos e populares— pode criar dificuldades para o avanço da ALCA em 2004, uma vez que isto é um ponto crucial no jogo político interno nos EUA, dada a proximidade das eleições.

Entretanto, a oposição parcial de setores do empresariado e do governo brasileiro, embora possam adiar e introduzir modificações na versão da Alca inicialmente pelos governos Bush e FHC, acabarão resultando na participação do Brasil na Área de Livre Comércio das Américas.

Daí o papel central do movimento anti-ALCA, para emparelhar a correlação de forças, tensionando publicamente nosso governo no sentido da não-assinatura do acordo. E, sem o Brasil, não existirá ALCA. Neste sentido ganha importância o impulsionamento da campanha pelo plebiscito contra a ALCA, que deveremos combinar com nossa ação na campanha eleitoral de 2004.

Para além do Mercosul e da América Latina, a ofensiva comercial/política brasileira para outras áreas do mundo persegue uma estratégia de multipolaridade e aproximação com os demais países emergentes e não alinhados ao “Império”. Devemos estreitar relações com a Comunidade Européia, Rússia, China, Coreia e Índia, continente africano e Cuba.

Contudo, a contra-ofensiva norte-americana tem sido contundente. Frente ao ocorrido em Cancun, Bush tratou acordos bilaterais com o Peru, Equador, Chile, Uruguai, Colômbia. Nos casos do Peru e do Equador, Toledo e Gutierrez, lideranças que se elegeram em oposição ao neoliberalismo, capitularam as pressões imperialistas, abandonaram

o G-20 e tendem a uma postura submissa nas questões relativas a ALCA. No caso do Uruguai, os Estados Unidos impuseram uma cunha na constituição do Mercosul e prevenção política diante a ascensão eleitoral da Frente Ampla.

A investida imperialista na América Latina vai além. Os EUA e a Colômbia têm solicitado ao Equador que envie tropas à sua fronteira, com o objetivo de supostamente combater possíveis invasões ao território equatoriano de guerrilhas colombianas. É nítido o objetivo de empurrar os guerrilheiros para a fronteira, onde receberiam fogo pela retaguarda.

O Equador tem respondido que não possui condições financeiras para manter um contingente de soldados condizente com a tarefa naquela região. Mas os norte-americanos estão dispostos a financiar o “projeto”.

Em 22 de outubro deste ano, o Senado Chileno aprovou por maioria o Tratado de Livre Comércio EUA/Chile, confirmando a tendência do governo chileno —encabeçado pelo Partido Socialista— em fugir das articulações dentro da América Latina, preferindo as relações privilegiadas com os EUA.

Derrotar a Alca

A adequada compreensão da atual situação internacional passa por entender que vivemos um período de hegemonia capitalista, hegemonia cuja força é maior do que em qualquer outro momento da história.

Neste período histórico, dominado pelas contradições inter-capitalistas, a hegemonia capitalista se confunde —embora não se resuma— com um programa (o neoliberalismo), com uma nação (os Estados Unidos) e com uma crise estrutural (a crise iniciada nos anos 70, em cujos marcos estamos até hoje).

Dentro deste período histórico, vivemos uma etapa marcada pela crise da hegemonia neoliberal, pela crise da economia norte-americana, pela emergência de uma contestação aquela hegemonia (contestação que varia profundamente, tanto na forma quanto no conteúdo) e pela militarização da dominação norte-americana.

Atualmente, dois núcleos de poder disputam com os Estados Unidos: a Europa (especialmente o eixo França-Alemanha, tendo como contraponto a Inglaterra) e a Ásia (especialmente a China, tendo como contraponto o Japão).

A África e a América Latina não cumprem um papel protagonista no cenário internacional, mas esta última tem o potencial de desestabilizar a retaguarda norte-americana. É isto que dá especial importância geopolítica a países como México, Cuba, Venezuela, Colômbia, Equador, Bolívia, Argentina e Brasil.

Nesse período e nessa etapa histórica, nossa política deve ter dois objetivos: taticamente, impor uma derrota aos Estados Uni-

dos; estrategicamente, criar um novo pólo socialista em escala internacional.

Para executar esta política, devemos combinar as relações internacionais do Partido com a diplomacia internacional do governo federal.

Ao Partido cabe impulsionar um movimento anti-imperialista de massas, estabelecer relações com as mais variadas forças políticas —os partidos da Internacional Socialista, a rede de partidos comunistas, as organizações guerrilheiras, o movimento anti-globalização expresso no Fórum Social Mundial—, além de estimular relações horizontais entre movimentos sociais, prefeituras etc.

Ao governo federal, cabe desenvolver uma diplomacia intensa e diversificada, que dispute com os Estados Unidos, mantenha autonomia frente a Europa e constitua uma aliança “sul-sul” —especialmente com países como China, Rússia, Índia e África do Sul—, tendo como eixo central a unidade latino-americana.

O Acordo de Livre Comércio das Américas concentra todos os dilemas da política internacional da esquerda brasileira. A mera assinatura do Acordo já constituirá uma derrota, uma vez que através dela se reafirmará a hegemonia norte-americana, que queremos desconstituir.

Nesse sentido, para além dos expedientes táticos, reafirmamos que nossa posição deve ser contrária à assinatura do Acordo. Nesse terreno, como em outros, melhor uma briga boa do que um acordo ruim.

Nossa política nacional

Um ano de governo Lula não alterou a hegemonia do capital financeiro sobre a economia, a sociedade e a política brasileira. Nesse sentido, a principal tarefa da esquerda prossegue sendo derrotar o neoliberalismo.

Durante os anos 80, a esquerda pretendia chegar ao governo federal, para a partir daí realizar reformas estruturais, em direção ao socialismo.

Durante os 90, grande parte da esquerda limitou seus objetivos a: chegar ao governo federal, para a partir daí combater a hegemonia neoliberal e constituir um outro modelo de desenvolvimento, mesmo nos marcos do capitalismo.

Agora, vivemos o paradoxo de prosseguir a batalha contra o neoliberalismo, às vezes contra medidas adotadas pelo nosso próprio governo.

Isso nos remete para outra das principais tarefas da esquerda: combinar a luta contra o neoliberalismo, com a reconstrução de uma estratégia socialista para o Brasil.

Uma das razões pelas quais estamos sendo derrotados na batalha contra o neoliberalismo, hoje, dentro de nosso próprio governo, é porque prevaleceu no Partido, durante os anos 90, a idéia de que seria possível derrotar o neoliberalismo fora dos

marcos de uma estratégia socialista.

A experiência deste primeiro ano de governo Lula, bem como a experiência de tantos outros governos de centro-esquerda mundo afora, vem demonstrando como é difícil, fora dos marcos de uma estratégia socialista, derrotar o neoliberalismo.

Combater o neoliberalismo, reconstruir uma estratégia socialista, exige a adoção combinada de quatro grandes ações: ampliar as demandas sociais (sejam as vindas dos movimentos, sejam as oriundas dos governos populares); coesionar as forças democráticas e populares em torno de uma plataforma para o período; ampliar a luta político-ideológica, dentro e fora do PT; empurrar para a esquerda, em 2004, a correlação de forças.

O principal problema estratégico e tático a enfrentar, na execução destas ações, é nossa postura frente ao governo federal.

A derrota, a divisão ou a desmoralização do governo federal geraria um retrocesso generalizado na correlação de forças. Uma política de esquerda deve ter como objetivo a vitória, o avanço, o sucesso do governo Lula.

Por outro lado, a estratégia geral que orienta o governo Lula, particularmente sua política econômica, não conduzirá a esquerda brasileira a uma vitória.

Nesse sentido, uma política de esquerda, que tenha como objetivo o sucesso do governo, deve ter como centro alterar a política econômica e a estratégia que a orienta.

A continuidade da atual política econômica inviabiliza as políticas sociais, gera crise em nossa base social, desmoraliza e desagrega a esquerda política, além de não criar base alguma para transitar para outro modelo econômico, mesmo nos marcos do capitalismo.

Se a política econômica é o centro do problema, o acordo com o Fundo Monetário Internacional é sua síntese. O acordo não pode ser assinado e, se for assinado, deve ser derrotado na prática.

Dentro deste quadro, nossa política deve ter dois objetivos: mudar a política econômica e retomar a estratégia democrática, popular e socialista. Isso passa por impulsionar e ampliar a luta social, a pressão institucional, a luta ideológica e a luta interna.

Nesse contexto, devemos ter claro que é preciso participar amplamente do debate sobre as políticas setoriais desenvolvidas pelo nosso governo federal. Nesse debate, devemos construir alianças no sentido de ampliar os investimentos públicos e alterar a política econômica.

No caso específico das áreas do governo que têm a frente militantes do PT, particularmente da esquerda petista, devemos impulsionar um debate fraterno no sentido de explorar as possibilidades — mesmo nos

marcos de uma política econômica conservadora — de construir referências programáticas de outro tipo.

Com estes objetivos, a direção nacional eleita nesta conferência deverá impulsionar a discussão no interior da corrente e aprovar resoluções específicas sobre a política do governo na área de infra-estrutura, comunicação, políticas sociais, trabalho e previdência, meio-ambiente, reforma agrária, desenvolvimento econômico, comércio exterior e relações internacionais, justiça e segurança. Serão aprovadas, também, resoluções específicas sobre a relação governo-partido, sobre o Conselho de desenvolvimento econômico e social, Fome Zero, Mulheres e Aquicultura e Pesca.

Desde já, a AE orienta seus militantes, em especial aqueles que militam na área de energia, a atuarem em defesa da soberania energética do país e seus estados, o que se combina em grande medida com um projeto de integração energética da América do Sul. Isto pressupõem a busca de um equilíbrio na balança energética que aumente a confiabilidade técnica e operacional do sistema elétrico nacional, aproveitando todas as suas fontes alternativas com viabilidade técnica, econômica e ambiental.

Nosso governo deve preservar a autonomia energética presente e futura do país, gerando empregos, trabalho e renda; e possibilitando a desindexação dos custos das alternativas energéticas de uso nacional. Deve, também, apoiar iniciativas autogestionárias e a inserção ativa dos agentes e empresas do setor energético no esforço pelo desenvolvimento regional e nacional.

Para tanto é fundamental o fortalecimento das empresas estatais federais na área da energia, o que passa pela retirada definitiva do PND — Programa Nacional de Desestatização, pela retomada do planejamento estratégico de longo prazo coordenado pelo Ministério de Minas e Energia e pela garantia de financiamentos prioritários a novos projetos de expansão conduzidos pelo setor público. Devemos ainda atuar pela manutenção das empresas públicas verticalizadas, mantendo seus registros contábeis separados por unidades de negócios (geração, transmissão e distribuição), bem como para que as licenças de concessão das empresas estatais tenham no mínimo os mesmos períodos de concessão ora concedidos às empresas privadas atuantes no setor.

Uma outra questão chave na conjuntura é a reforma agrária. O governo Lula está diante de uma oportunidade histórica de utilizar a reforma agrária como um grande programa de geração de emprego e combate à pobreza no campo. Enquanto tendência, devemos desencadear as seguintes ações nes-

ta área: a) realizar uma conferência sobre a atualidade da questão agrária no Brasil, envolvendo nossos militantes, simpatizantes e colaboradores; b) ajudar na reorganização do setorial agrário do PT; c) ajudar na ampliação da mobilização nacional em torno da reforma agrária, disputando a agenda desta reforma na sociedade, nos espaços onde atuamos, sindicatos, universidades, fábricas e escolas, saindo da lógica simplesmente parlamentar que interessa à bancada ruralista; d) ajudar na construção da unidade de ação política do conjunto dos movimentos sociais que lutam pela reforma agrária (MST, CUT, CPT, MPA, CIMI etc); e) pautar e exigir do governo federal uma política clara de demarcação das terras indígenas; f) exigir uma ação clara, constante e determinada do governo federal contra a existência das milícias armadas e bandos paramilitares a serviço do latifúndio.

Nossa ação no parlamento

O Partido dos Trabalhadores sempre entendeu que sua ação política deveria combinar a luta institucional com as lutas sociais. Foi assim que, embora sempre participasse de eleições, o partido dizia que o processo eleitoral não era um fim em si, mas um meio para buscar as transformações sociais.

Uma vez conquistadas vagas nos parlamentos e executivos, a idéia do partido era contribuir com a luta geral dos trabalhadores. Nos executivos, com gestões marcadas pela inversão de prioridades, pela transparência e mobilização social. Nos legislativos, pela denúncia dos governos burgueses, pelo apoio aos movimentos sociais e pela oposição aos projetos contrários aos interesses da maioria da população.

Fazendo isso, o partido foi angariando credibilidade, militantes e votos. Não há, na história da esquerda brasileira, um outro caso de ascensão eleitoral tão consistente quanto a do PT. Para ficar num único exemplo, de 1982 a 2002 o Partido dos Trabalhadores mais que decuplicou sua bancada na Câmara dos Deputados, passando de 8 para 92 eleitos.

Era natural que, diante de um crescimento tão significativo nos campos social e institucional, o partido fosse se consolidando como alternativa de governo e de poder no país. De fato, em todas as eleições presidenciais que disputou (1989, 1994, 1998), a candidatura petista polarizou com o candidato preferido da burguesia, até vencer em 2002.

Todavia, o avanço eleitoral do PT não se fez acompanhar por um avanço, de igual monta, da mobilização social e da afirmação programática do socialismo.

Ao contrário, a década de 90 foi caracterizada pelo avanço do neoliberalismo e pelo recuo da luta direta da classe trabalhadora brasileira. Foi neste quadro de descenso das lutas sociais e de recuo ideológico, que Lula foi eleito presidente.

Quanto mais o PT ganhava espaço na institucionalidade, mais seu programa abandonava a perspectiva das grandes transformações econômicas e sociais.

A história está carregada de exemplos de partidos que viveram experiência semelhante: um início de grande combatividade, seguido pela cooptação à ordem capitalista.

Tal quadro já se percebia em diversas prefeituras e governos estaduais. Foi desenhado nitidamente nas campanhas presidenciais posteriores a 1989, agravado em 2002 com a *Carta aos Brasileiros* e confirmado pelos onze meses iniciais de gestão à frente do governo federal.

De fato, o governo Lula tem praticado, até agora, várias rupturas com a história do PT. Em parte por não ser, nas palavras da própria ala moderada, um governo petista ou de esquerda. Em parte devido a estratégia adotada pela ala moderada do PT. Mas pesa, também, a dificuldade que a ala moderada vem mostrando para distinguir o “PT-governo” do “PT-partido”.

O PT não vem se comportando, no geral, como um partido *no* governo. O PT vem se comportando, na maioria das vezes, como um partido *do* governo. Essa sutileza lingüística sintetiza os motivos pelos quais o PT não tem conseguido disputar, efetivamente, o governo; pelos quais, também, o setor moderado do PT aceitou, até agora pelo menos, a política de orientação neoliberal, encarnada na gestão de Antônio Palloci à frente do Ministério da Fazenda.

Esta orientação acarreta dificuldades gigantescas para os petistas, inclusive na Câmara Federal. Na atual legislatura, a bancada foi levada a votar no Refis II, na MP do sistema financeiro, na Reforma da Previdência, na nova Lei de Falências e na MP dos Transgênicos.

É grande a repercussão dos debates no parlamento brasileiro. Isso reflete o estágio da luta de classes no país. Se não vivemos um período de grandes mobilizações, é natural que as atenções se voltem para as instituições, notadamente para a Câmara dos Deputados.

Dos 513 deputados federais, cerca de 375 constituem a base de sustentação do governo, dos quais 135 são dos partidos de esquerda. A oposição (PFL, PSDB e PRONA) tem em torno de 125 votos.

No PT, se fizermos uma avaliação numérica considerando apenas as tendências nacionais ou regionais pelos quais os mandatos foram conquistados, podemos apontar uma proporção de 70 a 24 em favor do campo majoritário, aí incluindo o Movimento-PT. No entanto, no debate político concreto, haveria uma outra proporção: uma posição mais à esquerda pode chegar a 30 ou 35 votos, enquanto o núcleo duro do campo moderado ficaria com uns 35 ou 40 parlamen-

tares. Há, portanto, perto de um terço da bancada petista que em geral segue as orientações moderadas, mas não pode ser considerada como “alinhada” ou ativa na defesa das posições moderadas.

A esquerda petista tem uma presença importante na Câmara dos Deputados e no Senado. O debate sobre nossa atuação no Parlamento deve ocupar um lugar central em nossas discussões, por ser uma das principais faces públicas do debate sobre os rumos do governo. Neste sentido, a direção nacional da tendência deverá debater e aprovar um balanço da atuação da bancada petista, em particular da sua esquerda.

No caso dos deputados ligados a AE, sem prejuízo do caráter próprio de cada mandato, temos buscado debater os temas gerais da conjuntura política nacional e encaminhar posições comuns. Nosso esforço agora deve ser o de construir, para a bancada petista, uma agenda diferente da proposta pelo governo. Para tanto, é importante resgatar algumas das formulações históricas do PT. Além disso, é importante também combinar nossa atuação no parlamento, com a ação dos movimentos sociais, com o objetivo de construir uma alternativa política distinta da conduzida pelo campo moderado do PT.

Nesse sentido, recomendamos aos nossos parlamentares que confirmem atenção para a luta contra o capital financeiro, para a luta pela redução da jornada de trabalho e para a luta pelo emprego. Em nosso governo, o índice nacional de desemprego cresceu de 10% para 13% da população economicamente ativa. O aumento do desemprego é função da política econômica. Por isto mesmo, os debates sobre a macroeconomia tendem a ganhar força, até porque o governo articulou a renovação do acordo com o FMI, afirmando que pretendia conseguir alguma flexibilidade nas metas, especialmente no tocante às regras para definição do superávit primário, para assim criar as condições para retomada dos investimentos públicos, principalmente das estatais. Na prática, o acordo mantém os mesmos termos dos acordos anteriores, com agravantes.

As justificativas que vêm sendo dadas pelo governo para a assinatura do acordo escoram-se na idéia de que ele representa um reforço à “confiança dos mercados” na economia brasileira, além de uma espécie de “cheque especial”, com recursos a serem utilizados no caso da eclosão de uma crise internacional. Além disso - dizem os defensores do acordo - ele permitirá reescalonar as dívidas com o FMI, cujos vencimentos estavam previstos para 2005 e 2006.

À parte o fato de que a renegociação dos prazos de pagamento acima citados poderia ser feita independentemente da assinatura de um novo acordo, o que

essa argumentação não consegue explicar é como se pode aumentar a confiança dos mercados no país - objetivo perseguido avidamente pelos condutores da política econômica brasileira - quando se admite a necessidade de um “fundo de reserva” preventivo contra possíveis crises mundiais. Isso não seria denunciador, na verdade, do nosso elevado grau de vulnerabilidade externa?

Este parece ser o problema real a ser enfrentado: o modelo econômico continuista adotado pelo governo manteve a grande fragilidade das contas externas e a dependência de capitais voláteis, para os quais não se adotou nenhum mecanismo de controle ou regulação seletiva. Daí possivelmente o temor da equipe econômica, e sua insistência na assinatura do acordo “preventivo” com o Fundo, contrastando com as declarações otimistas sobre o crescimento da economia do país no próximo ano.

Os custos embutidos nessa assinatura, no entanto, não serão poucos: além da manutenção do famigerado superávit primário em torno de 4,25% do PIB (a pequena flexibilização no tocante aos investimentos na área de saneamento básico possui um impacto insignificante no quadro geral de aperto das contas públicas), outras medidas, como a autonomia do Banco Central, fazem parte do *menu* de intenções ofertadas pelo governo brasileiro ao FMI, constituindo-se em obstáculos sólidos à promoção do desenvolvimento, à distribuição de renda e à implementação de políticas sociais por parte do Estado.

Como afirmou em artigo recente o economista Paulo Nogueira Batista Jr., “a Fazenda e o Banco Central vêm defendendo um novo acordo (ou a prorrogação do atual) com base em três argumentos principais. Primeiro, porque representa um “endosso” adicional à política econômica, reforçando a confiança dos mercados. Segundo, porque traz aumento dos recursos para o país em 2004, constituindo uma proteção contra eventuais choques externos. Terceiro, porque permite reescalonar os vencimentos de dívidas com o Fundo em 2005 e 2006, evitando a concentração de pagamentos.”

”Esse é o quarto acordo negociado pelo Brasil com o FMI em apenas seis anos: o primeiro foi assinado em 1998; o segundo, em 2001; o terceiro, em 2002. Temos, portanto, um quadro bastante agudo (e meio vexaminoso) de “Fund-dependence”. Do ponto de vista da confiança, não teria sido melhor se o governo brasileiro demonstrasse, desde logo, vontade de caminhar com as próprias pernas?”

Outra importante mobilização colocada para esse período, é a discussão e aprovação da PEC 385 que trata da aposentadoria das donas-de-casa, apresentada pela com-

panheira Luci Choinack. Cerca de 4 milhões de mulheres, com mais de 60 anos, não possuem nenhuma proteção do Estado. Visto que trabalharam durante toda a vida e nunca contribuíram para a previdência, a proposta da PEC 385 visa o reconhecimento desse trabalho invisível, que muito contribuiu com a economia do País.

Reconhecer esse trabalho e amparar essas companheiras na velhice é uma dívida do país para com as donas-de-casa. Essa luta é um instrumento de conscientização para que as mulheres possam se organizar para acabar com outras discriminações e para conquistar outros direitos que lhes são negados. Devemos organizar comitês em todas as cidades para debater essa PEC e que no futuro esses comitês sejam centros de debates da situação da mulher trabalhadora, de organização e mobilização de suas lutas.

Nossa tática no Parlamento baseia-se em três pontos fundamentais: a construção de uma pauta própria para a bancada do Partido; a articulação de um campo dos parlamentares vinculados à esquerda petista; e a vinculação entre nossa ação parlamentar e a mobilização direta dos trabalhadores.

Devemos construir uma pauta própria, para nos orientar na disputa política do parlamento, do governo e do partido. Quando nossa posição for minoritária devemos, sempre que possível e necessário, afirmar publicamente nossas próprias posições, como fizemos no caso da votação da Lei de Falências.

Se, como dissemos antes, a definição dos rumos do PT depende cada vez mais da luta de classes, então nossa atuação não pode ser restrita a uma disputa interna. Podemos e devemos ajudar a construir uma alternativa de direção para a maioria da classe trabalhadora brasileira, e isso não é possível de ser feito limitando a exposição de nossas propostas às instâncias internas do PT.

Sendo assim, da mesma forma que lutaremos para ampliar nossa força no movimento sindical, no movimento estudantil, no movimento popular, fortalecendo nossa presença organizada no movimento camponês e na CUT, na UNE e UBES, na CMP e outros movimentos, devemos também construir um trabalho com igual perspectiva no campo institucional, em particular no Parlamento.

As diferentes condições nas quais atuamos – partido, parlamento, movimentos sociais, governos – não podem ser vistas como óbices para nossa ação. São complementares, para quem deseja construir um projeto alternativo, de esquerda e socialista.

Nossa tática para 2004

Pela primeira vez em sua história, o PT disputa uma eleição municipal ocupando ao mesmo tempo o governo federal. Nas experiências anteriores, o PT sempre procurou conferir às disputas municipais uma forte com-

ponente nacional. Agora, o PT deve ser alvo dessa mesma tática, por parte dos partidos oposicionistas - especialmente PSDB e PFL. Por isso, as condições do país, especialmente da economia; e a avaliação popular do desempenho do governo Lula, serão variáveis influentes na determinação dos resultados da disputa eleitoral de 2004. Se o desempenho e a avaliação do governo forem positivos, o PT capitalizará este fato. Se não forem positivos, arcará com um determinado ônus eleitoral.

A importância das variáveis nacionais, contudo, não anula o fato de que as eleições serão marcadas por condicionalidades locais e regionais. O PT deverá estabelecer um balanceamento tático das variáveis que estarão em jogo. As medidas adotadas pelo governo devem resultar, em 2004, em baixo crescimento econômico, elevado nível de desemprego e queda da renda do trabalhador. A manutenção de aspectos importantes da política econômica adotada pelo governo anterior, a obsessão em conquistar a “confiança dos mercados”, a adoção da “responsabilidade fiscal” como mantra do novo governo, a escassez de investimentos públicos, privados e estrangeiros, explicam em grande medida a situação econômica.

Um desenvolvimento com geração de emprego e renda, a partir do incremento dos investimentos produtivos, requer a mudança da política econômica. Destaca-se a necessidade de implementação das seguintes iniciativas: maior volume de investimento em infra-estrutura; maior oferta de crédito e diminuição dos spreads bancários; redução no serviço das dívidas externa e interna; a subordinação das “agências” ao governo federal; ênfase numa política industrial que privilegie a geração de empregos; uma política tributária que penalize fortemente as grandes rendas.

Naturalmente, a mudança da política econômica não gerará, no curto prazo, apenas efeitos positivos. É preciso ter consciência de que a remoção dos gargalos que bloqueiam os investimentos, a geração de empregos e a distribuição de renda não será uma tarefa de curto prazo, nem tampouco será implementada sem conflitos.

As variáveis nacionais do crescimento econômico, do nível de emprego e renda devem incidir fortemente nas eleições municipais de 2004, condicionando a avaliação do governo e do presidente Lula.

Por isso, um desempenho favorável do PT e da base aliada, nas eleições de 2004, estarão condicionadas a uma mudança na política econômica, ainda no início do ano. Esta mudança, mesmo que não gere efeitos práticos imediatos, criará um ambiente politicamente positivo, indispensável para que o PT lidere um bloco de forças partidárias ca-

paz de vencer as eleições municipais, ampliar a hegemonia do PT e dessas forças na sociedade e garantir maior sustentabilidade política e social ao governo Lula.

Pesquisas de opinião indicam que, neste momento, os problemas mais sensíveis para a população são o elevado nível de desemprego e as altas taxas de violência. Esses problemas se refletem principalmente nas grandes metrópoles e no seu entorno.

As pesquisas sinalizam ainda que nessas mesmas regiões o governo federal apresenta os índices de avaliação positiva mais baixos, confirmando que a continuidade da atual política econômica poderá comprometer o desempenho do PT nos grandes centros.

O quadro partidário

Nas eleições de 2000, o PSDB, com 16% dos votos, elegeu 17,8% dos prefeitos. O PMDB, com 15,7% dos votos elegeu 22,6% dos prefeitos; o PFL, com 15,4% dos votos elegeu 18,5% de prefeitos e o PT, com 14,1% dos votos, elegeu apenas 3,4% dos prefeitos.

Portanto, o PMDB é, ainda, o partido mais implantado nos pequenos e médios municípios. Já o PT é forte nos grandes centros urbanos. Baseado neste fato, o setor moderado do PT tem defendido a tese segundo a qual o PT deveria consolidar e ampliar uma aliança com o PMDB, tendo em vista construir uma aliança para enfrentar as eleições presidenciais de 2006.

Em 2000, o Partido dos Trabalhadores lançou 1.316 candidatos a prefeitos, abrangendo 23,7% do total de municípios brasileiros. Desse total, foram eleitos 187 prefeitos e 139 vice-prefeitos em coligações. Com 11.938.734 votos, representando 14,1% dos votos válidos e elegendo apenas 3,4% do número total de prefeitos, estes números confirmam que o PT concentra sua força nos grandes centros urbanos.

O PT deixou de lançar candidatos a prefeitos em 4.245 municípios, representando 76,4% do total. Em 408 municípios, 7,3% do total, onde lançou candidatos, obteve menos de 5% dos votos válidos. Somente em 692 municípios, 12,4% do total, obteve mais de 10% dos votos válidos. Ao chegar às eleições de 2000, o PT tinha 117 prefeitos e conseguiu reeleger 57% dos mesmos, abrangendo 49% do total. O Partido elegeu 130 novos prefeitos, totalizando 187 administrações municipais, números que sinalizam uma dificuldade do PT nas reeleições.

O PT lançou 25.308 candidatos a vereador, distribuídos em 3.411 municípios, abrangendo 26,7% do total. Com 8.115.569 votos (9,4% dos votos válidos nacionais), o PT elegeu 2.485 vereadores, representando 4,1% do total nacional. Esses vereadores estão distribuídos em 1.482 municípios, 26,7% do total. Mais uma vez, o PMDB é o partido que

apresenta maior capilaridade. Com 11.555.143 votos, 13,4% do total de válidos, elegeu 11.372 vereadores, representando 18,9% do total.

Em 2000, o PT participou de coligações para prefeito em 1.962 municípios e para vereador, em 1986 municípios. O PMDB foi o partido mais presente nas coligações com o PT: foram feitas alianças em 708 municípios nas candidaturas a prefeitos e em 503 municípios nas disputas para Câmaras de Vereadores. Essas alianças não foram, necessariamente exclusivas com o PMDB. Em várias delas, envolveram outros partidos.

Outro dado que é preciso levar em conta para a composição do cenário de 2004 diz respeito à votação de Lula nas eleições presidenciais de 2002 nas capitais e nas cidades governadas por petistas.

Das cinco capitais onde Lula obteve votação mais baixa, quatro são administradas pelo PT. Com um total de 61,27% dos votos nacionais válidos, Lula obteve 51,06% dos votos válidos em São Paulo, 56,16% em Campo Grande, 56,23% em Porto Alegre, 58,81% em Belém e 59,01% em Goiânia. Campo Grande é administrada pelo PMDB, mas o PT controla o governo de estado. Nas três capitais administradas pelo PT, Lula obteve votação acima da média: 63,47% dos votos válidos em Recife, 71,39% em Aracaju e 75,64% em Belo Horizonte. Lula recebeu ainda a votação abaixo de sua média nacional em 75% das cidades administradas pelo PT em todo o País. Os números das eleições de Lula nas capitais governadas pelo PT e os dados de pesquisas de opinião em relação à avaliação do governo Lula tendem a projetar um grau maior de dificuldades para um desempenho positivo do PT, nas eleições do próximo ano, nas grandes regiões metropolitanas. Deve-se levar em conta que é nessas regiões que o desemprego, a queda de renda e a violência se fazem sentir com mais intensidade.

Devido ao peso político das capitais e das grandes cidades, inclusive como anunciadoras de tendências de médio prazo, uma derrota do Partido nesses centros provocaria um maior desgaste para o governo, amplificaria a visibilidade e a vitória dos adversários do PT, projetando elementos estratégicos negativos para as eleições de 2006.

É preciso considerar, ainda, que vários dos partidos políticos que compõem a base de sustentação do governo Lula estão sob a influência, nos estados, de governadores opositoristas. Serve como ilustração o caso do PTB e do PPS que, no Estado de São Paulo, integram a base de apoio ao governo Alckmin. Situações semelhantes se repetem em outros Estados.

Deslocar a correlação de forças

Em 2004, nosso objetivo central deve ser deslocar a correlação de forças para a esquerda. O ideal é que isto ocorra numa

combinação de luta social e eleitoral. Mas, dada a conjuntura nacional e a história recente do país, o mais provável é que as eleições de 2004 se transformem no centro da disputa tática do período.

Deslocar a correlação de forças para a esquerda significa manter e aumentar as administrações democráticas e populares nas capitais e nos grandes centros urbanos e avançar nos médios e pequenos municípios. Vencer as eleições significa também aumentar extraordinariamente o número de vereadores eleitos pelo PT e pelos demais partidos de esquerda. Vencer as eleições significa espalhar a influência política e a presença institucional do PT, visando avançar no processo de construção da hegemonia do Partido para realizar as transformações sociais, econômicas, políticas e culturais que o Brasil precisa.

Naturalmente, isso só será possível de fazer caso a ação do governo retome a trilha histórica do Partido, no sentido de reformas estruturais que visem —pelo menos— o desenvolvimento econômico com distribuição de renda e geração de emprego, o aprofundamento da democracia e da justiça, a superação da pobreza e da exclusão social, a conquista do bem estar do povo brasileiro.

Nas eleições municipais, pretendemos obter vitórias do campo democrático e popular, do PT e da esquerda do PT.

As alianças do Partido devem estar subordinadas a este objetivo. Portanto, defendemos total prioridade para alianças no campo democrático e popular; a possibilidade de alianças, analisadas caso-a-caso, com partidos de centro; e a proibição de alianças com PSDB e PFL e partidos de direita.

A política nacional de alianças deve prevalecer sobre as supostas ou reais especificidades e diferenças locais e regionais. Deve, ainda, distinguir a política de alianças do PT, da política de alianças que constitui a base de apoio do governo Lula.

O PT deve priorizar a cabeça de chapas nos grandes centros urbanos. Mas deve saber fazer as concessões necessárias sempre que a correlação de força e a viabilidade eleitoral de candidatos do campo democrático e popular recomendarem.

Naturalmente, o PT deve buscar estabelecer compromissos de apoio mútuo para o segundo turno com os aliados do campo democrático e popular, ou mesmo com os partidos que integram a base de apoio do governo Lula, sempre que a disputa se configurar entre o PT ou partidos da base aliada contra partidos de oposição ao governo.

Nos municípios onde o PT governa, além da defesa do governo Lula, um dos aspectos mais importantes da tática consistirá na defesa das realizações da administração petista. No entanto, essa defesa deve vir acompanhada pela defesa da ampliação de

políticas públicas consistentes com a estratégia democrático-popular.

O esforço nacional do PT nas eleições do próximo ano deve priorizar os seguintes objetivos: a) manutenção e ampliação da presença do Partido nas prefeituras das capitais; b) ampliação da presença do PT nas grandes cidades do País, principalmente naquelas que compõem as regiões metropolitanas; c) manutenção ou reeleição das atuais prefeituras administradas por petistas; e, d) expansão do Partido nos pequenos e médios municípios. Quanto aos vereadores, o PT disputou as eleições de 2.000 com cerca de 25 mil candidatos. A meta para 2004 deve ser a de disputar as eleições com cerca de 50 mil candidatos, consolidando a presença do Partido em quase todos os municípios brasileiros. No âmbito da esquerda partidária, defendemos o lançamento de candidaturas majoritárias e proporcionais do campo de esquerda, com capacidade de disputa, na perspectiva de acumular forças para o PED 2005.

No caso específico da AE, para além das prioridades do Partido e da esquerda petista como um todo (como Belém e Porto Alegre), nossas prioridades são: os estados em que o PT é hegemonizado pela Articulação de Esquerda (Santa Catarina, Rio Grande do Sul e Espírito Santo); as cidades onde os prefeitos são militantes da AE; as cidades em que os candidatos a prefeito são militantes da AE; as cidades em que a direção municipal é hegemonizada pela AE.

Crescer na classe trabalhadora

Em combinação com a disputa eleitoral, devemos dar continuidade à nossa intervenção nos movimentos sociais. Nosso objetivo geral deve ser ampliar a influência socialista entre os trabalhadores e organizar setores cada vez mais amplos da classe, sindical e partidariamente.

A Articulação de Esquerda surgiu em 1993. Durante seus primeiros quatro anos, a tendência admitia a existência, em seu interior, de diferentes orientações sindicais. Somente em março de 1997, em nosso 6º seminário nacional, decidimos constituir uma atuação própria no movimento sindical, orientando nossos militantes a romper com a Articulação Sindical.

De 1997 até hoje, nossa atuação sindical pode ser analisada em cinco níveis: em escala nacional, em escala estadual, nas categorias, no PT e na formulação.

Nacionalmente, articulamos nossa participação em três congressos nacionais da CUT. No 6º Concut, tivemos um papel importante na articulação da chapa da esquerda cutista (PSTU e esquerda do PT), elegendo ademais um integrante para a executiva nacional da CUT. No 7º Concut, nossa bancada foi menor e conseguimos garantir um representante no Conselho Fiscal. Já no 8º Concut,

realizado em 2003, elegemos novamente um integrante da executiva nacional da CUT, retomando o patamar de 1997.

Nossa tendência não produziu um balanço consolidado de nossa atuação na direção nacional da Central, no período 1997-2003. Entretanto, está claro que nossa presença na direção da CUT, de 1997 a 2000, não evitou que a AE diminuísse sua representação no 6º Concut (2000). Por outro lado, mesmo fora da executiva e presentes apenas no Conselho Fiscal, conseguimos crescer entre o 6º e o 7º Concut.

Durante este mesmo período e até hoje, a atitude das direções estaduais da AE frente ao movimento sindical foi muito diferenciada. Em alguns estados, buscamos construir há bastante tempo um trabalho sindical. Noutros estados, esta preocupação não faz parte da pauta cotidiana da tendência. Isso faz com que nossa representação nos Congressos da CUT seja inferior a nossa influência real no movimento.

Estamos presentes em diversas categorias organizadas, por exemplo: bancários, professores, jornalistas, metalúrgicos, construção civil, servidores, rodoviários, urbanitários, gráficos, comerciários, trabalhadores rurais, previdenciários etc.

Nossa participação no setorial sindical do PT é praticamente nula. Se é verdade que as direções da tendência só agora começam a se preocupar com a necessidade de um trabalho sindical permanente, podemos dizer também que nossos dirigentes sindicais ainda não organizaram sua intervenção na disputa da linha sindical do PT.

Uma das decorrências deste estado de coisas é a fraqueza de nossa reflexão própria sobre as questões do movimento sindical.

Apesar disso, registramos no último período um crescimento expressivo de nossa atuação no movimento sindical, recuperando os patamares que atingimos em 1997. Este crescimento está relacionado a vários fatores: ao crescimento geral da própria tendência, ao crescimento específico do nosso trabalho sindical, as divisões existentes noutras tendências do movimento sindical.

Neste momento, nossos principais desafios organizativos são: a) ganhar o conjunto da tendência para o caráter central, estratégico, prioritário, de nosso crescimento junto à classe trabalhadora assalariada; b) ganhar o conjunto da tendência para a importância de nosso crescimento no movimento sindical, tendo em vista atingir o objetivo acima mencionado; c) organizar a atuação da AE no movimento sindical; d) o que passa por elaborar uma linha sindical própria, que materialize -para as condições do movimento sindical— a estratégia geral da tendência. O texto a seguir dá algumas indicações a respeito desta linha, tomando como referência as resoluções da Conferência Sindical Naci-

onal, realizada dias 22 e 23 de novembro de 2003.

Aspectos da linha sindical

A linha sindical deve apontar diretrizes para nossa atuação nos sindicatos e organizações por local de trabalho; diretrizes para atuação nas CUTs estaduais e nacional; diretrizes para nossa política frente as organizações sindicais de caráter nacional, cutistas ou não; diretrizes para nossa relação com as demais tendências sindicais, petistas ou não.

Nas questões gerais —estratégia e programa de luta pelo socialismo, tática geral, posição frente ao Partido dos Trabalhadores e ao governo Lula - nossa linha sindical reafirma as posições aprovadas nos fóruns gerais da tendência.

Da mesma forma como disputamos os rumos do PT e do governo Lula, nossa posição é de disputar os rumos da Central Única dos Trabalhadores, tendo como perspectiva conquistar uma hegemonia em seu interior para posições socialistas, uma CUT classista, democrática, de luta, de massas, pela base e engajada no processo de transformação da sociedade brasileira em direção ao socialismo.

Os objetivos da AE no movimento sindical não serão conquistados apenas por nós. Por isso, defendemos a unidade de ação da esquerda da CUT, unidade que deve ser construída e materializada em ações práticas, nas lutas, nas mobilizações e não apenas visando a luta interna na Central.

Desde 1997, a AE tem buscado participar de iniciativas que visavam unificar a esquerda cutista. A partir desse objetivo geral, adotamos diferentes políticas de aliança com os demais setores da esquerda da Central. No último período, participamos do agrupamento denominado Fortalecer a CUT (composto por nós, pela Alternativa Sindical Socialista, pelo Movimento de Esquerda Socialista e por O Trabalho).

Divergências políticas expressivas nos separaram dos demais setores da CUT. Embora com gradações importantes, a Articulação Sindical, a Corrente Sindical Classista e a CSD (DS sindical) adotam uma política conciliatória com a posição do governo federal. Já o Movimento dos Trabalhadores Socialistas (PSTU sindical) e outros setores da esquerda cutista adotam uma política “oposicionista”.

O Fortalecer a CUT reúne, de maneira geral, a esquerda petista e cutista que entende a necessidade de disputar os rumos do governo. Mas a situação das várias correntes que integram o Fortalecer a CUT é muito complexa. O MES passa por um processo de redefinições, em que uma ala majoritária está saindo do PT e outra está constituindo uma corrente (Movimento de Unidade Socialista) que inclui militantes não-petistas. O Traba-

lho possui uma política autocentrada. AASS vive uma enorme fragmentação interna.

Diante deste quadro, nossa política deve apostar em relações bilaterais, com prioridade para os setores hoje agrupados no Fortalecer a CUT; mas com ênfase, daqui até o próximo Concut, para um intenso trabalho de auto-organização da AE. Uma Articulação de Esquerda forte pode ajudar na organização da esquerda cutista, bem como na disputa de setores da base das correntes majoritárias, disputa que deve ampliar-se, devido aos rumos continuistas do governo federal.

Nossa inserção e nosso papel no movimento sindical serão tanto mais importantes, quanto mais pudermos fortalecer, no interior do movimento sindical, a Articulação de Esquerda. É fundamental, portanto, que construamos a corrente nas várias categorias em que atuamos. Assim, devemos participar e influenciar nos agrupamentos do movimento, dando norte político e influenciando para que nossa política seja implementada. Essa será uma das tarefas da nova Coordenação Sindical Nacional: discutir, com representantes das diversas entidades e setores, políticas para podermos crescer no movimento sindical.

Como militantes do PT, devemos construir uma clara diferenciação em relação a esquerda petista e ao MTS, sem incentivar qualquer sentimento de patriotismo de tendência ou uma visão sectária (tão equivocada quanto a esquerdista). No caso do MTS, tendência ligada a outro partido de esquerda (o PSTU), nossas relações devem ser táticas, diferente da aliança estratégica que buscamos implementar com o setor petista, principalmente com os que compuseram o campo Fortalecer a CUT, que deve ser encarada como estratégica.

Por esta razão, devemos avançar na construção da unidade e de pautas comuns de luta com as tendências que integram o Fortalecer a CUT. Devemos, também, buscar alianças em processos eleitorais das diferentes entidades sindicais. Não devemos nos esquecer, no entanto, de que nossa prioridade para o próximo período é o fortalecimento da AE e de suas propostas no movimento sindical, conforme assinalamos acima.

Papel do movimento sindical na atual conjuntura

Após os primeiros onze meses do governo Lula, está clara a necessidade de deslocarmos para a esquerda a correlação de forças na sociedade brasileira.

Para isso se faz necessário, entre outras ações, intensificar as lutas de massas, ampliar a politização e a organização por local de trabalho. Defender e conquistar direitos, ao mesmo tempo em que se eleva a organização da classe trabalhadora, é fundamental para que se construa, de fato, no Brasil, as condições para ferir de morte o

neoliberalismo e abrir um novo padrão de desenvolvimento econômico.

Cabe ao movimento sindical, como principal movimento de massas no Brasil, um papel fundamental esta alteração de rumos do país.

Para isso, precisaremos enfrentar e superar, ao mesmo tempo, três grandes dificuldades: aquelas de natureza objetiva, ligadas aos efeitos do neoliberalismo sobre a vida e a organização dos trabalhadores; aquelas de natureza subjetiva, ligadas ao processo de “burocratização” do movimento sindical; e as mais recentes, ligadas a relação entre a CUT e o governo Lula.

As dificuldades de natureza objetiva alimentam mas também são alimentadas pelas dificuldades de natureza subjetiva. Todo o movimento sindical enfrentou um duro golpe, com a ofensiva neoliberal e a crise do chamado “socialismo real”. Mas as dificuldades de natureza objetiva não justificam — embora ajudem a explicar — todas as mudanças efetuadas na política da maioria da CUT.

A ofensiva neoliberal se beneficiou, largamente, da alteração de projeto e da postura da maioria da CUT; do imobilismo, do adaptacionismo, da incapacidade de respostas, da burocratização e da despolitização.

Por outro lado, há os que, mergulhados no idealismo, creditam à prática da maioria da direção da CUT toda a responsabilidade pelos problemas que passamos no movimento. Isto não procede, embora seja importante lembrar que, com antecedência em relação ao setor moderado do PT, a maioria da direção da CUT adotou uma estratégia de colaboração de classe, como ficou simbolizado no ato de 1991, convocado por Vicentinho em São Bernardo do Campo.

Na vida real, a colaboração de classe leva a seguidas concessões a políticas de flexibilização, desregulamentação dos direitos trabalhistas e isenção fiscal. Um bom exemplo disso está nas Câmaras Setoriais das montadoras de automóveis. Ao mesmo tempo em que as empresas aumentaram em mais de 50% o seu faturamento, só entre 1992 e 1994, reduziram de 2% para 1,1% sua participação no IPI e demitiram inúmeros trabalhadores.

Entre 1989 e 1995, foram demitidos 13,19% dos trabalhadores das montadoras e 26,29% dos metalúrgicos do ABC. Uma redução enorme de postos de trabalho para um Brasil que amarga mais de 50 milhões abaixo da linha de pobreza. A lógica corporativa de funcionamento das câmaras leva os trabalhadores a propor saídas para o seu setor em particular que, geralmente, entram em choque com os interesses do conjunto da classe. Isso amplia o corporativismo, o individualismo, a fragmentação do movimento.

Na verdade, o tal sindicalismo “cidadão” ou “propositivo” conduziu a uma con-

dução com o neoliberalismo. Não é a toa que, durante o governo FHC, a CUT esteve presente na negociação da reforma da previdência, através da figura de Vicentinho.

Esta política não foi capaz de enfrentar a ofensiva que Collor desenvolveu contra os servidores, apresentados como “marajás”. Ofensiva essa que se prolongou com FHC, carimbando os mesmos como “preguiçosos”. Se já era difícil uma unidade entre trabalhadores da iniciativa privada e do setor público, a ação corporativa acabou elevando essa dificuldade ao máximo.

É verdade que os servidores ainda não romperam totalmente a ilusão predominante no setor que os diferencia da classe trabalhadora (embora muito se tenha avançado após a constituição de 1988). Mas, de outro lado, parte dos trabalhadores da iniciativa privada, influenciados pelo senso comum, pela mídia e pelo discurso do governo, não os consideram como iguais, mas sim como privilegiados.

De maneira geral, portanto, não podemos cair nas simplificações objetivistas e nem voluntaristas. Apenas dizer que as mudanças neoliberais impuserem contenções ao movimento é tão impotente quanto afirmar, panfletariamente, que devemos retomar as mesmas ações e o mesmo modelo da década de 80.

Hoje, cresceram as terceirizações em todas as esferas, inclusive na pública, que já alcança cerca de 40% dos trabalhadores nos órgãos; há uma diversidade de contratos, que envolvem contratos provisórios, ampliação dos cargos de confiança, das contratações temporárias no serviço público; houve um processo acelerado de privatizações que alterou a forma de propriedade, transformou os serviços em valores de troca e ampliou a entrada (e a participação) do capital estrangeiro no país; houve uma priorização crescente do pagamento da dívida no orçamento da União e dos entes federados — lógica que presidiu a aprovação da Lei de Responsabilidade Fiscal — engessando a possibilidade de investimentos em áreas sociais; houve um processo de desindustrialização, acompanhado pela desnacionalização, que golpeou o parque nacional e a capacidade de produção; foram ampliadas as bases do latifúndio e do capital financeiro; e, em função disto, ampliou-se a distância entre a democracia formal e a democracia real, motivo pelo qual a maioria da população brasileira revela cada vez mais decepção com os processos eleitorais.

Todas estas dificuldades de natureza objetiva só serão enfrentadas caso o governo federal altere sua política atual e adote medidas que reconstituam a economia nacional, gerando crescimento, emprego e ampliação das condições de vida da maioria dos trabalhadores.

Como já dissemos, isso dependerá em certa medida do próprio processo de mobilização social. Que, por sua vez, depende de enfrentarmos as dificuldades, já citadas, de natureza subjetiva e política.

Há semelhanças crescentes entre o sindicalismo cutista de hoje —especialmente aquele dirigido pela corrente majoritária na CUT— e o sindicalismo pelego contra o qual a CUT se bateu durante os anos 80. Essa semelhança inclui a forma como são tratadas as oposições; inclui a dependência em relação a recursos oficiais (o imposto sindical e demais arrecadações compulsórias de ontem; o dinheiro do FAT, de planos de saúde e cooperativas de hoje) inclui a prioridade dada às máquinas sindicais, em detrimento da organização pela base; inclui a prioridade para a estrutura sindical por categoria, em detrimento dos ramos produtivos.

Condenamos e não concordamos com o acordo firmado entre a CUT e os banqueiros para que os sindicatos se transformem em agenciadores para o financiamento do empréstimo bancário para os trabalhadores(as).

O acordo firmado transforma os sindicatos em meros agenciadores, garantindo aos banqueiros a continuidade do lucro fácil e a garantia do empréstimo, haja visto que o financiamento será descontado diretamente na folha salarial do trabalhador.

A crescente distância entre os objetivos do novo sindicalismo dos anos 70 e 80 e o sindicalismo cutista dos anos 90 em diante, ainda não se traduziu no abandono do discurso construído na época da fundação da CUT.

Mas as contradições aumentam a cada dia e, junto com elas, cresce o rosário de bandeiras abandonadas ou que servem apenas para enfeitar as enormes pautas de negociação ou os infundáveis planos de luta. A estratégia sindical, para a maioria da CUT, está limitada às negociações parciais, que envolvem, na maioria das vezes, troca de direitos sociais, por privilégios para uma espécie de “aristocracia sindical”.

Como dissemos antes, esta política alimentou, mas foi alimentada também, pelo refluxo das lutas sociais. No ano de 1987, em plena Nova República, houve 2.188 greves, número superior a quantidade de greves que tivemos entre os anos de 1995 e 2001. Ao mesmo tempo, as negociações ocorridas neste último período foram marcadas por concessões, como os planos de demissão negociada ou os bancos de hora.

Nesse contexto, o objetivo de um sindicato organizado por local de trabalho, sustentado única e exclusivamente pelas contribuições sindicais espontâneas, fortalecido pelo discurso classista, radical na defesa dos direitos, inequívoco na unidade de todos os setores da classe trabalhadora, foi sendo

substituído pelo convívio prazeroso com uma máquina burocratizada, marcada pela disputa de cargos, rebaixada na politização, concentrada como força auxiliar do Estado, sobrevivendo com dinheiro do FAT (ou de outros convênios adicionais), marcada por acordos espúrios e sustentada no corporativismo.

Tornou-se comum, na disputa das entidades sindicais, o uso de expedientes espúrios, que lembram muito aqueles utilizados pela burguesia para manter-se no poder. Dinheiro do FAT, arrecadações assistencialistas, fraudes, impedimento da diversidade e democracia em comissões eleitorais, negação de informações, “patrimonialismo sindical”, tudo isso passa a ser instrumento para ganhar as entidades em busca dos benefícios da burocracia e da estrutura da entidade.

A estrutura atual, vigente na maioria das entidades, é coerente com um modelo de movimento que se firma nas negociações pelo alto, no abandono total do local de trabalho, pela conciliação.

A organização dos trabalhadores

As organizações sindicais (sindicatos, associações de classe, confederações etc) devem ser instrumentos de luta pela melhoria das condições no trabalho. Portanto, não estão em contradição com a existência do trabalho assalariado e da exploração capitalista.

Apesar disso, as organizações sindicais são uma escola importante para a organização dos trabalhadores e um instrumento para o embate entre capital e trabalho, mesmo que este embate se dê nos marcos do capitalismo. Por isso mesmo, os petistas devem lutar para dirigir as entidades sindicais.

Ao dirigir entidades sindicais, os petistas devem ser capazes de organizar a luta de sua categoria específica, por melhores condições de vida e trabalho. Mas devem buscar ir além disso, colaborando para que os trabalhadores compreendam e participem ativamente da vida política e social de sua cidade, de seu estado, de seu país e do mundo.

Só a participação política é capaz de fazer a classe trabalhadora adquirir uma consciência socialista. Para isso, é preciso superar —continuamente— os limites da ação sindical, combatendo o sindicalismo tradicional, que tem como único horizonte os interesses de curto prazo da categoria; o sindicalismo “revolucionário”, que dá ao sindicato tarefas de partido político e pensa que o caminho para o socialismo está no conflito “direto” entre capital e trabalho (a luta por salários); e o sindicalismo social-democrata, que atribui aos sindicatos a exclusiva tarefa de lutar por salários e aos partidos a exclusividade das tarefas “políticas”.

Todas estas concepções sindicais —a

tradicional, a economicista, a social-democrata e a nossa— estão presentes na Central Única dos Trabalhadores. No dia-a-dia da prática sindical, estas concepções muitas vezes se misturam e se confundem. Mas é preciso estudar claramente as diferenças, pois elas conduzem a resultados muito distintos.

É preciso entender que tanto o sindicato, quanto o partido político, são formas distintas de organização de uma mesma classe social. O papel que estas formas assumem na luta de classes depende, portanto, da atitude da classe trabalhadora na própria luta de classes. Em épocas revolucionárias —em que a maioria da classe está mobilizada— os papéis muitas vezes se embaralham (citamos como exemplo o papel da COB no recente levante boliviano). Em épocas de forte refluxo —em que a maioria da classe está desmobilizada— os papéis também se embaralham (citamos como exemplo a necessidade do sindicalismo atuar de forma clandestina, durante algumas ditaduras, quase como atuavam os partidos de esquerda).

Já nos períodos “normais” da luta de classes, os papéis são mais nítidos, cabendo aos sindicatos organizar todos os trabalhadores, independente de credos, raça, opção sexual, determinação ideológica etc. Nesses períodos, os sindicatos não centram sua ação na luta pelo poder ou na defesa de programas gerais. Nos períodos “normais” da luta de classes, o centro da ação do sindicalismo é a luta por elevar as condições de vida, remuneração e trabalho.

Mas mesmo nesses períodos, os sindicatos possuem uma destacada importância política, expressa —por exemplo— na credibilidade que os sindicatos possuem junto a massa dos trabalhadores. Dependendo da direção sindical, esta credibilidade pode ser utilizada para elevar o nível de consciência da classe trabalhadora, para orientar politicamente os trabalhadores no sentido de seus interesses históricos; ou pode ser dirigida no sentido de manter os trabalhadores sob a hegemonia da classe dominante.

Nesse sentido, é preciso distinguir a *independência* de classe, frente aos partidos, aos governos e ao Estado burguês; da *autonomia* de classe, frente aos partidos e aos governos de esquerda.

Pelo mesmo motivo, é importante politizar a disputa das entidades sindicais. Ao mesmo tempo que recusamos a idéia de que os sindicatos devem ser “correia de transmissão” dos partidos políticos (ou dos governos), defendemos que os partidos políticos podem e devem disputar a orientação das entidades sindicais.

Politizar é diferente, entretanto, de partidizar. Os sindicalistas devem pertencer a partidos políticos, devem defender abertamente as posições de seus partidos. Mas

devem avaliar, a cada situação concreta, se cabe transformar uma posição estritamente partidária em posição sindical. Foi com base nesta avaliação que, em 1988, o Congresso da CUT rejeitou indicar o voto nas candidaturas do PT nas eleições daquele ano; foi também com base nesta avaliação que a CUT decidiu apoiar a candidatura do Lula, em 2002.

É com base nesta mesma avaliação que, geralmente, recusamos transferir, para o terreno sindical, algumas polêmicas programáticas que são necessárias dentro de um partido ou entre partidos, mas que são descabidas no movimento sindical. Ao mesmo tempo, não devemos esquecer de que nada do que é humano nos deve ser estranho; assim, polêmicas que hoje podem parecer descabidas num sindicato, amanhã são naturais —tendo sempre como critério o nível de consciência da massa trabalhadora.

Tendo em vista a pluralidade de correntes que atuam no movimento sindical, todas elas expressando diferentes segmentos e opiniões presentes na classe trabalhadora, defendemos a mais ampla democracia no movimento sindical, particularmente no interior da CUT e dos sindicatos filiados a CUT.

A grande maioria dos sindicalistas que abraçaram o movimento sindical combativo, classista e pela base, assim como todas as tendências socialistas que atuam na CUT, defendem a democracia. Essa defesa precisa se materializar na existência: de organizações por local de trabalho; de conselhos de representantes nos sindicatos; da democracia nos processos eleitorais; de convenções no campo da CUT.

Uma das formas que a democracia pode assumir é a existência de proporcionalidade na composição das direções sindicais. No caso dos sindicatos de base, a proporcionalidade pode jogar um papel positivo, a depender de cada situação.

É evidente que pode haver momentos conjunturais em que a proporcionalidade se torna inviável, por conta da correlação de forças. Um exemplo disso foi o período que se viveu imediatamente após a ditadura militar. Os sindicatos estavam tomados pelos interventores, os pelegos eram maioria e o movimento sindical combativo que nascia — no final dos 70 e início dos 80— era majoritariamente composto por oposições sindicais.

Naquele momento específico, a prioridade era disputar as direções sindicais, retirar os interventores do regime militar de dentro dos sindicatos; organizar os trabalhadores por meio de uma política classista; reativar o movimento de massas; alterar a correlação de forças nas entidades. Certamente que a proporcionalidade seria então um obstáculo, pois era necessário livrar de vez os sindicatos dos pelegos “biônicos” que estavam nas entidades. Não é esse o quadro do movimento sindical hoje.

Hoje, a CUT possui vinte anos. Os sindicatos não vivem mais a imposição dos interventores. Já há no interior da Central uma significativa diferenciação de projeto político e sindical. A Central Única dos Trabalhadores é a principal organização de trabalhadores do Brasil, da América Latina e disputa esse posto no planeta. As condições são, portanto, diversas. Por outro lado, as condições, dentro da própria CUT, são profundamente elevadas.

A adoção da proporcionalidade na direção dos sindicatos, na medida em que institucionaliza o compromisso de buscar resolver essas diferenças em marcos organizativos comuns, pode —ou não— contribuir para o tratamento adequado das contradições existentes dentro da classe trabalhadora.

Posição frente ao “pacto social” e ao CDES

A eleição de Lula, com o apoio explícito da CUT, criou uma nova situação para a esquerda política e social brasileira, inclusive para o movimento sindical. Frente a esta nova situação, é preciso avaliar politicamente como se posicionar frente a pautas antigas que agora são apresentadas por novos personagens.

Uma destas pautas antigas é o “pacto social”, expressão utilizada para denominar acordos de cúpula, em que os trabalhadores pagam a conta. Frente a esta pretensão, a política da esquerda deve ser clara: rejeitar o pacto social, por acreditarmos que a conciliação de classes, particularmente a sujeição dos trabalhadores à burguesia, não contribui para a construção de um Brasil democrático, popular, soberano e —muito menos— socialista.

Outra destas pautas antigas é a tentativa de cooptar a esquerda política e os movimentos sociais, através da participação em conselhos governamentais e/ou tripartites.

De maneira geral, o movimento sindical não pode, não deve e não tem motivos *de princípio* para recusar a sua participação em conselhos formados por iniciativas de governos democraticamente eleitos. Afinal, a natureza do movimento sindical envolve a negociação permanente com o patronato e com o governo. Evidentemente, o fato de não haver razões de princípio, não quer dizer que por princípio o movimento sindical deva participar de todo e qualquer conselho.

Na conjuntura aberta pela vitória de Lula, a situação torna-se ainda mais complexa. Afinal, temos não apenas um governo democraticamente eleito, mas também um governo cuja vitória foi desejada e apoiada pela CUT, bem como pela ampla maioria da esquerda política e social brasileira.

Nessas condições, a decisão de participar de conselhos governamentais e/ou tripartites ganha muita força e encerra peri-

gos ainda maiores. Até por isto, deve ser analisada como uma questão política geral, não apenas como uma questão de política sindical.

Este é o caso, destacadamente, do Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social (CDES), composto por onze representantes do governo federal e 82 representantes “da sociedade”, dos quais 41 são empresários (cinco da agropecuária; dois do comércio; sete do setor financeiro; 23 da indústria; quatro do setor de serviço), vários dos quais devem à previdência.

O movimento sindical possui treze representantes: um da CAT; um da CGT; um da CUT; um da CGTB; um da CNTI; um da CNTE; um da COBAP; um da CONTAG; um da FETRASI SUL; um da Força Sindical; um do Sindicato dos Metalúrgicos do ABC e um do Sindicato dos Bancários de São Paulo.

O restante do movimento social possui onze representantes, entre os quais um representante da UNE; um da SBPC; um do MST; um da Pastoral da Criança; um da Rede de Entidades de Mulheres Negras; um do Instituto Ethos; um da FNAS; um da CEB; uma da CIVES e um da Ayrton Senna. Ou seja, vários representantes de ONGs se tornaram, por convicção do governo, representantes de movimentos sociais. Além disso, há as chamadas personalidades, em número de dez; além de dois representantes da “cultura”: Lucélia Santos e Milu Vilella.

Os componentes do CDES estão assim divididos nas Unidades da Federação: treze do Sul (cinco do Paraná, sete do Rio Grande do Sul e um de Santa Catarina); 55 do Sudeste (três de Minas Gerais, sete do Rio de Janeiro e 45 de São Paulo); 10 do Centro-Oeste (sete do Distrito Federal, um de Goiás e um do Mato Grosso do Sul); três do Nordeste (um de Alagoas, um do Ceará e um de Pernambuco). Não há nenhum membro do Norte do país.

A primeira “Carta de Concertação” do CDES diz que “o grande desafio do nosso país, hoje, para todos os que amam a democracia e querem aperfeiçoá-la, é promover uma renovação política e social nos marcos da Constituição para bloquear o caminho que pode nos levar a uma ruptura da sociedade formal com a sociedade informal, dos excluídos com os incluídos, que poderá levar a um confronto de ricos e pobres, sem perspectivas de solução pela política nos marcos da democracia”. A carta afirma que, para isso, os membros do CDES e “parceiros sociais” —representados no Conselho— precisam “tomar consciência plena de algumas limitações que sempre acompanham pactos e acordos com possibilidades a serem construídas”: “a agenda da concertação não vai satisfazer todos os interesses específicos de classe, grupos ou setores da sociedade; é necessário regular abertamente os conflitos; manter

a estabilidade e regular as contas públicas para democratizar o Estado”.

Fica claro, portanto, que o Conselho assume abertamente que busca fazer o que nenhum governo burguês conseguiu até agora: constituir e promover um profundo pacto social no Brasil. Neste sentido, o Conselho é mais uma materialização da estratégia geral adotada pelo campo moderado do Partido.

Nossa política frente ao Conselho não pode se limitar a “denúncia” e a “recusa de participar”. Em primeiro lugar, porque isso não resolveria o problema de fundo: a iniciativa e a composição do Conselho partiram do nosso governo e tem o apoio de nosso partido. Em segundo lugar, porque a simples “marcação de posição” não teria efeitos práticos sobre a atitude de outros movimentos sociais.

Por outro lado, é óbvio que não concordamos que nosso governo dê vida a um Conselho com os propósitos descritos na Carta de Concertação; nem aceitamos submeter os interesses da classe trabalhadora a este tipo de “fórum”.

Por conta disto, nossa posição frente ao CDES envolverá três ações combinadas: por um lado, questionar teoricamente seus propósitos, sua composição e seu pífio desempenho; por outro lado, questionar o conjunto dos movimentos sociais ligados ao campo democrático e popular, sobre a validade de permanecer no CDES; em terceiro lugar, propor, no âmbito do PT e demais partidos de esquerda que apóiam o governo, a dissolução do Conselho.

A possibilidade de uma saída unilateral do Conselho, por parte de uma ou mais entidades por nós influenciadas, fica condicionada a evolução dessas ações e da conjuntura geral do país.

Fórum Nacional do Trabalho

Criado no mesmo espírito do CDES, o Fórum Nacional do Trabalho (FNT), conforme consta no decreto 4.796/2003, é uma instância cuja função é “coordenar a negociação entre os representantes dos trabalhadores, empregadores e governo federal sobre a reforma sindical e trabalhista no Brasil”. Segundo o mesmo decreto, uma das finalidades do Fórum é “promover o entendimento” entre as três partes, visando “construir consensos sobre temas relativos ao sistema brasileiro de relações de trabalho, em especial sobre a legislação sindical e trabalhista”.

A idéia de que esses consensos podem ser obtidos a partir de um espaço de diálogo nos moldes do FNT obedece à mesma lógica presente na constituição do CDES: a de que é possível a afirmação de um pacto social entre as classes, em nome de um “interesse geral” da sociedade brasileira, que deve ser colocado acima dos interesses específicos.

O problema desse tipo de formulação é a crença em uma possível conciliação entre as classes sociais, que desconsidera o fato de que os interesses de classe não são só diferentes: são antagônicos. Isso significa que é impossível atender aos anseios de uns sem ferir os interesses dos outros.

Levando em conta a atual correlação de forças na sociedade brasileira, é evidente que este tipo de “negociação” tende a favorecer o lado mais forte – os “empregadores”, na definição do Fórum.

O que poderia existir de novo na conformação do FNT seria justamente o fato de ter sido proposto por um governo dirigido pelo PT, que poderia, em tal estrutura, assumir a defesa clara dos interesses da classe trabalhadora, deslocando a correlação de forças a seu favor.

A postura do governo até agora, no entanto, tem sido a de assumir um papel de “árbitro” nessas negociações, reafirmando sua “neutralidade” e “imparcialidade” no processo – o que, nas condições já citadas, significa apenas corroborar para que os interesses da burguesia se sobreponham aos interesses dos trabalhadores.

Assim sendo, o risco inerente à participação nesse fórum é o de que, sendo um espaço de “conciliação” de classes, transforme-se em um instrumento para a cooptação dos representantes da classe trabalhadora, na medida em que os torne fiadores de acordos que resultem em perdas ainda maiores para os empregados.

É claro que, ao dizermos isso, não estamos negando a negociação como um momento legítimo da luta sindical. Negociação não é sinônimo de pacto. A classe trabalhadora, atuando nos marcos da organização estatal capitalista, com suas leis e com a democracia dita representativa, não pode se negar a negociar. Isso seria um equívoco profundo, pois facilitaria o domínio da burguesia.

Mas a negociação será sempre mais ou menos proveitosa para os trabalhadores, dependendo do grau de organização e da capacidade de luta que tenha a classe. Portanto, negociar e lutar não devem nunca ser excludentes, sob pena de transformarem-se em instrumentos que se anulam mutuamente.

Por tudo isso, entendemos que a nossa política frente ao FNT não pode se limitar a “denúncia” e a “recusa de participar”. Em primeiro lugar, porque isso não resolveria o problema de fundo: a iniciativa e a composição do FNT partiram do nosso governo e tem o apoio de nosso partido. Em segundo lugar, porque a simples “marcação de posição” não teria efeitos práticos sobre a atitude do conjunto do movimento sindical.

Por outro lado, é óbvio que não concordamos que nosso governo dê vida e par-

ticipar do FNT, adotando uma postura “neutra”, quando deveria ter uma postura de ativa defesa dos interesses dos trabalhadores; nem aceitamos submeter os interesses da classe trabalhadora a este tipo de “fórum”.

Por conta disto, nossa posição frente ao FNT envolverá quatro ações combinadas: por um lado, participar ativamente do debate sobre a reforma sindical e trabalhista, defendendo neste debate as posições históricas da CUT; em segundo lugar, questionar teoricamente os propósitos, a composição e o desempenho do FNT; em terceiro lugar, caso o governo federal não rompa com sua atual “neutralidade” e a depender dos rumos da reforma sindical e trabalhista, questionar o movimento sindical ligado ao campo democrático e popular, sobre a validade de participar no FNT; em quarto lugar, propor, no âmbito do PT e demais partidos de esquerda que apóiam o governo, a mudança da postura do governo no FNT ou, caso isto não ocorra, a mudança de posição do próprio Partido frente ao FNT.

A possibilidade de um “rompimento” unilateral com o FNT fica condicionada a evolução dessas ações e da conjuntura geral do país.

Os fundos de pensão

O governo federal, ou pelo menos seu núcleo hegemônico como expressão que é dos setores moderados do PT e da CUT, há tempos flerta com o capital financeiro como interlocutor “legítimo”. A aposta nos fundos de pensão não deixa de ser um derivativo dessa aliança, podendo ser explicada tanto pelo poderio econômico gerado por esses fundos e vantagens correlatas (tais como cargos, altos salários e influência) como por uma posição, dita estratégica, que os concebe como uma alavanca do desenvolvimento econômico. Lula declarou que é seu objetivo incentivar o crescimento do setor de fundos de pensão no Brasil, e até compareceu a um seminário internacional do setor realizado no Rio de Janeiro, pedindo-lhes que na hora de investir “lembrem-se do social”, como se a lógica determinante desses fundos não fosse exclusivamente o lucro. Por intermédio da reforma da Previdência do setor público e também do estímulo aos chamados “fundos instituídos” (criados por sindicatos ou associações das mais diversas naturezas), o governo visa usar o setor como fonte de investimentos para o crescimento da economia.

O uso de fundos de pensão para aumento do nível de poupança interna e do crescimento é chamado por alguns analistas de “capitalismo dos fundos de pensão”. Os grandes investidores no mercado de ações seriam fundos de pensão formados por milhares de trabalhadores. Assim, ao mesmo tempo seriam “pulverizados” os investidores através dos fundos e os proprietários através do fracionamento das ações. Ele teria o

potencial, assim, de transformar os trabalhadores em “proprietários” ou controladores de uma ou mais empresas, por meio do controle acionário.

Pergunta-se: se é tão bom, como pode agradar tanto a esquerda quanto a direita? Instituições como o Banco Mundial e a Fundação Heritage, ligada ao Partido Republicano (EUA); e, no Brasil, a revista VEJA (que dispensa apresentações) e intelectuais conservadores como Paulo Rabello de Castro, da FGV, autor do artigo intitulado “Operários ou acionistas?”, são grandes defensores dos fundos, sem falar no PFL.

Do outro lado, partidos e sindicatos de centro-esquerda, e intelectuais de prestígio, como Robin Blackburn, que em artigo de 1999 na *New Left* chamou o modelo de possível “novo coletivismo”, que teria o potencial de fazer valer, através dos fundos, os interesses dos trabalhadores nas direções das empresas. No Brasil, ao que parece, a defesa ideológica dos fundos “pela esquerda” não conquistou intelectuais e vem sendo feita quase exclusivamente por sindicalistas que detêm postos na gestão dos grandes fundos de pensão das estatais, ligados à Articulação Sindical. Uma quantidade imensa de empregos e influência gira em torno destes investimentos. Além dos cargos na gerência, os fundos têm influência nas empresas em que detêm investimentos. A Previ, por exemplo, controla 343 cargos com alta remuneração em conselhos fiscais e de administração das empresas onde possui ações. São companhias dos mais diversos setores, inclusive bancos. Como o mercado financeiro brasileiro é relativamente pequeno, o poder dos fundos de pensão dentro deles é enorme. A Previ tem aproximadamente R\$ 15 bilhões na Bolsa de Valores. No caso das estatais, quem controla realmente os fundos acaba sendo o próprio governo, que muitas vezes usa estes recursos para financiar suas políticas de desenvolvimento. O governo atual vem discutindo a atuação conjunta dos investimentos dos fundos de estatais com as novas diretrizes de política de investimento do BNDES. Durante o governo de Fernando Henrique Cardoso o foco dos fundos foram as privatizações, nas quais eles foram essenciais para viabilizar compradores para muitas estatais. O governo também usou os fundos na “escolha” dos consórcios empresariais que viriam a adquirir determinada empresa. A Previ comprou 15% da Usiminas e da Acesita; e 9,8% da Embraer, mesmo percentual adquirido pelo Sistel (ligada às empresas do antigo sistema de telefonia Telebrás). Foi também a Previ que viabilizou com seus recursos a compra da Vale do Rio Doce pelo consórcio liderado pelo empresário Benjamin Steinbruch, operação que levou o país a perder uma de suas mais importantes empresas, possuidora das mais importantes reservas

estratégicas de minerais em todo o mundo. O caso mais célebre do período ocorreu em 1998, no leilão das empresas de telecomunicações (sistema Telebrás). A Previ aliou-se ao consórcio Telemar, do empresário Carlos Jereissati, na disputa da área do leilão conhecida como Tele-Norte, que abrange a telefonia fixa de 16 estados, inclusive Minas Gerais e Rio de Janeiro. Graças ao dinheiro da Previ a Telemar adquiriu a concessão com apenas 1% de ágio. Revelada a transação, o escândalo derrubou Luis Carlos Mendonça de Barros do Ministério das Comunicações e implicou o próprio FHC.

Por outro lado, os fundos de pensão abertos, pertencentes a instituições financeiras, tendem sempre a uma crescente concentração. É o caso do Chile e da Argentina, onde esse setor é controlado por conglomerados estrangeiros e nacionais e vem passando por fusões e aquisições. No Chile, os 21 fundos existentes em meados da década de 1990 reduziram-se a apenas sete em 2003. Na Argentina, o sistema privado de pensões está profundamente implicado na avassaladora crise vivida pelo país em 2001-2002. Na visão do economista italiano Ricardo Bellofiore, o reformismo dos fundos de pensão é uma idéia socialmente destrutiva, pois a pressão dos agentes financeiros para que os investimentos rendam cada vez mais recairá justamente sobre os trabalhadores, aumentando a precariedade do trabalho e reduzindo salários.

Benefícios para deficientes

A lei é clara quanto a questão das doenças ocupacionais. A norma regulamentadora 17 estabelece limites para as atividades que envolvem esforços repetitivos.

O que queremos? Queremos maior aplicação da lei, para que haja mais respeito por parte das empresas e maior rigor na aplicabilidade da lei e exigência na observância das normas que regulam as atividades profissionais, entre elas a NR17.

O setor de telemarketing, por exemplo, é uma fábrica de produção de trabalhador acometido de ler/dort. Este setor mutila o trabalhador e em seguida descarta-o. A maioria das empresas utilizam-se do exame periódico para demitir trabalhadores/as portador de ler/dort.

Pede-se: a)garantir a preservação dos direitos do trabalhador com doença ocupacional, previsto em lei. Não pode ser demitido; b)exigir que as empresas abram comunicação de acidentes de trabalho – CAT; c)não permitir que exames periódicos sirvam para demitir trabalhador doente; d)punição às empresas que mascaram o encaminhamento do portador de “doença ocupacional” com “código” de “doença comum”; e)garantir na lei que o dirigente sindical possa acompanhar as fiscalizações das DRTs (Delegacias Regionais do Trabalho);

f)garantir intervalos de 10 minutos a cada hora trabalhada para atividades com esforços repetitivos e o máximo de 06 (seis) horas dia; g)garantir a implantação de CEST (Centro Especializado em Saúde do Trabalhador) ligado às secretarias municipais, com poder de intervenção, fiscalização e proteção do trabalhador portador de doença ocupacional; h)acabar com os convênios prisma entre empresa e INSS, porque só servem para a empresa, estes convênios são questionáveis.

A constituinte garantiu o pagamento de um benefício (01 salário mínimo) a título de aposentadoria para pessoas deficientes incapacitados/as para o trabalho.

A regulamentação define uma renda per-capita de R\$ 49,00 (quarenta e nove reais) por pessoa da família, e apenas uma aposentadoria por família mesmo que esta família tenha mais de um deficiente.

O convívio com esta situação vem mostrando que este benefício é insuficiente para a sobrevivência destes indivíduos, uma vez que a grande maioria são usuários de medicação cara e não disponível na rede pública de saúde além da necessidade dos deslocamentos constantes em busca de tratamento e terapias. Dessa forma, avaliamos a necessidade da lei e sua conseqüente alteração quanto ao valor e forma de relação para a aquisição da mesma.

Balço da campanha salarial e da greve dos bancários

Nos últimos anos —2001, 2002 e 2003— a categoria bancária realizou campanhas salariais rebaixadas, tanto nos bancos privados como nos estatais. Nos bancos privados os índices da inflação dos respectivos períodos não foram repostos:

Em 2001 o INPC foi de 7,31% e de reajuste de 5,50%. Em 2002 o INPC foi de 9,16% enquanto o reajuste foi de 7%, já em 2003 para o INPC de 17,52% recebemos 12,6% de reposição, tendo que amargar uma redução salarial de 4,92%, resultando no pior acordo da categoria bancária dos últimos anos.

Se ousamos construir uma campanha salarial com uma pauta única e mesa única, as especificidade e particularidades da categoria não foram respeitadas. A estratégia de não unificar a categoria com mobilizações e ações em conjunto foi um verdadeiro retrocesso. Pela primeira vez nesses últimos anos a categoria deu demonstração de participação e engajamento nas atividades e paralisações que foram chamadas pelos sindicatos, mas a executiva nacional e a direção dos grandes sindicatos de bancários conduziram uma campanha salarial sem uma perspectiva de acúmulo de força na categoria, onde se fazia as atividades nos bancos e até nas regiões, mas não se discutia com todos os bancários a possibilidade de fazer um enfrentamento maior da categoria, que poderia inclusive culminar numa greve nacional dos bancários

os, já que o arrocho é muito grande na categoria.

A categoria não sendo chamada a se organizar nacionalmente para discutir uma alternativa ao arrocho salarial imposto a princípio pela Fenaban, ficou no aguardo de melhores propostas feitas pelos banqueiros, evidentemente uma campanha que se iniciou oficialmente no dia 13 de junho com conferência nacional, passou três meses fazendo pequenas atividades, sem chamar assembléias de conjunta de todos os bancários, sem construir grandes mobilizações unitárias, sem discutir de uma maneira fraterna, firme com todos a necessidade real de fazer uma greve de toda categoria bancária, caso a proposta dos banqueiros não repusessem as perdas salariais.

Sem discutir uma alternativa da categoria, o prolongamento da campanha começa a deixar a categoria aflita, após as negociações de 18 de setembro, começa se discutir de uma maneira informal a famigerada proposta dos abonos salariais. Em São Paulo, tivemos o cancelamento das atividades sindicais por quinze dias (paralisações das terças e quintas e plenárias que estavam sendo feitas nas regionais); o quadro de mobilização que vinha crescendo foi interrompido justamente quando os banqueiros mais desrespeitaram a categoria, desmarcando negociações e mantendo a proposta rebaixada de 10%.

O saldo que fica dessa campanha é que a categoria como um todo queria um acordo melhor do que o assinado com a Fenaban; diferentemente dos anos anteriores, os bancários deram demonstração de força e participação.

No Banco do Brasil e na Caixa Econômica Federal, a base derrotou em assembléias a direção da maioria dos sindicatos e a executiva nacional, que orientaram a defesa de uma proposta rebaixada oferecida pelo governo, pior que a proposta da Fenaban.

Os trabalhadores do Banco do Brasil e Caixa mostraram que, com luta e unidade nos locais de trabalho, é possível derrotar o pessimismo e a política do possível. Durante a greve, despontaram vários delegados sindicais de base, que foram preponderantes na luta e na organização da greve dos trabalhadores.

Os servidores públicos

A greve do funcionalismo público federal, realizada no primeiro semestre de 2002, contra a “reforma” da previdência, demonstrou claramente os limites da política defendida pelo setor moderado da direção da CUT.

Deflagrada a greve, a CUT vacilou em dar apoio ao movimento, o que permitiu o avanço de setores da direita e historicamente pelegos no movimento dos servidores, inclusive com a criação da CSP (Central dos Servidores Públicos).

Plataforma de atuação

A atuação dos militantes sindicais da Articulação de Esquerda, além de defender a política geral da tendência, bem como buscar dar conta das discussões e reivindicações específicas de suas categorias, deve articular-se nacionalmente em torno de alguns eixos centrais de ação sindical, conforme apontamos a seguir:

▮ A luta contra o desemprego, pela reposição das perdas salariais e pela elevação da renda dos trabalhadores;

▮ A luta pela reforma agrária;

▮ A luta por outra política econômica;

▮ O combate à flexibilização da CLT bem como a qualquer iniciativa que resulte em perda de direitos para os trabalhadores;

▮ Uma participação ofensiva no debate sobre as reformas sindical e trabalhista, em defesa das posições que a CUT construiu nos últimos 20 anos, ampliando direitos de toda a classe trabalhadora;

▮ A luta contra todas as formas de precarização das relações de trabalho (terceirização, subemprego, contratos temporários, trabalho informal etc);

▮ A luta pela redução da jornada de trabalho sem redução dos salários e pelo cumprimento da legislação que prevê jornada de 6 horas em várias categorias profissionais;

▮ A busca pela implantação efetiva de formas de organização por local de trabalho;

▮ A luta pela garantia do mais amplo e irrestrito direito de greve;

▮ A defesa da livre organização sindical nos locais de trabalho e da manutenção da estabilidade provisória para os dirigentes sindicais

Nossa política no movimento popular

A VI Conferência constituirá uma comissão para, no prazo de 60 dias, elaborar um projeto de resolução a respeito de nossa posição frente as questões de gênero, frente a questão racial, frente a questão dos portadores de deficiência.

A VI Conferência constituirá uma comissão para, no prazo de 60 dias, elaborar um projeto de resolução a respeito de nossa posição nos movimentos populares, para debate e aprovação pela direção nacional da AE. Tal resolução deve levar em consideração que a política de diminuição do papel do Estado, consolidada na década de 1990, com o fortalecimento do projeto neoliberal, fragmentou a luta por políticas sociais, havendo um retrocesso do envolvimento desses movimentos com a luta geral.

Houve neste período alguns esforços no sentido de formar agrupamentos que debatessem a luta mais geral, como foi o caso do Fórum Nacional de Lutas, que teve início

em 1997 e que funcionou até 2001. Mas este espaço deixou de ser, nos seus últimos dois anos, um espaço de debates da agenda de lutas dos movimentos sociais e passou a ser um espaço de debates do calendário eleitoral.

Por outro lado, diminuiu neste período o grau de organização dos movimentos populares, que passou a ter um número menor de movimentos de caráter nacional e um número maior de movimentos de caráter municipal, sem que estes de caráter municipal conseguissem combinar a sua luta específica com a luta mais geral.

Este cenário de pulverização em âmbito municipal dos movimentos populares, fez com que a grande maioria dos movimentos populares jogasse esforços na luta institucional, particularmente nos conselhos.

Este cenário, que se consolidou na década de 1990, chega aprofundado em 2003, com a diminuição do poder de compra dos trabalhadores/as e um alto índice de desemprego, levando os movimentos populares a enfrentar não só o debate das políticas sociais e o papel do Estado, mas também o debate sobre a questão do desemprego, como sua bandeira de luta.

Hoje temos um cenário muito difícil para o movimento popular, pois o movimento popular precisa estar altamente organizado para que possa exigir do governo que não corte recursos das áreas sociais e que fortaleça os assalariados e as organizações populares.

No próximo período, a militância petista, em particular a que atua nos movimentos populares, levando a pensar em ações como: a) trabalhar a fragmentação dos movimentos populares, deve que atuem de forma unificada; b) conciliar a luta por políticas sociais e contra o desemprego; c) ter uma vanguarda do movimento popular dirigente, para atuar nos conselhos de forma organizada com organizações de base consistente; d) ter interdependência de classe, com interdependência com o governo.

Para que isto ocorra é importante ter mais dirigentes nos movimentos, atuando em espaços de direção e de assessoria; atuar na Central de Movimentos Populares, que é hoje um importante instrumento estratégico para unificação dos movimentos populares; atuar na Coordenação nacional dos movimentos sociais, que se propõe a ser um canal de discussão conjunta para incidir na conjuntura; construir uma grande campanha contra os cortes nas áreas sociais; participar das grandes mobilizações contra o desemprego.

Nossa política para a juventude

Juventude é um conceito social, construído historicamente. Juventude não é classe, nem categoria, muito menos um grupo específico e homogêneo. Uma das características da juventude é a transição para ou de início da idade adulta. Se confunde um

pouco com a idéia de adolescência, embora a juventude se estenda além dela. A identificação com o período de estudo e, portanto, de preparação para o ingresso no mercado de trabalho, é outra grande marca.

Na maioria dos países, quando se fala em juventude, se pensa em algo dos 15 aos 25, mais ou menos. O fato é que “juventude” é um conceito que se adequa a uma faixa etária de acordo com a realidade sócio-econômica de um país.

Nos países subdesenvolvidos, a faixa etária tende a se estender um pouco mais, pois não há acesso à educação e ao emprego. O Brasil tem grande parte de sua população - cerca de 30% - na faixa dos 15 aos 25. É o quinto país em população jovem do mundo e é responsável por 50% da juventude da América Latina. No entanto, as políticas direcionadas à figura do jovem são mais associadas com a criança/adolescente. Até porque a característica de que os jovens são aqueles que se preparam para o mercado de trabalho não é tão forte no Brasil, campeão do trabalho infantil e precoce.

Do ponto de vista das políticas públicas, o que existe de acúmulo é justamente o Estatuto da Criança e do Adolescente. A faixa etária dos 18 aos 25 anos já é, para todos os efeitos, adulta, e não se considera, por exemplo, a especificidade do primeiro emprego juvenil ou a necessidade de outras ações específicas para os jovens desta faixa.

O fenômeno “juventude” passou a ser explorado há pouco tempo pelo Poder Público. Apesar da criação de secretarias, assessorias e coordenadorias de juventude nos governos municipais e estaduais, ainda não se tem muito claro qual é seu papel ou sua ação. O governo do PSDB criou, no estado de SP, uma Secretaria de Juventude que aplica uma política desportiva e que reforça a idéia de “juventude disciplinada”; já o governo do PT na capital paulistana aposta em uma política pública “eventista-cultural”, que visa o lazer politicamente correto, mas que não dá conta de organizar um aparelho público. Enfim, são poucas as experiências que temos de políticas específicas para esse setor e, quando há, em geral é desqualificada e não tem nada mais do que o assistencial. As poucas experiências de governos do PT que tiveram algum êxito na disputa ideológica e de formação concreta de espaços e aparelhos públicos foram a Prefeitura de Porto Alegre, através da coordenadoria de PPJ e a experiência do Fórum de Juventude, constituído através do Orçamento Participativo de Juventude de Belém.

As políticas públicas para a juventude devem ser mais do que ações de assistencialismo ou agregadoras de juventude. O projeto democrático e popular deve compreender a juventude como um setor que tem especificidades, e que vive um momento

de conflitos e decisões importante para a disputa ideológica.

Por isso, o programa democrático e popular para a juventude deve ter como base a formação do indivíduo, um cunho ideológico bem marcado. Um exemplo disso é estabelecer prioridades de temas para os projetos juvenis. O governo Lula deve incentivar a produção de ações que pautem a disputa ideológica social, rompendo com a lógica limitada a disputar a juventude com o narcotráfico ou de incentivar a formação profissional como ação disciplinadora da juventude.

Emprego para juventude

A juventude é um setor importante na economia brasileira. Em 2000, segundo o IBGE, os jovens correspondiam a 34 milhões de brasileiros. Dentre esses, pelo menos 20% é economicamente ativo, ou seja, produz e consome.

Em primeiro lugar, é preciso dizer que o jovem deve ter o direito de estudar, pelo menos até o segundo grau, sem precisar trabalhar. Combater o trabalho infantil e todas as formas de precarização do trabalho deve ser um princípio para o governo Lula, bem como garantir acesso universal à educação. A idéia de retardar a entrada da juventude no mercado de trabalho pode ser uma forma concreta de viabilizar educação adequada e condições mínimas de trabalho para a juventude.

O Projeto Primeiro Emprego, que o governo Lula vai implementar, já tramitou na Câmara e foi aprovado pelo Senado. Ele aponta uma política de geração de empregos onde o Governo Federal subsidia as empresas privadas que contratarem jovens para o seu quadro. Mesmo assegurada a permanência do trabalhador “não jovem”, o programa é problemático no sentido de incentivar os subempregos, não debate a questão do desemprego, e não aponta, como na maioria dos demais projetos de mesmas características, a criação de sistemas de produção de cooperados ou qualquer coisa que incentive o jovem a compreender a lógica em que está inserido. Além disso, não garante o tempo necessário de estudo e de lazer que o jovem necessita.

Devemos lutar para que o governo, dentro de um plano geral de geração de empregos, execute políticas específicas de incentivo ao emprego dos jovens em condições específicas.

Cultura, esporte e lazer

“O mundo atual tem levado a ciência e a arte a um patamar tal de subordinação às leis do mercado, ao ponto de castrar aquilo que a livre manifestação científica, artística e intelectual conserva de individualidade em sua gênese como fruto de um acaso precioso, ou seja, como uma manifestação mais ou menos espontânea da necessidade. Toda a descoberta científica que não esteja de acor-

do com os interesses das grandes empresas transnacionais, que não esteja a serviço do aumento da taxa de lucro dos grandes grupos econômicos, mas que, ao contrário, tenha como base a busca pelo bem estar da humanidade e a melhoria das condições de vida das massas trabalhadoras é marginalizada e não encontra, nem da parte das empresas privadas ou dos governos de plantão, condições materiais para a sua aplicação social em larga escala. Da mesma forma, toda a produção artística, literária ou jornalística que não encaixa-se nos padrões da grande indústria cinematográfica, fonográfica, das artes plásticas, editorial e dos grandes meios de comunicação é desprezada e assassinada por absoluta falta de meios materiais para sua expressão.” Rompendo amarras para a Bienal de cultura da UNE no RJ

A perspectiva libertária que a cultura e as artes podem trazer à humanidade está cada vez mais à margem da indústria cultural. Na juventude, essa expressão é ainda mais exacerbada, uma vez que o capitalismo compreende a juventude como um setor específico de consumo. É para a juventude que a maior parte da indústria fonográfica dirige a sua produção. Nesse sentido, esse é o setor em que temos mais condições de executar uma política pública que dispute uma concepção e uma lógica de produção e de sociedade.

A universalização do acesso à cultura, aos bens culturais, com a constituição de espaços públicos de lazer e cultura para a juventude, deve ser a palavra-de-ordem. A juventude é um expoente de produção alternativa. As bandas de rock’n roll, os grupos de teatro universitários e secundaristas, os corais, as rádios comunitárias nos bairros ou nas escolas, o hip-hop com a produção de artes gráficas através do grafite, da dança através do break, da literatura através dos fanzines ou da música através do rap, precisam de suporte e de espaço público para poderem ser divulgados e difundidos.

Algumas cidades já têm os estúdios públicos para a produção musical, equipamento público para que os jovens tenham como gravar as músicas e editar uma fita demo ou um CD e a adequação de espaços públicos para a produção e apresentação de teatro, a utilização dos teatros municipais para ensaios. Sem contar que é preciso um programa que estimule a juventude a ter acesso às artes, com programas de visitas gratuitas a museus, e a garantia da meia entrada para todos os jovens até 21 anos em teatros, cinemas, show’s e outros eventos artísticos culturais, e a utilização da carteira das entidades nacionais UNE/UBES.

O esporte é outro ponto necessário para a atuação do governo. A juventude precisa de aparelhos públicos que incentivem a prática de esportes: quadras poliesportivas, pistas de skate e paredões de alpinismo são

equipamentos que podem ser instalados em qualquer praça. É preciso que o governo incentive a prática de esportes como forma de socialização, encarando-o como direito social e não reduzindo-o a mero meio de aquisição de saúde. Não podemos incentivar a prática de esportes como instrumento de disputas individualistas, como o capitalismo fomenta.

Educação pública e gratuita

Cada vez se faz mais necessária a reafirmação e a luta cotidiana por educação pública, gratuita, de acesso universal, laica, que forme para novos valores. O projeto neoliberal desmontou os sistemas públicos de educação, desestruturou currículos, privatizou, cortou vagas, demitiu professores. Cada vez mais a luta por educação se torna urgente. Temos que continuar exigindo que, no governo Lula, o investimento nessa área volte a crescer, garantindo o acesso e a permanência dos jovens na escola até o fim do 3º grau. É também fundamental a lógica de reformar e reformular as estruturas arcaicas da educação. A idéia da educação como instrumento de formação e de disputa ideológica, e portanto libertária, não pode ser perdida de vista. O governo Lula não pode ter um investimento na educação menor do que FHC. Devemos lutar para a educação ser uma prioridade do governo federal.

A juventude do PT

Cabe a juventude petista definir as políticas gerais e organizar a intervenção partidária junto à juventude brasileira. Entretanto o Coletivo Nacional de Juventude está engessado, estagnado, não formula e não gesta política. O pouco que construímos e encaminhamos para a ação e organização da juventude do PT é esvaziado pelo campo moderado, que acaba desarticulando o que poderia ser feito de concreto.

Mesmo no debate de políticas públicas, fizemos diversos esforços para encaminhar um programa de ação para o governo Lula, mas o Coletivo Nacional de Juventude do PT, mais uma vez, não conseguiu ter a formulação e a articulação política necessárias para um projeto que representasse a juventude brasileira. A juventude do setor moderado não conseguiu estabelecer um método representativo para o debate da juventude no governo, cortou a relação com o conjunto do PT, tentou se estabelecer por movimentações individuais, sem sucesso. Isso fragilizou a instância, que não foi capaz de operar a discussão entre os jovens que trabalham com projetos e temas de juventude no governo. A SNJ não cumpriu o papel dirigente que poderia ter.

O Setorial de Juventude do PT vem de um longo período de desorganização e de desarticulação. A atual gestão da Secretaria de Juventude foi eleita em 2001 em um

encontro tumultuado, que não teve uma resolução política ou um indicativo concreto de como trabalhar e tratar a questão da juventude; passou por mudança de secretário e membros do coletivo.

Em 2003, a instância limitou-se a realizar três reuniões. A única coisa que realmente foi tratada pelo conjunto da juventude petista foi a ação no Congresso da UNE. Outra atividade de expressão construída foi o Seminário Nacional de Políticas Públicas para a Juventude, que mesmo formulando e acumulando muitas concepções e ações sobre o tema, teve um público limitado e encaminhamentos dispersos.

Hoje, existem cerca de 20 Secretarias Estaduais de Juventude, que agem precariamente, de acordo com suas próprias políticas, sem ação dirigida da SNJ para os estados. Em alguns casos, as secretarias ainda são indicadas pelo diretório estadual, sem passar por um encontro setorial.

A Pesquisa IBOPE, contratada pelo PT, aponta que 38% dos jovens brasileiros têm o PT como o partido com que mais se identificam. Dos mais ou menos 500 mil filiados ao PT, 32% são jovens entre 16 e 24 anos. Mesmo com esses índices, as instâncias partidárias envelhecem cada vez mais, não renovam os quadros dirigentes, além de se afastarem dos temas e das perspectivas de identidade da juventude.

Desconstruindo o acúmulo que tivemos no último período no Setorial de Juventude, os moderados procuram outras formas de dialogar com a juventude. Cada vez mais investem numa lógica eventista e de filiações “arrebanhadoras”. A nova campanha de filiação é uma demonstração disso. Jovens nas fotos dos materiais, “linguagem” específica, cartilhas direcionadas... Um milhão de novos filiados pelo 0800. Qual é a política? Qual é a formação? Qual é a identidade?

As perspectivas de construção coletiva com o setor moderado na juventude estão cada vez mais distantes. Os jovens dirigentes do campo moderado fazem do centro da sua política, a defesa incondicional de todas as ações do governo Lula, e querem fazer do coletivo a extensão dessa política.

A decorrência natural dessa caracterização é o reforço da política de continuar construindo e privilegiando políticas alinhadas ao campo da esquerda petista, impulsionando cada vez mais debates e ações conjuntas.

Os coletivos setoriais, municipais e estaduais

Um espaço importante para efetivar essa ação são os Coletivos Municipais. Estamos presentes em uma série de coletivos municipais pelo país afora, mas ainda não conseguimos ter uma ação combinada.

Para isso, o cadastro de juventude e a circulação de informações dos municípios se tornam cada vez mais necessários.

Não há, também, uma ação combinada da ação da juventude da AE nas secretarias estaduais que dirigimos ou temos inserção significativa. A nossa tarefa nesses espaços é a de organizar e formar a militância petista. As nossas experiências até hoje estão nas jornadas de formação e organização de juventude. Precisamos construir jornadas que fomentem a criação de secretarias municipais de juventude e, na medida do possível, nos aproximar das candidaturas jovens à vereador, bem como participar da elaboração dos programas municipais de governo, visando garantir espaço para as políticas públicas voltadas para atender a juventude.

Somente dando corpo a essa política é que realmente construiremos uma interlocução com os movimentos sociais e com a juventude desorganizada, fazendo da “nossa” juventude do PT uma referência concreta para a juventude, e contribuindo para ser o pólo aglutinador da esquerda do PT.

Juventude e políticas públicas

Desde as eleições, temos dito que o entendimento do governo sobre juventude está equivocado. Além de reforçar a idéia de que era central “disputar a juventude com o narcotráfico”, Lula tem feito uma série de declarações que vão na contramão do que debatemos anos a fio. Um exemplo foi o de indicar o 7 de setembro como dia que precisa ser lembrado nas escolas, para garantir que os jovens “respeitem” a escola e o exército.

Independente das declarações, o governo fez pesquisas, e descobriu o que há tempos falamos: a juventude é um setor e precisa de uma política específica.

Ocorre que o governo —devido a política econômica— não tem dinheiro para investir na juventude, motivo pelo qual não há como construir algo que signifique um salto qualitativo para a condição social da juventude.

Diante disso, o governo formou uma comissão com os jovens que trabalham com o tema nos ministérios, para mapear os projetos que estão em andamento e têm o perfil de PPJ para serem debatidos coletivamente e encaminhados. Na sequência dessa iniciativa, o Gabinete da Presidência decidiu construir o projeto de juventude para o governo, em articulação com o Instituto da Cidadania.

Essa política foi duramente combatida pela JAE durante a campanha, justamente por entender que o espaço de elaboração dos programas de governo do PT é, prioritariamente, o partido.

É importante lembrar que a III Confe-

rência da JAE, realizada em 2002, definiu que apostaríamos na construção de PPJ também no Legislativo, e que ofereceríamos o nome de um companheiro da JAE para a tarefa, na Câmara. Debates a demanda com os deputados da AE que se encaixavam no perfil e que tinham interlocução com o debate.

No início do ano, escrevemos um projeto dirigido às políticas parlamentares, que desse vazão à pauta de juventude. A idéia da Frente Parlamentar, por exemplo, foi uma delas.

Esta ação tem dado muitos frutos. A Semana de Juventude foi um importante passo para a ampliação da importância da temática de juventude e a organização do tema nos estados.

Esse espaço de criação e de debate sobre as PPJ's no legislativo estabeleceu uma nova demanda das experiências já existentes. Uma série de políticas municipais estão sendo colocadas em evidência pelo partido, e um avanço significativo foi a criação da Comissão Especial de Juventude da Câmara Federal.

A realização do Seminário Nacional de Juventude, promovido pela Câmara, evidenciou as problemáticas e os entendimentos sobre como tratar a população jovem. Foi colocado em pauta o Plano Nacional e o Estatuto da Juventude, que está em debate em diversos movimentos juvenis, como instrumento de legalização dos direitos da juventude.

Infelizmente o principal tema que o governo debateu sobre a juventude, até agora, não passará pela Comissão de Juventude da Câmara: o Projeto Primeiro Emprego.

O governo Lula deve avançar, também, noutras questões que envolvem a juventude, como o aborto, o uso de drogas ilícitas, a sexualidade.

Educação e a reforma universitária

Durante a gestão Paulo Renato/FHC, foi implementada uma política educacional que visava adequar o Brasil à dita nova ordem mundial. Através do receituário do FMI e do Banco Mundial, foi aplicado o desmonte da educação pública e o fortalecimento da iniciativa privada nesse setor.

Nas universidades públicas, os recursos ficaram cada vez menores, o número de professores e funcionários diminuiu, os currículos foram empurrados para a lógica de mercado, as fundações de direito privado proliferaram e esta lógica neoliberal aplicada começou não só a desmontar a universidade pública, mas a ocupá-la.

Nas universidades pagas, aconteceu a ampliação desenfreada de cursos e instituições sem o menor controle público. Toda essa expansão teve como centro a necessidade de atendimento ao mercado. Em cada esquina assistíamos a abertura de uma nova

faculdade. A qualidade quase sempre duvidosa e as mensalidades cada vez mais altas foram o destino de milhares de estudantes.

O movimento estudantil combateu a política operada por Paulo Renato/FHC. Nas públicas, as greves tiveram um papel fundamental para manter a autonomia universitária, o mínimo financiamento, a não cobrança de mensalidades, entre outras bandeiras históricas. Nas pagas, as contradições acirraram-se nos últimos anos. Os altos aumentos, a baixa qualidade da educação e o punho de ferro dos tubarões do ensino levaram o movimento estudantil a começar se organizar nesses locais.

Em 2002, a eleição de Lula pela maioria da população brasileira foi uma tentativa de dar um basta à política neoliberal aplicada nos últimos anos. Nas universidades, o movimento estudantil teve uma participação importante na campanha Lula. Pesquisas da época apontavam 80% de votantes no PT, entre os universitários. O Programa de Governo, “Uma Escola do Tamanho do Brasil”, prometia a contratação de professores e funcionários, garantia a autonomia universitária, o fim do provão, a ampliação do financiamento e a derrubada dos vetos ao PNE.

Essas são parte das bandeiras históricas do Movimento estudantil e da maior parte dos representantes do movimento de educação, e nunca deixaremos de defendê-las. Um plano emergencial para as universidades deveria ser aplicado desde o início do governo

Nessa perspectiva, o Movimento estudantil começou a debater a necessidade de mudanças profundas na universidade a serem realizadas. As públicas ainda se ressentiam dos reflexos da reforma feita pelos militares e, nas pagas, a lógica aplicada por FHC precisava ser urgentemente combatida.

À partir disso, começamos a debater a necessidade de uma Reforma Universitária. Uma reforma de cunho democrático e popular, que previsse a democracia interna, a ampliação de vagas, maior acesso da sociedade, a reforma pedagógica além, claro, da efetivação das bandeiras históricas.

O Governo Lula e a educação superior

O Governo vem repetindo a política econômica que, durante os oito anos de FHC, sufocou as verbas para educação. O superávit primário, a manutenção da DRU (Desvinculação de receitas da União) e a não derrubada dos vetos do PNE são indicativos de que não haverá mudanças nas receitas para educação, saúde e os setores sociais.

No “varejo” e no que não diz respeito ao financiamento – engessado pela política “pallociana” – assistimos à tentativa de re-

alizar algumas das mudanças que defendemos: a discussão de um novo modelo de avaliação institucional; a nova Lei de escolha de dirigentes; a aplicação do plano de carreira da FASUBRA, além de outras iniciativas que vêm sendo debatidas pelo MEC são exemplos disso.

Ainda assim, parte dessas iniciativas correm o risco de não serem implementadas, por decisão da Casa Civil/Presidência da República.

O orçamento de 2003, ou seja, aquele proposto e aprovado durante a “Era FHC”, foi utilizado como desculpa para todas as negativas de aplicação em novos investimentos no setor social.

Contudo, as coisas pioram com o fechamento do orçamento de 2004, o primeiro feito sob o Governo Lula. Este orçamento, apresentado pelo Ministério do Planejamento, é pior que o anterior, já que o compromisso com o superávit primário e com o pagamento dos juros da dívida externa serão maiores.

O orçamento para as universidades federais é inferior ao do ano passado, que já deixou a Universidade Pública em verdadeiro estado de torpor. Não existem recursos para reverter o quadro emergencial de miséria apresentado pela universidade.

Quando falamos do Plano Plurianual (PPA), essas questões ficam ainda mais problemáticas. Não existe nem um programa de re-equipação das IFES, não existem verbas para a ampliação dos acessos enfim, não há uma iniciativa para mudar a situação em que nos encontramos.

A disputa se dará pelo método tradicional que vivemos historicamente. Não mudou o orçamento, não mudou o PPA, porque não mudou e nem parece que vai mudar a política econômica. O próprio Ministro da Educação já gritou que precisa de verba para educação.

É certo afirmar que houve uma mudança de postura do governo em relação aos movimentos. A abertura para diálogo existe. Foram muitas reuniões com Cristovam, Dulci e outros ministros, onde as bandeiras e reivindicações foram apresentadas e discutidas. Contudo, quase nada foi encaminhado. A questão da rubrica específica para assistência estudantil esteve na pauta de todas as reuniões e não foi incorporada pelo MEC e nem os 5 milhões do ano passado foram descontingenciados ainda. Assim como assistência estudantil, muitos outros pontos foram debatidos pelo Movimento estudantil e por outros setores, mas pouco resultado se obteve, até agora.

O movimento estudantil frente ao governo Lula

Não só o Movimento estudantil, mas todos os movimentos sociais têm tido uma postura dúbia durante esse quase um ano

de governo de Lula.

Talvez isso tenha acontecido pela abertura de diálogo do governo. Porém, não é só com reuniões de gabinetes que iremos garantir nossas conquistas. É preciso acordar e perceber que o movimento não pode sair das ruas e das lutas.

É assim que faz o MST quando, mesmo possuindo amplo acesso aos dirigentes do INCRA, Ministério da Reforma Agrária e Gabinete da Presidência da República, continua ocupando fazendas e sedes regionais do INCRA em todo o país.

É assim que faz a CUT, quando exige que os deputados votem contra a Reforma da Previdência. É assim que fazem os Sindicatos Nacionais do Serviço Público, quando fazem greve pra tentar barrar a Reforma.

É certo que o movimento estudantil deve dialogar com o Governo, mas deve, também, exigir a aplicação de suas bandeiras históricas. É por isso que não pode abandonar sua capacidade organizativa e deixar de ser um movimento de massas. Essa ambigüidade entre ser base de sustentação do governo e ser movimento organizado tem que acabar.

Devemos ter um ação incisiva nesse ponto. Está passando da hora de organizarmos nossas tropas e denunciar que sem verba para a educação, não iremos mudar nem reformar nada.

O movimento tem que superar seu estado de euforia com a eleição de Lula e perceber que governo é governo e movimento é movimento: precisamos cobrar e exigir, a todo momento, a implementação de nossas reivindicações.

A preocupação aumenta quando assistimos a direção majoritária da UNE fazer parcerias com o governo para a reativação do Projeto Rondon. Está na hora de o Movimento estudantil dar um giro de 180° graus. Deve superar suas atividades de gabinete e ir pra ruas. Devemos organizar as tropas pra gritar bem alto que precisamos de mudanças na educação.

Reforma universitária

Durante o ano de 2003, debatemos e acumulamos sobre a necessidade de mudanças estruturais nas universidades. As contradições são visíveis cada vez mais. A universidade de hoje está atrasada e retrógrada.

Convencemos todo o Movimento estudantil que precisamos fazer mudanças profundas, globais e de concepção para conseguirmos implementar outra universidade.

Defendemos uma reforma que amplie o acesso das vagas, principalmente no noturno: nesse período está uma parcela significativa da juventude trabalhadora. Defendemos a ampliação do acesso na universidade pública, que hoje só atinge 20% dos

estudantes universitários;

Lutamos por uma política de assistência estudantil que possa garantir, aos estudantes em condições especiais, igualdade de ensino e aprendizagem: uma política que amplie as moradias universitárias, reabra os restaurantes universitários, mas que também ofereça curso de línguas e informática para os estudantes carentes. Sem isso, estamos fadados a formarmos sempre aqueles que possuem mais condições.

Discutir os currículos e a pedagogia das universidades: currículos antigos e que refletem somente a necessidade de mercado e não preparam os estudantes para uma intervenção na realidade. A pedagogia, desde a década de 50, não evoluiu. De que adianta as faculdades de educação estudarem os métodos mais avançados de educação, de Paulo Freire a Vigotsky, e aplicarem em suas salas a velha concepção “bancária”?

Defendemos uma dura regulamentação do ensino pago, que combata o grande mercado dos tubarões do ensino: que regulem as mensalidades e dê condições aos estudantes para combaterem os aumentos abusivos. O Estado deve entender que a faculdade paga é uma concessão sua e, por isso, deve exigir, cobrar e interferir em sua gestão.

Temos defendido tudo isso, mas não deixamos de falar que, sem a recomposição de perdas para as universidades públicas nada mudará; sem a ampliação dos investimentos em contratação de professores; sem o combate ao descontrole de abertura nas universidades pagas.

Assim, sem essas atitudes a reforma universitária que defendemos ficará no papel. Afirmamos também que o Movimento Estudantil deve ter seu projeto de universidade que defenda uma concepção de reforma para universidade e não aceite e defenda meramente o projeto do governo. Acreditamos que a reforma universitária é uma das reformas estruturais e uma das condições para a transformação da sociedade brasileira.

Porém, o que estamos assistindo são reformas de cunho neoliberal, que retiram direitos ao invés de ampliá-los; que reproduzem a lógica do Estado Mínimo e a desobrigação do Estado. Como citamos acima, não assistimos as recomposições de perdas defendidas historicamente. Vimos a manutenção de uma política econômica ortodoxa e que engessa qualquer investimento na educação ou de qualquer setor social.

Dessa forma, percebemos que o período é difícil para iniciarmos a reforma universitária que defendemos. As condições apresentadas são para uma reforma que pouco tem proximidade com o projeto defendido historicamente pelos estudantes. Assistimos nossas bandeiras históricas e

condições para efetivar a reforma serem deixadas de lado. Essas bandeiras, que em sua maioria estavam no programa de governo de Lula, não vimos serem aplicadas.

Acreditamos que devemos continuar discutindo e debatendo as mudanças necessárias para a universidade, mas temos que colocar no centro de nossas reivindicações as antigas bandeiras históricas. Mais do que nunca, a luta pelo financiamento público para as universidades públicas, a contratação de professores e funcionários, um programa de assistência estudantil, as melhorias nas condições das universidades, a autonomia universitária, a gratuidade no ensino superior, são bandeiras que estão, aparentemente, em xeque, com essa política econômica palociana.

Está na pauta do dia a luta pelo fim da DRU na educação; a proibição de investimento do capital financeiro internacional na educação brasileira; a contratação imediata de professores e funcionários das universidades.

Enfim, defender um Plano Emergencial para as IFES é urgente e necessário. Esses valores, além de serem lutas antigas, vão de encontro ao modelo de Estado que está sendo implementado atualmente. Com essas bandeiras, estamos combatendo uma contra-reforma universitária que pode piorar as condições, ao invés de melhorar a situação das universidades.

O papel do movimento estudantil

O movimento estudantil consiste em uma parcela da sociedade que se organiza a partir de um “locus”, que é a escola ou universidade. Essa parcela da sociedade não é uma classe social. Os estudantes são uma categoria social que vivencia uma realidade e demandas específicas e gerais dentro de um mesmo local. À partir desta realidade social é que surge a sua organização e sua intervenção na sociedade. Desta maneira, o Movimento estudantil possui sua particularidades. A primeira delas é de ser policlassista, ou seja, existem estudantes e grupos de todas as classes sociais. A segunda, é a sua transitoriedade, ninguém é estudante para sempre. Essas características são fundamentais para debatermos e entendermos a ação do movimento estudantil como movimento social.

Dessa forma, o movimento estudantil não possui uma origem (e uma formação) classista que o coloque no centro da luta de classes, o que traz e impõe limites à organização estudantil. É através da opção política de parcela dos estudantes, prioritariamente dos seus dirigentes, que o Movimento estudantil se insere, ou não, na disputa geral da sociedade. Compreender esse caráter não-classista é necessário para percebemos a amplitude de sua base social e que não adianta reproduzirmos métodos

de organização do movimento sindical ou campesino para o movimento estudantil. O movimento estudantil deve produzir maneiras próprias de organização, o que não impede a realização de atividades em conjunto com os demais movimentos, visando troca de experiências.

Durante a década de 60, o caráter do movimento estudantil foi exaustivamente debatido. Existiam aqueles que defendiam a linha do ME-Partido, no qual somente os militantes de esquerda e socialista eram considerados militantes do movimento estudantil. Outros consideravam que o movimento estudantil tinha que ser um movimento de massas, do qual todos os estudantes podiam fazer parte. O que não impossibilitava que aqueles(as) que eram de esquerda e socialistas, disputassem as suas concepções e propostas e que o movimento pudesse ser dirigido pelos mesmos – o que de fato, o foi em quase toda a história das entidades nacionais.

Acreditamos que o movimento estudantil deva ser de massas. Contudo, não escondemos de ninguém a nossa filiação e opção partidária, construindo nossa política e nossa organização no movimento. É por isso que, apesar de assumirmos ser o movimento policlassista, acreditamos que as direções das entidades devem ter lado.

A transitoriedade faz com que o movimento seja marcado por uma extrema dificuldade na transmissão de sua história, seus métodos de organização, suas pautas etc. Ao contrário do movimento sindical, campesino ou partidário, o estudante não fica mais do que 4 ou 5 anos no locus. Desta maneira, muitos saem da universidade sem conseguir transmitir o acúmulo adquirido em seus anos de atuação.

O movimento estudantil é fortemente determinado pela conjuntura. Se a conjuntura é favorável às mobilizações, o movimento estudantil pode mobilizar. Se não, ele tem pouca capacidade de sair do refluxo. Hoje, isso torna o movimento estudantil refém da realidade, dificultando que ele seja um dos sujeitos dela. Para isso, faz-se necessária uma pauta eficaz e uma (re)organização das entidades estudantis.

O movimento estudantil nas lutas sociais

Como movimento social organizado, à partir de uma realidade social limitada e concreta, o movimento estudantil tem como seu palco principal a intervenção na educação. A disputa entre os diferentes projetos e concepções de educação guarda estreita relação, entretanto, com a disputa de projetos de Estado e sociedade. Dentro das instituições de ensino é possível perceber, embora muitas vezes silenciosa e camuflada pela “neutralidade educacional”, a disputa de projetos de sociedade.

É dentro das escolas e universidades, através de suas realidades objetivas, que se formam e se organizam os grupos estudantis para a intervenção coletiva nos espaços.

Isso não impede, entretanto, que o movimento estudantil possa estar presente nas grandes mobilizações sociais. Mas é inicialmente através da organização e agitação de sua pauta específica, que as entidades estudantis garantem sua capacidade de mobilização e de disputa de sociedade.

Não podemos deixar que os debates das pautas específicas caiam na miopia política, desligando as questões da educação das condições gerais da sociedade. Segundo a definição gramsciana, a educação consiste em um aparelho privado de hegemonia. Desta forma, a disputa desse aparelho está diretamente ligada à disputa de hegemonia da sociedade.

Por isso mesmo, acreditamos que o movimento estudantil pode ser aliado do MST pela reforma agrária, do movimento sindical na defesa dos direitos trabalhistas e sindicais, como os demais movimentos e entidades populares devem ser nossos aliados na luta pela educação pública e gratuita.

Um diagnóstico do movimento estudantil

As entidades nacionais do movimento estudantil vivem, hoje, uma crise de representatividade e de legitimidade. Os estudantes não só não vêem seus interesses representados, como a maioria não sabe o que é ou não reconhece a UNE e a UBES enquanto suas entidades, instrumentos coletivos de organização. A sociedade não tem mais estas entidades como referências de rebeldia e contestação. Muitos acham que as entidades estudantis e o movimento como um todo, são propriedades de alguns, “os que mexem com política” ou “os estudantes profissionais” e que, portanto, não devem se aproximar nem se envolver, já que não é coisa sua. Ou passam a fazer parte das entidades para torná-las “Empresas Júnior’s” ou simplesmente entidades festivas.

Entendemos que essa crise é determinada por alguns fatores: as especificidades próprias do movimento estudantil; a conjuntura desfavorável à organização coletiva; a estrutura anacrônica, verticalizada, centralizada e burocrática; a sua atual direção, imobilista e antidemocrática.

A estrutura da maioria das entidades, baseada no tripé assembléia-conselho-diretoria verticalizada, remonta aos sindicatos pelegos da década de 50. Além de ser antiga, foi uma mera transposição do modelo sindical para o estudantil. Este tripé é importante e deve ser usado, mas enquanto único método de organização coletiva é in-

suficiente, pois a participação dos estudantes se restringe basicamente à decisão do voto e da maioria.

No caso da UNE, a última mudança real na estrutura da entidade foi a proporcionalidade criada nas gestões petistas. A atual estrutura verticalizada inculca a lógica autoritária de poder e de responsabilidade individual com as pastas/diretorias. Nada temos contra direção e hierarquia, contudo, ela deve ser democrática. As experiências de outras entidades do movimento estudantil e da própria FASUBRA – Federação Nacional dos Técnicos Administrativos —, nos mostram que o modelo organizativo por coordenadorias e GT’s concretiza mais eficácia, elaboração e compromisso coletivo. Existem entidades presidencialistas que adotam estruturas que visam uma descentralização do poder. O certo é que, da forma que está a estrutura, ela impede um processo de organização coletiva e plural.

O movimento estudantil precisa fazer este debate sobre suas estruturas. Além do debate à respeito da estrutura em si, existe o problema dos fóruns do movimento estudantil. Nos últimos cinco anos, somente um Conselho Nacional de Entidades de Base (centros/diretórios acadêmicos) ocorreu.

As direções da UNE e da UBES são hegemônicas —há 13 anos— pela União da Juventude Socialista, organização criada e controlada pelo PCdoB. Para a UJS manter o aparelho é meta prioritária e de maior importância, antes mesmo da própria mobilização estudantil.

As entidades estudantis de “área”

Para finalizar o diagnóstico atual do movimento estudantil, cabe um balanço do movimento de área, das executivas de cursos e a relação destas com as entidades gerais, especialmente com a UNE.

Após a retomada da UNE pelo PC do B, em 1991, o movimento estudantil organizado por área/curso foi refúgio para grande parte da militância estudantil petista, que passou a utilizar um discurso e uma prática equivocada, tratando de maneira dicotômica as pautas do movimento “geral” e por “área/curso”.

Houve um enorme afastamento destas entidades estudantis dos fóruns da UNE, gerando por vezes uma postura “paralelista” à UNE, o que se reproduzia em seus encontros de curso. Ainda hoje, existem algumas entidades que não reconhecem a UNE.

Desde a retomada do fórum de executivas em 1998, a postura das executivas frente à UNE vem sendo alterada. Nos dias atuais, o reconhecimento da UNE como entidade nacional está mais forte. As executivas estão mais presentes nos fóruns da UNE, na tentativa da construção conjunta. Basta lembrarmos do plebiscito do Provão, da cam-

panha contra a mercantilização da educação, dos Seminários de Avaliação Institucional.

Porém, a baixa capacidade de formulação e mobilização do movimento estudantil também atinge as executivas/federações, com raras exceções. A organização do fórum de executivas é atualmente problemática e espontaneísta, onde os fatores da crise do movimento estudantil têm maior influência, face às trocas de gestão todos os anos, a inexperiência de grande parte dos seus diretores e a falta de “repasso político”.

A constante confusão que o Fórum de Executivas vive sobre seu papel e objetivos, o tipo de relação a se manter com a UNE, faz com que as coisas continuem como estão. As experiências do ENU – Encontro Nacional dos Universitários com o MST e do ENEB – Encontro Nacional de Entidades de Base são provas da confusão de relação entre as entidades.

A falta de uma pauta conjunta e aglutinativa, a falta de um calendário previamente definido, a baixa formulação política de muitas entidades e a falta de uma organização mínima e estruturada levam este movimento à quase inoperância. Desta maneira, se entende o porquê das várias pautas discutidas, e dos poucos encaminhamentos práticos.

Entretanto, o Fórum configura-se como um importante espaço de organização política. Desta forma, as executivas nas quais temos inserções e nossos diretores da UNE devem trabalhar para que o fórum viva uma (re)organização no próximo período.

A próxima CNJAE, em conjunto com os militantes de cada curso, deve organizar a intervenção dos nossos militantes nestes movimentos. Nossa meta deve ser a de ter política para as entidades de área em que temos mais acúmulo e militância no próximo período.

Sobre nossa organização no movimento estudantil

A Articulação de Esquerda foi a segunda força numérica no Congresso da UNE realizado em 2003, encabeçando a principal chapa de oposição.

A AE acertou em deixar claro para o conjunto do movimento que a “Reconquistar a UNE” (bem como a “Reconquistar a UBES”) são teses impulsionadas pela AE. Quem quer nos apoiar sabe quem somos. Isto é importante, pois o que garante a bancada no congresso e faz com que ela passe por todos os filtros até chegar à plenária final, é a base orgânica e militante da tendência.

É importante construir núcleos de juventude da AE nas escolas e universidades, tendo por meta unificar e qualificar a intervenção de nossos militantes, dando

cada vez mais organicidade à nossa política e organização.

Entre os três milhões de universitários brasileiros e as várias dezenas de milhões de secundaristas, existem milhares dispostos a engrossar nossas fileiras, dispostos a lutar pelo socialismo, em uma corrente da esquerda do PT.

Mas estes milhares não nos conhecem, nunca leram nossos documentos nem foram convidados para nossas reuniões. Assim, organizar massivamente a AE no Movimento estudantil está na ordem de nossas prioridades. A nossa capacidade de disputar o movimento estudantil será proporcional ao tamanho de nossa base orgânica.

A tese “Reconquistar” é o documento base de nossa atuação no movimento estudantil, pois reflete o nosso grau de acúmulo e organicidade no movimento.

Devemos construir ações de todas as nossas entidades junto com a UNE/UBES, rejeitar qualquer forma de paralelismo, trazer mais gente para a sua disputa.

Tudo isto passa por fazer a base da AE/Reconquistar conhecer a história das entidades, entender a importância e se sentir parte do nosso projeto para esta entidade, pois somos oposição às direções e lutamos, incessantemente, para transformar estas entidades.

A intervenção da AE se dá em torno dos seguintes eixos:

A construção partidária no movimento estudantil, entendendo que só esta pode dar conta do desafio da disputa da UNE, defendendo na nossa base social a organização dos estudantes no interior do PT, transformando a nossa força social em força partidária, construindo a disputa dos rumos do PT para uma concepção socialista, dirigente e revolucionária. Aqui, também se faz necessário combater o “movimentismo” e afirmar que o objetivo estratégico de nossa luta é a construção da sociedade socialista, o que exige organização partidária;

A defesa das entidades enquanto organizadoras dos estudantes, diferenciando a UNE/UBES da sua direção majoritária, denunciando a política deliberada da UJS de se confundir com a entidade. Fomos, no último período, a organização que mais defendeu que o movimento deve ser necessariamente organizado através das suas entidades e de seus fóruns, o que vale para a UNE, UBES, UEE's, Federações e Executivas de curso, DCE's, UMES, CA's, Grêmios...;

A caracterização do movimento estudantil como um movimento social que, como tal, tem suas próprias bandeiras, características, símbolos e formas de atuação reveladoras de uma identidade própria. Como um movimento de juventude, o movimento estudantil para nós não é apenas um

“celeiro de quadros”, mas uma força social que, através de suas organizações, tem um papel importante nos rumos da luta de massas;

A relação do movimento estudantil com os outros Movimentos Sociais, estreitando estas relações por entender que é necessário constituir um amplo leque de forças sociais, preservando a identidade e características próprias do movimento estudantil;

Disputar hegemonia no movimento estudantil, entendendo que é preciso construir uma prática em torno da entidade contrária à política da direção majoritária, construindo uma entidade de lutas, democrática, que dialogue com a base, tenha propostas, dispute opinião na sociedade, realizando atividades em nome da UNE/UBES, organizando uma nova vanguarda que tenha referência nas suas lutas, mesmo sendo oposição à prática política da direção majoritária;

Aumentar a organicidade da AE no movimento estudantil, reforçando o caráter e a organização da Juventude da AE, tendência interna do PT, enquanto impulsionadora das teses Reconquistar a UNE e Reconquistar a UBES;

A defesa dos fóruns do movimento estudantil, para que os estudantes tenham espaço para opinar sobre os rumos da UNE. Para isso, o centro decisório são seus fóruns internos, e estes precisam ser qualificados. Por isso, procuramos propor política para os mesmos e jogamos peso para que a nossa força social possa ser transformada em força dentro das entidades;

Política de comunicação com as entidades, estabelecendo uma eficiente política de comunicação com as demais entidades do movimento estudantil e com o conjunto dos estudantes. Boletins, jornais e circulares que orientem as ações do movimento estudantil, fazendo com que a comunicação tenha um caráter informativo e formativo da militância.

Nossa política para o Processo de eleição direta

Nossa participação no PED de 2005 deverá estar assentada na estratégia aprovada na primeira fase da nossa conferência, mas ajustada a dinâmica da luta de classes em 2004.

As contradições maiores ou menores do governo petista, a postura do partido diante delas e estágio de mobilização social certamente serão elementos determinantes para este ajuste tático. Outro fator que também deverá ser determinante e está vinculado aos demais mencionados é o desempenho petista nas eleições de 2004.

Por outro lado, devemos traçar uma tática para a disputa do Processo eleição direta de 2005, cientes de que o resultado desse processo pode levar a corrente a re-

ver sua tática, talvez mesmo a sua estratégia.

Portanto, todo cuidado é pouco no momento de se produzir política para 2005. O PT passa por um novo momento, é um outro partido em relação aquele que ajudamos a construir nos últimos 23 anos. É claro que os sinais dessa mudança não são recentes, e já foram sentido com a própria instalação do Processo de eleição direta para eleger a direção partidária e na forma como forjado esse processo.

Cada vez mais, o poder econômico, das figuras públicas com voto de massa, dos aparatos dirigentes sobre o conjunto do partido, influenciam os nossos processos decisórios internos.

Com a conquista da Presidência da República pelo PT, esses fatores tendem a ter um peso maior nesses processos. A campanha nacional de filiação promovida pela direção do partido, e nos moldes com está sendo formulada, com base no prestígio que o PT alcançou após a vitória eleitoral, é a resposta mais imediata que o chamado campo majoritário dá para consolidar a sua força e sua condição majoritária.

É importante ressaltar que o campo de esquerda do PT encontra-se bastante enfraquecido. As primeiras medidas do governo Lula e as escolhas estratégicas do nosso governo causaram uma profunda decepção na militância partidária, resultando em algumas áreas num afastamento em relação ao PT. Por outro lado, registramos algumas baixas no interior das correntes da esquerda petista, tanto lideranças que optaram por se acomodar a situação, tendo como pretexto as responsabilidades de governo que assumiram nesse processo; quanto e principalmente militantes da esquerda petista, que optaram por se desligar formalmente do Partido, ou voltaram a sua ação política única e exclusivamente para o movimento social.

Logo, é necessário formular uma tática que busque mudar a sua qualidade e permita que a esquerda socialista saia da posição defensiva em que se encontra, construindo mecanismos para disputar o PT e o governo Lula em melhores condições.

Até porque há alguns fatores que independem da nossa ação, correta ou incorreta, poderão determinar mudanças qualitativas a nosso favor.

Um deles é a dificuldade que tem encontrado a política do governo Lula, em ser assimilada por parcelas importantes da vanguarda social: intelectuais, dirigentes e ativistas do movimento social e popular.

Outra é a realidade objetiva do país, que torna difícil uma política de ajuste fiscal de inspiração neoliberal garantir, a médio e longo prazos, que o governo mantenha um forte apoio popular, como atualmente mantém, mas que, segundo pesquisas recentes,

começa a ser questionado.

Isso pode redundar em dois cenários: um é o aprofundamento da atual política, que pode conferir mais nitidez ao perfil do governo, isto é, uma guinada maior rumo a política conservadora; outra é uma revisão dessa política em direção a sua promessa inicial, de romper com o neoliberalismo.

É óbvio que tudo isto está condicionado aos rumos que a luta de classes vai assumir, bem como a análise que o “núcleo duro do governo” faz da correlação de forças e da situação do país.

Para a Articulação de Esquerda, a disputa do PED em 2005 é uma tarefa fundamental na disputa dos rumos do PT.

O PED deve ocorrer em meados de 2005. Até lá, devemos travar a disputa eleitoral, ampliar nossa presença nos movimentos sociais, filiar e ganhar novos militantes, atrair militantes que pertencem a esquerda partidária mas não militam em nenhuma das tendências, estimular as contradições do campo majoritário e disputar suas bases, aumentar nossa representação nas direções partidárias e criar uma hegemonia capaz de construir maioria de esquerda, para transformar nossa força social em força partidária.

Devemos apresentar chapas e candidatas/os a presidência do PT, nacionalmente, no maior número possível de estados e municípios. E construir alianças, chapas e candidaturas unitárias da esquerda petista, uma vez que nenhuma força de esquerda, sozinha, será capaz de enfrentar o desafio de lutar pela reconstrução do PT como partido de classe, de massas, democrático e socialista.

Nosso objetivo tático, na disputa pelos rumos do PT, é alterar a política seguida pelo governo federal; nosso objetivo estratégico é reconstruir o PT enquanto partido democrático, revolucionário e socialista.

Para atingir nosso objetivo tático, há três caminhos possíveis: ou o campo majoritário do Partido muda totalmente de posição; ou ocorre um racha no campo majoritário; ou ocorre um crescimento do campo de esquerda.

Embora os dois primeiros caminhos sejam possíveis e devamos, na medida do possível, operar para que isto ocorra, o centro de nossa tática deve ser o crescimento da esquerda.

O crescimento da esquerda pode ser dar de forma unificada; ou através do crescimento das várias tendências que a compõem.

Embora devamos trabalhar para que o conjunto da esquerda se unifique em torno de uma plataforma mínima comum, o centro de nossa tática deve ser o crescimento da própria Articulação de Esquerda, que não deve ser encarado como um fim em si, mas

como um meio para colocar num patamar superior nossa luta pela reconstrução de um PT democrático, socialista e revolucionário.

Para isso, devemos desencadear as seguintes ações:

- a) a difusão e aplicação de nossa política geral;
- b) uma política constante de relação com outras forças da esquerda petista;
- c) a ampliação da organicidade da tendência;
- d) o crescimento social, institucional e ideológico da tendência;
- e) uma intensa campanha de filiação;
- f) a construção de uma tática nacional para 2005.

Nossa política frente as outras forças do partido deve ser a seguinte:

- a) centrar nosso ataque nas posições do campo majoritário;
- b) disputar com os setores que estão saindo do PT;
- c) realizar conferências nacionais com outros setores do PT, para esclarecimento de posições e discussão de plataformas comuns;
- d) buscar relações mais sólidas com correntes afins;

No que diz respeito a nossa organização interna, devemos:

- a) manter a política no comando;
 - b) travar uma disputa permanente contra o esquerdismo e o direitismo;
 - c) criar a Editora Página 13;
 - d) publicar mensalmente o Página 13;
 - e) criar a Escola de Quadros;
 - f) reorganizar a frente de massas;
 - g) implantar a tendência nos 27 estados;
 - h) implantar a tendência em todas as cidades com mais de 200 mil eleitores;
- organizar a militância nos coletivos de base
- construir instrumentos de comunicação interna da corrente a nível nacional
- desenvolver o trabalho de agitação, propaganda e organização entre os trabalhadores, especialmente no operariado, formando agitadores, propagandistas e organizadores para tanto.